

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
HISTÓRIA**

**JOSELMA MARIA DE JESUS SOUSA**

**ICONOGRAFIA DA ARQUITETURA E O DESEJO DE MODERNIDADE:  
A FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA NA CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA**

GOIÂNIA  
Março, 2020

**JOSELMA MARIA DE JESUS SOUSA**

**ICONOGRAFIA DA ARQUITETURA E O DESEJO DE MODERNIDADE: A  
FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA NA CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, requisito principal para a obtenção do título de Mestre. Sob a orientação da professora: Profa. Dra. Sandra Catharinne Pantaleão Resende e coorientação da professora: Dra. Rosinalda Correa da Silva Simoni.

Área de concentração: Patrimônio Cultural e Território

GOIÂNIA  
Março, 2020

B817i Brandetetter, Joselma Maria de Jesus Sousa  
Iconografia da arquitetura e o desejo de modernidade  
: a formação da paisagem urbana na construção de Goiânia  
/ Joselma Maria de Jesus Sousa Brandetetter.-- 2020.  
130 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.  
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores  
e Humanidades, Goiânia, 2020  
Inclui referências: f. 127-130

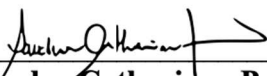
1. Arquitetura moderna. 2. Goiânia (GO). 3. Representação  
arquitetônica. I.Pantaleão, Sandra Catharinne. II.Simoni,  
Rosinalda Correa da Silva. III.Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em História  
- 2020. IV. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 72.036(817.3) (043)

# ICONOGRAFIA DA ARQUITETURA E O DESEJO DE MODERNIDADE: A FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA NA CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

Dissertação aprovada em 31 de março de 2020, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

## BANCA EXAMINADORA



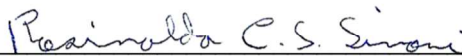
---

**Profa. Dra. Sandra Catharinne Pantaleão Resende**  
PUC Goiás / Presidenta



---

**Profa. Dra. Christine Ramos Mahler**  
UFG / Examinadora Externa



---

**Profa. Dra. Rosinalda Correa da Silva Simoni**  
PUC Goiás / Examinadora Externa

---

**Profa. Dra. Thaís Alves Marinho**  
PUC Goiás / Suplente

---

**Profa. Dra. Celina Fernandes Almeida Manso**  
UEG / Suplente



## AGRADECIMENTOS

*Muitos contribuíram para a realização deste trabalho. Particularmente quero agradecer a todas as mulheres de forma brilhante colaboraram com a minha jornada sem elas não teria chegado a onde cheguei, minha eterna gratidão.*

*A minha mãe Julinda Inácia Ribeiro, que com muita sabedoria sempre colocou os estudos em primeiro lugar e me ensinou que o conhecimento é algo que ninguém pode usurpar.*

*As minhas professoras pelas orientações e sábios conselhos. Anamaria Diniz, Sandra Catharinne Pantaleão Resende, Rosinalda Correa da Silva Simoni, Thaís Alves Marinho.*

*“Quem habita este planeta não é o homem, mas os  
homens. A pluralidade é a lei da terra.”*

*(HANNAH ARENDT)*

## RESUMO

Esta pesquisa lança um olhar sobre a construção da nova capital do estado de Goiás. O discurso de modernidade justifica a construção de Goiânia e se consolida por meio da desqualificação da antiga capital Vila Boa de Goiás, representando o novo em oposição ao velho mediante o processo de “plantação de cidades” *ex-nihilo*. Essa prática possibilitou a difusão da arquitetura moderna como mecanismo de transformação e permitiu a concretização de um ideal político de expansão e modernização do estado. Através dos traços de Atílio Correia Lima, Armando de Godoy e, por fim, pelo grupo dos Coimbra Bueno, nasceu a capital ideal, registrada em planos e projetos. No entanto, outra cidade nascia em paralelo, fora dos parâmetros urbanos; uma nova cidade com outros personagens e outras representações sociais. Ao revisitar essa dinâmica de ocupação do território, este sentido, o trabalho procura preencher uma lacuna histórica, além de tentar permitir um espaço de vocalização dos sujeitos historicamente silenciados, pois a história oficial excluiu partes do que de fato ocorreu e muitos autores estiveram comprometidos com um regime de representação que hierarquiza e subalterniza sujeitos.

**Palavras-chaves:** modernidade, Goiânia, memória, representação social, arquitetura.

## **ABSTRACT**

This research takes a look at the construction of the new capital of the state of Goiás. The discourse of modernity justifies the construction of Goiânia and is consolidated through the disqualification of the old capital Vila Boa de Goiás, representing the new as opposed to the old allowing the diffusion of the modern architecture with a transformation mechanism and allowed the conceptualization of the political ideal of expansion and modernization of the state. Through the traces of Attilio Correia Lima, Armando de Godoy and finally by the group of Coimbra Bueno the ideal capital was born, however another city is born in parallel, outside the urban parameters, a new city with other characters and other representations. In this sense, the work seeks to fill this historical gap in addition to trying to open a space for vocalization for the silenced, because the official history excluded parts of what actually happened, and many authors were committed to a representation regime that hierarchizes and subordinates' subjects.

**Keywords:** modernity, Goiânia, memory, social representation, architecture.

# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2. GOIÂNIA: A HISTÓRIA CONTADA</b>	<b>21</b>
2.1. ANTES DO MODERNO	22
2.2. MODERNIDADE E SEUS CONCEITOS	27
2.3. A ORIGEM DA CAPITAL DO SERTÃO	31
2.3.1. Mudanças Políticas	31
2.3.2. Mudanças Econômicas	34
2.4. HIGIENISMO E ARQUITETURA	35
2.5. MARCHA PARA OESTE, O PROJETO NACIONALISTA	39
2.6. A MUDANÇA DA NOVA CAPITAL	42
<b>3. PARA ALÉM DA PEDRA E CAL</b>	<b>46</b>
3.1. A FUNDAMENTAÇÃO DO DISCURSO MUDANCISTA E SEUS PROTAGONISTAS	47
3.2. O URBANISMO NO BRASIL	55
3.3. O PLANO URBANÍSTICO DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS.	60
3.4. ALTERAÇÕES DO PLANO ORIGINAL	71
<b>4. O OUTRO LADO DA MOEDA</b>	<b>82</b>
4.1. A OUTRA HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM SOBRE O SUJEITOS SILENCIADOS NA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL	83
4.2. GOIÂNIA E SUAS ARQUITETURAS	92
4.3. ART-DÉCO	95
4.4. ART DÉCO EM GOIÂNIA	100
4.5. AS “CASAS-TIPO”	108
4.5.1. Casas-tipo Especiais	108
4.5.2. Casas-Tipo para Funcionários	111
4.5.3. Casas -tipo para Operários	111
4.5.4. Casas Particulares	112
4.6. KITSCH A REPRESENTAÇÃO POPULAR	113
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>123</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>127</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cartaz da campanha para a presidência da República, 1930. Fonte: Fundação Getúlio Vargas. ....	31
Figura 2: Getúlio Vargas com outros líderes da revolução de 1930, em Itacaré, logo após a derrubada de Washington Luiz. Fonte: Fundação Getúlio Vargas. ....	32
Figura 3: Acima imagem da fachada das casas urbanas coloniais. Fonte: www.googleearth.com, Abaixo: Planta da Residência situada à Rua Dom Candido, 37, Goiás. Moradia com distribuição espacial típica da arquitetura tradicional goiana. Fonte: MOURA, 2011). Editado pela autora, 2019. ....	38
Figura 4: Imagem de Vila Boa, em 1937. Foto: Alois Feichtenberger. Acervo: Amália Hermano do HIGG. ....	39
Figura 5: Cartaz da campanha de Getúlio Vargas incentivando a marcha para oeste. Fonte: Fundação Getúlio Vargas. ....	41
Figura 6: Lavradores reunidos para a roçagem da região da implantação da nova capital. Reprodução do acervo particular da Família Corrêa Lima. Fonte: Diniz (2007). ....	54
Figura 7: Boulevard Henri IV, em construção em Paris, uma das intervenções de Haussmann. Fonte: Museu Carnavalet, História de Paris. ....	57
Figura 8: Alargamento da Rua Uruguaiana no Rio de Janeiro, intervenções de Pereira Passos. Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. ....	57
Figura 9: Planta geodésica e cadastral de Belo Horizonte. Fonte: Arquivo público mineiro, 1985. ....	58
Figura 10: Atílio Corrêa Lima. Reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima. ....	60
Figura 11: Foto do escritório geral de obras, com o rolo compressor para abrir as ruas em 1934. Fonte: Jornal O popular. ....	62
Figura 12: Uma das casas de Madeira do acampamento construído por Atílio Corrêa Lima. ....	62
Figura 13: Palácio do Governo em construção, projetado por Atílio Corrêa Lima em 1935. Fonte Daher, 2003. ....	63
Figura 14: Grande Hotel em construção no ano de 1935, ainda sob a administração de Atílio Corrêa Lima. Fonte: Acervo Prefeitura de Goiânia, 2018. ....	64
Figura 15: Zoneamento proposto por Atílio Corrêa Lima. Fonte: Daher, 2003 com adaptação da autora, 2019. ....	68
Figura 16: Acima, vista aérea Praça Cívica na década de 1960. Foto: Alois Feichtenberg. Fonte MIS/GO. Ao centro cidade alemã de Karlsruhe. Fonte: Pinterers.com.br. Abaixo vista aérea de Washington. Fonte: Pinterers.com.br. ....	69
Figura 17: Vista aérea da Rua 20, com as casas tipo para funcionários e as ruas já traçadas. ....	70
Figura 18: Comparação entre o plano original de Goiânia, de Atílio Corrêa Lima, em 1933 (à esquerda) e as modificações feitas no setor sul da cidade por Armando de Godoy, em 1938 (à direita). Fonte: ACKEL, 1996. ....	73
Figura 19: Plano de Urbanização de Goiânia, projeto original modificado, 1938. Fonte: Manso, 2018. ....	75
Figura 20: Goiânia, Cartão Postal, Eduardo Bilemjian, 1939. Fonte: MIS-GO. ....	76
Figura 20: Primeira página do jornal Correio Oficial, apresentando vista aérea de Goiânia bem como decreto concedendo o título de construtores da cidade à firma Coimbra Bueno e Cia. ....	76
Figura 22: Cartazes promocionais, divulgando a nova capital do Estado e as oportunidades de negócios. ....	77
Figura 23: Plano Aprovado pelo Decreto Lei nº 90-A de 30 /07/1938. Interpretações Kátia do Carmo de Paiva e Aparecida de Jesus Cuevas. Fonte: Manso (2004). ....	78
Figura 24: Esquemas a partir dos decretos e plantas de urbanização de Goiânia se suas relações com o território. Fonte: Manso, 2018. ....	80
Figura 25: Plano de Urbanização de Goiânia, 1947. Fonte: Acervo Prefeitura de Goiânia. ....	80
Figura 26: Página do livro <i>Goiânia</i> , coletânea editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1942, como contribuição ao batismo cultural dessa cidade, registrando a área do Bairro Botafogo. Fonte: IBGE. 1942. ....	84
Figura 27: Acampamento provisório em Goiânia. Fonte: Acervo MIS - GO. ....	87
Figura 28: Casas construídas na Rua 20, onde é possível ver muros baixos e os recuos dos jardins, proporcionando um aspecto doméstico e agradável ao conjunto. Ano: 1935. Autor: Alois Feichtenberger. Fonte: Acervo MIS GO - MUZA GO. ....	88
Figura 29: Localização das áreas de invasão e/ou ocupadas pelos operários, destacadas por cores e as áreas legitimadas pelos planos e projetos de transferência da capital. Fonte: Souza, 2015 com adaptação da autora, 2019. ....	91
Figura 30: Reportagem do Jornal de Notícias em 1952. Fonte: Biblioteca digital nacional do Brasil. ....	92
Figura 31: Detalhe do Chrysler – arranha céu Art Déco. Fonte: britannica. ....	96
Figura 32: Edifício da exposição internacional de Paris, 1925. Acervo Paris. ....	96
Figura 33: Estilo Marajoara – adaptação do Art Déco no Brasil. Fonte: Peralta, 2005. ....	98
Figura 34: Edifícios <i>Art Déco</i> no Brasil, organizado pela autora, 2020. ....	100
Figura 35: À esquerda – paisagem em Goiânia – estilo neocolonial; à direita, estilo colonial em Vila Boa. Fonte Acervo MIS/GO. ....	102

Figura 36: Contraste entre o moderno e o tradicional na construção de Goiânia. Acervo MIS/GO.....	102
Figura 37: Grande Hotel, década de 1930. Fonte: Acervo MIS/GO.....	103
Figura 38: Palácio do Governo, década de 1930. Fonte: Acervo MIS/GO.....	104
Figura 39: Edifícios Art Déco em Goiânia. Fonte: Acervo MIS/GO, organizado pela autora, 2020. ....	105
Figura 40: Equipamentos e elementos urbanos em Art Déco. Fonte: Acervo MIS/GO, organizado pela autora, 2019.....	106
Figura 41: Localização de residências em estilo Art Déco em Goiânia. Fonte: elaborado pela autora, 2019. ....	107
Figura 42: Caracterização estilística das casas pioneiras em Goiânia. Fonte: Moura (2011).....	108
Figura 43: Casa do Interventor Pedro Ludovico Teixeira na Rua 20, em 1933, com a placa da construtora Coimbra Bueno & Pena Chaves. Fonte: Acervo MIS/GO. ....	109
Figura 44: Comparação entre residência colonial e residência implantada em Goiânia. Fonte: elaborado pela autora, 2019.....	110
Figura 45: Casa Tipo Especiais na Rua 20. Fonte: Acervo MIS/GO. ....	111
Figura 46: Casa Tipo para funcionários. Fonte: Acervo MIS/GO.....	111
Figura 47: Casa Tipo para operários. Fonte: Acervo MIS/GO.....	112
Figura 48: Exemplar de casa de particulares sem padrão e com referências ecléticas. Fonte: Acervo MIS/GO. ....	113
Figura 49: Localização da Arquitetura <i>kitsch</i> em Goiânia décadas de 1930-50. Fonte: Base de dados da Prefeitura. Org. pela autora, 2020.....	117
Figura 50: Praça Joaquim Lúcio. Coreto e ao fundo sede do Fórum e Prefeitura Municipal de Campinas com predomínio de arquitetura colonial. Fonte: Acervo MIS/GO.....	118
Figura 51: Antiga Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas após a reforma em 1940. Fonte: Acervo MIS/GO. ....	118
Figura 52: Colégio Santa Clara em 1928 – arquitetura colonial. Fonte: Acervo MIS/GO.....	118
Figura 53: Colégio Santa Clara em 1930 – acréscimos e reforma prevalecendo elementos <i>Art Déco</i> . Fonte: Acervo MIS/GO. ....	119
Figura 54: Casas construídas pelos operários nos bairros operários com semelhanças às casas-tipo propostas pelo Estado. Fonte: acervo da autora, 2019.....	121
Figura 55: Casa operária no Setor Leste Vilanova. Fonte: Acervo da autora, 2019.....	121

## INTRODUÇÃO

A cidade de Goiânia, desde sua fundação na década de 1930, foi erguida sob a égide da modernidade. Esse desejo por progresso e avanços, representando o novo em oposição ao velho, possibilitou a difusão da arquitetura moderna como mecanismo de transformação e permitiu a concretização do ideal político de expansão e modernização do Estado. A arquitetura pioneira implantada na nova capital do estado de Goiás, refletia o desejo por mudanças, não só politicamente, mas também estética e culturalmente, como forma de ruptura com o passado do estilo colonial da antiga capital. Busca-se por meio das expressões materiais a formação de uma identidade nacional e a afirmação de progresso.

A construção da cidade de Goiânia está intrinsecamente ligada à implantação do Estado Novo, a Era Vargas entre 1930 e 1945. Um contexto que marca o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo no Brasil, impulsionado por reformas e programas de desenvolvimento socioeconômico. Getúlio Vargas apoiou a transferência da capital goiana apresentada por Pedro Ludovico Teixeira, concretizando a intenção de interiorização e nacionalização do país.

Ao assumir o poder, o interventor Pedro Ludovico Teixeira não possuía nenhum projeto de governo capaz de garantir sua permanência no cargo, visto que era provisório. Mas viu na recuperação da ideia da mudança da capital, o discurso necessário do seu ideal político de tempo novo, calcado pela necessidade de um espaço urbano alicerçado por preceitos modernos de higiene, conforto e salubridade. O desejo de uma cidade nova estava estabelecido, representando uma postura política de vanguarda e o ensejo por um desenvolvimento do Estado que, àquela época, estava vinculado à imagem de atraso e sem perspectivas futuras.

Ao revisitar a história oficial de Goiânia, percebe-se a intenção representada por uma cidade nova: promessas de desenvolvimento, de tempo novo, de transformação, de negação do passado, mesmo que, para isso, fosse necessário aniquilar valores culturais da comunidade vilaboense e as tradições sertanejas. Essa postura de Pedro Ludovico Teixeira alimentou o desejo de modernidade. A imagem que se tem é a do mito em seu cavalo branco disposto a enfrentar tudo em nome do progresso. Essa imagem reforça o DNA de cidades novas proposto por Trevisan (2009), sendo o *desejo* o primeiro deles e proveniente de uma personagem que levou com afincado o objetivo e a razão de ser: uma cidade que pudesse receber as necessidades administrativas e promover a modernização do Estado, revelando o segundo gene: *a sua função*. Goiânia, assumiria não só o papel de Capital do Estado, mas sobretudo, um projeto de



modernização e interiorização do país, tornando-se palco para a difusão e implantação do ideário moderno que imperava nos principais centros urbanos do mundo.

O projeto de interiorização do país, associado aos preceitos do urbanismo higienista, endossou o primeiro e segundo genes de uma cidade nova: o seu criador e sua função. Não obstante, para que isso pudesse ocorrer era necessário que o plano urbanístico rebatesse, em suas linhas e traços, os ideais de modernidade e, ao mesmo tempo, fosse conduzido por personalidades reconhecidas em seus campos disciplinares, reforçando o terceiro, quarto e quinto genes: *o lugar, os profissionais e o projeto*. E, por fim, o tempo de concretização desta cidade nova, isto é, sua implantação, ocorrida entre as décadas de 1930-40.

Cabe lembrar, no caso de Goiânia, a importância de um sítio previamente escolhido, antecedendo inclusive o lançamento da pedra fundamental, realizado por Armando de Godoy e comitiva técnica, em 1932, tendo em vista legitimar o discurso por meio de um técnico especializado e reconhecido. Definido o sítio, houve a escolha do profissional responsável pelo projeto, permitindo a circulação do ideário moderno no Brasil no início do século passado. Goiânia é, portanto, resultado de um projeto urbanístico idealizado, proposto e alterado por um grupo de profissionais, sendo uma das representantes de cidades novas criadas ao longo do século XX, a partir das proposições do urbanismo moderno. O projeto da cidade e sua implantação são resultantes da contribuição de vários profissionais cuja intenção foi impor um espírito de modernidade em pleno sertão.

Iniciado por Atílio Correa Lima, que idealizou a nova capital, aos moldes da escola francesa de urbanismo, o projeto passou pela consultoria de Armando de Godoy mais próximo da visão norte-americana de cidades jardins e foi finalizado por um grupo, os Coimbra Bueno cujos interesses econômicos estavam acima de qualquer plano urbanístico ideal. Entre divergências e interesses próprios, pode-se dizer que a cidade, enfim, teve sua constituição embrionária alcançada, pois esse grupo de profissionais, conseguiu construir uma nova capital no sertão do Brasil em aproximadamente nove anos, revelando o sexto gene: *o tempo* (TREVISAN, 2009).

No entanto, para além do DNA que perpassa uma cidade ideal, criada *ex nihilo*, uma outra cidade nasce em paralelo. Se na primeira é possível vislumbrar seus limites previamente demarcados, na segunda, denominada por cidade real, tem-se a manifestação do tempo histórico, e, muitas vezes, uma ocupação e formação de uma aglomeração fora dos parâmetros urbanos que moldaram a cidade nova: aparecem outros personagens e estilos arquitetônicos até pouco mencionados. É sobre essa *outra* cidade, pouco conhecida, que o presente trabalho se dedica. Vale destacar que no decorrer da dissertação buscou-se oferecer também um panorama

teórico, abordando inicialmente conceitos sobre a modernidade e os estilos arquitetônicos: Art Déco e Kitsch.

Além do ideário moderno que repercute no plano urbanístico de Goiânia, o Art Déco prenuncia como estilo arquitetônico oficial e indica a reafirmação do desejo de modernidade, notadamente pelos edifícios oficiais. Ainda que tenha ocorrido miscelâneas e manifestações sertanejas na construção desses edifícios e outras expressões arquitetônicas na arquitetura residencial de Goiânia, legitimou-se o Art Déco como de afirmação da modernidade pretendida. No entanto, nesta *outra cidade* também se expressa uma *outra arquitetura*, muitas vezes tida como vulgar e anacrônica, mas que indica outras modernidades e sujeitos sociais que viabilizaram a construção e constituição de Goiânia com suas feições e goianidades.

Sua historiografia é datada pelo batismo cultural, ocorrido em 1942, quando foi lançada uma publicação com o intuito de reforçar o papel da cidade e oficializar sua história. Mais tarde, juntamente com os documentos de sua fundação, teve-se, por parte do IPHAN, o reconhecimento desse discurso por meio do tombamento federal (MANSO, 2004).

No entanto, é preciso observar como esse processo ocorreu, refletindo de que modo a história oficial se apresenta e como Goiânia tornou-se uma referência para a urbanística moderna. Ao investigar esse reconhecimento, busca-se revelar as questões para além dos limites da cidade ideal: a cidade real, seus sujeitos e representações sociais e suas expressões culturais que, por vezes, não constam na história oficial.

Mediante essas questões, o presente trabalho buscou elucidar as representações sociais e as manifestações de modernidade que completam e apontam a diversidade da própria modernização, superando o discurso hegemônico em prol de sujeitos silenciados e, por vezes, apagados à medida que suas expressões materiais também foram objeto de remoção, remodelação visando “corrigir” as áreas que fugissem ao proposto no plano urbanístico.

## **1.1.JUSTIFICATIVA**

A dissertação procurou ampliar e analisar a história da construção de Goiânia, sob um outro prisma, pois, a rigor, a historiografia oficial pouco menciona os sujeitos históricos que não encontraram representatividade dentro DNA de uma cidade nova, mas mesmo assim encontram meios de se legitimarem por meio da apropriação do espaço e da adoção de um estilo arquitetônico próprio, expressando e pontuando sua participação na construção da história da cidade.

Em complementação, faz-se necessário um outro olhar sobre a construção da cidade, tomando como objeto de estudo a arquitetura *kitsch* e sua representatividade de uma sociedade ao reconhecer seu caráter híbrido e multicultural, perpassando pelo viés dos estudos em história cultural e pós colonialismo. Essa postura é importante visando complementar a literatura oficial e o destaque dado às manifestações *Art Déco* que, inclusive, tornou-se objeto de reconhecimento identitário da cidade mediante o tombamento em 2003, oficializando-o como manifestação cultural na construção da cidade, reafirmando mais uma vez a história oficial, além do tombamento do traçado do núcleo pioneiro e o bairro de Campinas. Vale ressaltar que o termo *kitsch* é incerto e que há uma diversidade de hipóteses. Mas no geral pode ser considerado como um fenômeno universal, carregado de aspirações a felicidade e ao sentimento de pertencimento, não sendo necessariamente um estilo arquitetônico propriamente dito, mas que permite compreender as práticas sociais.

O entendimento deste contexto se elucida pela reflexão do processo histórico da construção da nova capital, perpassando pelos conceitos de modernidade, representação, identidade, utopia além de argumentar sobre o que foi a origem da nova da capital e como se ela se efetivou mediante a concretização de seu plano urbanístico e as manifestações dos sujeitos silenciados a fim de apresentar uma visão mais ampliada da oficialmente conhecida.

## **1.2.PROBLEMATIZAÇÃO**

Goiânia, antes mesmo de se consolidar como cidade propriamente dita, teve sua história contada. Ofélia Sócrates Nascimento Monteiro, em 1938, produziu a primeira obra sobre Goiânia: *Como nasceu Goiânia*. Sua produção se tornou imprescindível para a compreensão da ideia de cidade e modernidade que envolveu a construção da nova capital, reproduzindo o ambiente de mudança. Para Sandes e Arrais (2014), Goiânia é fruto de uma disputa política entre as oligarquias da época e a efetivação da transferência é moldada por um processo de modernização, tendo em vista uma nova experiência política, formatando um tempo cingido entre o antigo e o novo. A nova capital seria símbolo de progresso e modernidade, levando a uma dinamização do território e uma historicidade própria deste contexto.

Vários outros profissionais passaram a estudar a gênese e a formação de Goiânia, buscando, principalmente, compreender seu papel enquanto capital e sede administrativa do Estado e os preceitos modernistas que estabeleceram articulações com movimentos e expressões modernas. Não podendo deixar de citar os nomes de: Nasr Fayad Chaul (1988; 2015), Alexandre Ribeiro Gonçalves (2003), Tânia Daher (2003), Edgard Albuquerque Graeff

(1985), Luis Morais Palacin (1976), Gustavo Neiva Coelho (2004; 2019), Geraldo Teixeira Alvares (1942), Cristina Helou Gomide (2003), Manuel Ferreira Lima Filho, Celina Fernandes Almeida Manso (2001), Marcia Metran Mello (1996; 2006), dentre outros que foram utilizados ao longo dos capítulos. Esses autores reiteram a inserção histórica de Goiânia, impulsionada pelo desejo de modernidade e disputa política, o que reforça o discurso oficial, legitimando a visão de Monteiro (1938) e a história oficial da capital de Goiás.

No entanto, cabe observar que a história oficial é um filtro, pois exclui partes do que de fato ocorreu, ou seja, a formação de áreas não previstas, resultante da migração em massa. No decorrer da implantação da capital, houve a necessidade de acomodar essa parcela populacional longe dos limites da cidade ideal, criando uma segregação socioespacial que perpassa sua própria história. Além disso, é necessária uma reflexão da cidade como produto do capital, pois além do ideário de modernidade e progresso, havia o interesse privado em obter lucros com a urbanização do sertão brasileiro, tendo em vista a valoração da terra, antes rural e, pouco a pouco, inserida no perímetro urbano.

A firma Coimbra Bueno, responsável pela divulgação de várias propagandas pelo país com intuito de atrair pessoas para Goiânia, detinha de interesses político-institucionais e fundiários-econômicos para a construção da nova capital: assumir o poder e reconhecimento e a comercialização das terras de sua propriedade. Seus proprietários viam, nesse processo, a oportunidade de inserir seus nomes como parte do grupo de urbanistas com renome nacional. E, até certo ponto, obtiveram sucesso em suas jornadas. Em 1940, o prefeito de Curitiba, Rozaldo de Mello Leão, contratou a firma Coimbra e Bueno para desenvolver um plano diretor para Curitiba. E em 1947, Jerônimo Coimbra Bueno foi eleito governador e, em 1954, senador.

Porém, a intenção não é dar voz a essa parcela populacional detentora do poder, já legitimada pelo discurso da história oficial. Pretende-se aqui, dialogar com os estudos culturais pós-coloniais, analisando as práticas culturais de forma mais abrangente, levando em consideração todas as formas de cultura, tanto as da alta classe como aquelas ditas populares. Ademais, busca-se ao revisitar a historiografia da cidade, perpassar as expressões culturais reconhecidas e tombadas, identificando outras práticas sociais que contribuíram para a formação de expressões de modernidade no sertão.

Por se questionarem interações baseadas no poder e na autoridade, esses estudos não buscam impor verdades absolutas. Ao contrário, tem por intenção investigar a multiplicidade de práticas e representações sociais, vigentes no interior de cada cultura, agindo na valorização de saberes não hegemônicos e superando as crenças limitantes de que a formação de Goiânia somente ocorreu dentro dos limites pré-estabelecidos pelo projeto urbanístico e por um estilo

arquitetônico pré-definido. Falta dentro da historiografia goiana, reforçar e oferecer um espaço de vocalização dos indivíduos que se encontravam além desses limites.

Stuart Hall (2009) reforça a diversidade cultural que constitui uma sociedade, denominado por ele por *multicultural* – ou seja, uma sociedade formada por diferentes comunidades culturais que convivem e detêm questões comuns apesar de reterem algo de sua identidade original cujo traço principal é a heterogeneidade.

Ao revisitar a história e formação de Goiânia, pode-se observar melhor esses traços multiculturais e de que maneira os sujeitos não vocalizados foram importantes ao longo de sua construção. A pluralidade de vozes socioculturais possibilita ampliar o próprio conhecimento acerca da implantação, construção e consolidação de Goiânia. Trata-se de reconhecer que existe uma origem inicial, isto é, uma motivação para a construção da nova capital de Goiás, mas seu processo se consolida pelas diferenças culturais dos sujeitos que a constituem. Vale lembrar que desde os anos 1930, houve uma migração constante desde o anúncio de sua construção e, com maior intensidade, na década de 1960, em que migrantes oriundos de diferentes locais, moldaram a nova capital do Estado. Revisitar esses signos e traços, possibilita compreender as manifestações na arquitetura residencial tanto das áreas previstas no plano original quanto na formação de bairros, originalmente ditos, vilas operárias.

Se a formação da capital se legitimou pelo ideário moderno por meio do DNA de cidades novas (TREVISAN, 2009), tem-se sua consolidação ou a hibridização cultural que possibilitou a formação de uma manifestação *kitsch* ao observar as casas por eles construídas além de bairros e áreas ocupadas por esses sujeitos, em grande parte, silenciados. Para Rhodes (1983) são dois os tipos de arquitetura: aquelas executadas por profissionais e as que são elaboradas por pessoas que não possuem um saber técnico formal; a primeira é conhecida como arquitetura oficial ou erudita, que no caso de Goiânia, foi legitimada pelo estilo *Art Déco* e a segunda definida por espontânea, tendo em vista a não participação de arquitetos. Essa última, por sua vez, é pouco comentada ou quando muito, é vista como exótica, estranha ou inferior ou ainda destituída de saber.

No entanto Rohde (1981) ressalta que não há uma arquitetura espontânea ou oficial pura visto que, numa sociedade multicultural, ocorrem influências entre elas: *kitsch arquitetônico*, que se define a partir dos elementos apropriados da arquitetura oficial por parte da espontânea como meio de ascensão social. Muitas vezes, trata-se de tomar posse de elementos aceitos pela população, repercutindo os signos que sejam visualmente agradáveis.

Cabe lembrar, como ressalta Weimer (2005), a cultura foi construída a partir de um modelo teórico dominante em oposição a dos dominados, em que se destaca a expressão dos

dominadores e pouco reconhecimento às manifestações dos sujeitos silenciados. Muitas vezes, suas expressões culturais são reconhecidas como um universo vulgar marginal e mestiço. Muitas vezes são os feitos de senhores brancos que prevalecem em nossos livros de história, um universo onírico em que parte dos sujeitos são renegados por suas origens menos dignas. Muitas vezes, são demarcados espaços específicos para suas manifestações, mediante as nomenclaturas suburbanos e/ou vilas operárias, espaços que carregam estigmas de violência, marginalidade e insalubridade. A nomenclatura de determinadas áreas da cidade demonstra a segregação socioespacial inerente à própria ideia de modernidade, reforçando a ideia de que a realidade é bem mais complexa do que os discursos hegemônicos.

Pode-se dizer, a partir desses autores, que há uma hibridização arquitetônica que conforma a própria história da cidade. Reflete, portanto, o posicionamento de Hall (2009) de que uma sociedade deve ser avaliada a partir do grau multicultural de hibridização, entendendo suas diversas expressões culturais. Para efeitos de estudo, concentramos na compreensão da arquitetura *kitsch* e seu reconhecimento como manifestação de sujeitos pouco vocalizados ou silenciados na história de Goiânia.

### **1.3.OBJETIVOS**

#### **1.3.1. Objetivo Geral**

Para o desenvolvimento desta dissertação, tomou-se como hipótese de que a arquitetura *kitsch* pode ser compreendida como “efeito colateral” do projeto de modernidade da nova capital de Goiás, sendo uma manifestação dos sujeitos silenciados pela historiografia oficial, repercutindo no entendimento da hibridação como parte da identidade da sociedade para além da ideia do *Art Déco* como expressão arquitetônica hegemônica na formação da capital. Busca-se ampliar a discussão acerca da cidade planejada como projeto de modernidade tendo em vista as expressões multiculturais que compõem a cidade de “pedra e cal”.

#### **1.3.2. Objetivos Específicos**

1. Identificar o desejo de modernidade na construção da capital de Goiás;
2. Avaliar os discursos e seus protagonistas e a origem da nova capital;
3. Compreender as influências do ideário modernista na constituição de cidades novas e legitimação de uma visão urbanística no Brasil;
4. Reconhecer e caracterizar parte dos sujeitos silenciados na construção da capital;

### **1.4.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Foram realizadas pesquisas bibliográficas a partir de fontes documentais, tais como livros, revistas, endereços eletrônicos, reportagens, fotografias e desenhos referentes a arquitetura ou obras ligadas a produção em Goiânia da época, visando constatar a legitimação de um grupo hegemônico que se destaca na historiografia da nova capital.

A pesquisa também se desenvolveu por meio de levantamentos fotográficos no perímetro selecionado a fim de observar as características construtivas, analisando a estética e comparações com os outros estilos utilizados na época. Fotos antigas também foram objeto da pesquisa, sendo analisadas para uma maior compreensão, priorizando o aspecto geral da edificação, elementos construtivos, materiais e uso.

O material levantado em acervos públicos, acervos fotográficos e outras fontes primárias colaboraram para revisitar a história oficial e observar por meio desta iconografia, os efeitos colaterais de modernidade, tendo em vista a ocupação de áreas não previstas no plano oficial, além das dificuldades de implantação de uma cidade nova e moderna em pleno sertão. O contraste de elementos e a falta de infraestrutura no próprio perímetro urbano ampliam as fontes históricas oficiais, quanto ao caráter heroico e desbravador de Pedro Ludovico Teixeira.

À medida que se reuniu esse material, foi possível desenvolver a pesquisa, considerando conceitos, como o modernismo e modernidade. São palavras chaves e amplamente utilizadas no processo da construção da capital; também foram considerados: as questões históricas, como a Revolução de 1930; a mudança da capital; a marcha para Oeste; os sujeitos responsáveis por essa construção, o projeto da nova capital e seus autores. Apesar dessas questões já terem sido discutidas em demasia por outros autores é preciso o entendimento do contexto histórico que vivia Goiânia na década 1930 a fim de melhor caracterizar suas lacunas ou historicidades que atravessam a história oficial.

Para a vocalização dos silenciados, reportou-se aos conceitos de estudos culturais, visando reescrever e rememorar a historiografia goianiense. O intuito residiu em apontar um outro olhar para essa cidade nova, com seus subúrbios, seus operários e seus estilos arquitetônicos não convencionais. Com uma intenção quase Benjaminiana de “escovar a história a contrapelo”. E, na contramão, dos estudos arquitetônicos hegemônicos buscou-se, por fim, compreender a *arquitetura kitsch* e como esta ocorreu em Goiânia, apresentando os espaços que se manifestaram e suas características estilísticas. Houve uma complementação à sistemática proposta por Moura (2011) quanto às tipologias arquitetônicas presentes no período do centro pioneiro da cidade.

Para a elaboração da pesquisa, tem-se a estrutura da dissertação em três partes, a saber:

O primeiro capítulo aborda o contexto histórico do objeto de estudo, abordando o processo de formação da nova capital, apresentando Vila Boa de Goiás até a mudança para Goiânia. Foi realizado um breve panorama da antiga capital do estado do seu apogeu à sua “decadência”. Em seguida, fez-se necessário, para a melhor compreensão do tema, apresentar os conceitos sobre a modernidade visto que este está ligado ao próprio processo de mudança da nova capital que também foi abordado nessa etapa.

Na segunda parte, foi dada ênfase aos “protagonistas” dessa nova capital, analisando discursos do interventor Pedro Ludovico Teixeira, do urbanista Armando de Godoy, do arquiteto Atílio Correa Lima e do engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, como também foram feitas considerações acerca do planejamento urbano no Brasil e sua sistematização. Por fim, procurou-se compreender o processo de criação do plano urbanístico de Goiânia, suas alterações e sua concretização mediante a efetiva ocupação do território. A partir dessa análise, pode-se indicar a formação da *outra cidade* e as práticas e representações sociais aí presentes.

No terceiro momento, inicialmente buscou-se ir além da historiografia convencional, cujo objetivo estava em vocalizar os sujeitos históricos que fizeram parte da construção de Goiânia, porém não estão devidamente citados e/ou reconhecidos nos documentos históricos oficiais. Para melhor compreensão deste processo, buscou-se em suas representações sociais, identificar expressões culturais que destoam das oficiais. A partir disso, foram abordados os estilos arquitetônicos oficiais da capital comparados aos não oficiais, buscando apresentar uma conexão entre sujeitos históricos silenciados e a busca por parte dessa população de encontrar representatividade nesse cenário.



## **2. GOIÂNIA: A HISTÓRIA CONTADA**

---

## 2.1.ANTES DO MODERNO

Para uma melhor compreensão do processo histórico da construção da nova capital do Estado, faz-se necessário olhar para Vila Boa de Goiás. No século XVIII, ainda como Arraial de Sant'Anna foi fundada por Bartolomeu Bueno às margens do Rio Vermelho, com uma economia baseada na mineração, porém teve uma vida breve iniciando em 1726 e declinou-se após a década de 1750. O ouro trouxe o apogeu; o declínio veio acompanhado do estigma da decadência e pouco desenvolvimento urbano e econômico. A cidade de Vila Boa de Goiás expressa a ocupação “espontânea” dos bandeirantes e reforça a arquitetura colonial presente em grande parte das cidades de mineração que, adaptaram o barroco português na construção de seus edifícios de destaque: as igrejas, legitimando o poder religioso na estruturação do espaço colonial. No entanto, apesar da adaptação às condições locais e às técnicas disponíveis, no início do século XX, foi tida como insalubre e um modelo de ocupação arcaico, pois impossibilitava a execução do projeto de modernidade pretendido.

Reis Filho (1968) explana sobre a urbanização brasileira entre 1500 e 1720, em especial ao apresentar as características dos núcleos urbanos, considerando a organização espacial e as relações sociais numa tentativa de reconhecer o estudo da urbanização como um processo social, ou seja, um produto decorrente das condições históricas e da atuação dos agentes do processo de colonização e urbanização. Em outras palavras, o autor busca articular as questões históricas à arquitetura e a formação das cidades, possibilitando compreender a expressão cultural e o valor do legado produzido ao longo dos séculos XVII e XVIII nas cidades brasileiras. Trata-se de reconhecer por meio da urbanização e da arquitetura as práticas e sujeitos sociais presentes em um determinado contexto, revelando o modo de fazer cidades no interior do Brasil, ao longo do período colonial.

O ouro passou a ser escasso na região e as principais razões eram: emprego de técnicas rudimentares de exploração, a falta de mão de obra capaz de promover uma exploração mais intensa nas minas, carência financeira e administrativa. “Assim, todo o potencial da capitania era canalizado para a exploração do ouro, o que encarecia, cada vez mais, os bens de primeira necessidade”. (CHAUL, 2015, p. 41)

Em complementação, de acordo com Gonçalves (2003, p. 22):

Rapidamente, porém, a partir da segunda da segunda metade do século XVIII, a atividade mineratória entrou em declínio em Goiás, assim como aconteceu em Mato Grosso. Muitos dos povoados que surgiram com as minas se extinguíram à medida que a atividade de ouro entra em decadência. Ao aventureiro que se transformou em minério e viu o seu sonho de riqueza terminar rapidamente, restou apenas como única possibilidade de sobrevivência, ocupar as terras mais férteis, próximas às regiões

mineiras. As atividades da agricultura rudimentar de subsistência e principalmente a pecuária formaram a base da economia goiana do século XIX.

O período pós-aurífero representou a decadência do Estado. Porém essa aceitação de decadência e atraso da sociedade goiana, merece ser questionada. Como bem ressaltou em seu livro *Memória e História*, Jacques Le Goff (1990) afirma que, um dos termos mais confusos aplicados ao domínio da história, é o da decadência, por se tratar de uma palavra de diferentes significados, “infinitamente manipulável para fins ideológicos”, chegando a ser um termo “metafórico e abusivo”. Ainda para o autor Le Goff (1990, p. 376), “[...] o conceito de decadência nem sempre ocupa o mesmo lugar, nem tem o mesmo significado no interior de um sistema e nem sempre se opõe às mesmas palavras (e ideias correspondentes)”.

Pode-se dizer que a construção da identidade de estado atrasado, tenha surgido junto com a visão europeizada dos relatos dos viajantes naturalistas que por aqui passaram em suas expedições na província goiana no período imperial. O principal interesse das expedições eram, além de conhecer as técnicas utilizadas, a extração do ouro nas Províncias, conhecer melhor os biomas como a Floresta Amazônica, Pantanal e Mata Atlântica. Podemos destacar nomes como: Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau. (ANDRADE; BASTIANI, 2012). Muitos autores da historiografia goiana abordam essa questão e a origem do estigma da decadência:

Segundo Chaul (2015, p.31):

[...] na sociedade goiana do pós-mineração, houve o esgotamento de uma forma de produção e a sua substituição por outras atividades econômicas sem que isto tenha implicado a decadência propriamente dita. [...] esta transformação provocou mudanças na sociedade, com os deslocamentos de grupos sociais ligados às antigas e às novas atividades econômicas. Neste contexto, sedimentou-se um universo cultural próprio do homem do sertão, do roceiro, do camponês e do índio, um mundo distante dos padrões europeus e difícil de ser compreendido pelos viajantes do Velho Mundo.

Sobre a visão de decadência no estado Bertran (1991) argumenta:

A decadência tantas vezes ressaltada pelos viajantes da época existiu em termos, [pois] mineração sempre foi um negócio ciano e virulento, ignorante de fronteiras e de massa demográfica [...] labuta ingrata, o ouro goiano em si desinteressava. Apenas seu legado foi importante, pela estruturação primária do espaço físico. Após toda fase de riqueza abundante compreende-se logo o desapontamento e prostração do pós-aurífero. (BERTRAN, 1991, p.47)

Sobre os relatos Chaul (2015) enfatiza:

Os relatos deixavam implícitos que Goiás precisava de mão de obra produtiva, de trabalho livre, de substituição do ócio pelo negócio, Goiás carecia de povoamento, de gente para produzir, de capital e desenvolvimento. Goiás, portanto, era totalmente diferente da terra que povoava as ideias dos viajantes, e divergia ao extremo daqueles padrões europeus de modernidade e progresso, padrões esses que tinham presentes a ética protestante do capitalismo. (CHAUL, 2015, p. 49)

Apesar de Palacin (1994, p. 136), igualmente utilizar o termo decadência em suas obras sobre a história goiana, também desconfia do termo, como demonstrado a seguir:

De forma alguma podemos representar a decadência de Goiás como uma transição brusca de uma situação brilhante de prosperidade para uma ruína opaca. Pohl, que mal tolerava as contínuas lamúrias dos habitantes de Goiás sobre a tristeza de sua situação presente e os desmedidos exageros sobre a riqueza dos tempos idos, chega a assegurar que não acreditava nem na pintura da grandeza passada, nem no conceito decadência; para ele, as diferenças, meramente quantitativas, não constituíam um marco diferenciativo.

A primeira e unânime questão presentes nos vários relatos sobre a época referem-se aos caminhos da província. A falta de estrada era a principal alegação para justificar a decadência. Nos relatos de Saint-Hilaire, que percorreu o país de 1816 a 1822, as referências à distância entre as localidades e as péssimas condições das estradas, reclamando também dos períodos de chuva que criavam maiores obstáculos. Johann Emmanuel Pohl, que chegou ao Brasil em 1817 e percorreu quase todos os arraiais goianos, também em seus relatos, se queixava das péssimas condições em que se encontravam os caminhos de Goiás, alegando que eles se encontravam “trágicos”. Já George Gardner, chegando ao país em 1936, relatou as vilas goianas, como uma região desértica e de penúria. Por fim, os relatos de Francis Castelau que percorreu Goiás em 1843, não se diferenciava dos já apresentados pelos já citados (CHAUL, 2015). Verifica-se que há um senso comum entre esses viajantes: a dificuldade de acesso e articulação do interior do país com as cidades litorâneas, ou seja, os principais centros urbanos além das cidades que se consolidaram pela agricultura cafeeira e, posteriormente, a industrialização no início do século XX. No entanto, reconheceram e percorreram os caminhos existentes, que muitas vezes remontam aos deslocamentos indígenas e, depois, dos bandeirantes. Para Chaul (2015), tem-se uma indagação relevante quanto a isso:

Toda essa gente não encontrou falta de caminhos nem obstáculos intransponíveis para chegar a Goiás no auge da mineração. As estradas que lhe apresentavam não eram muito diferentes das que estavam acostumados a percorrer por onde já houvera ouro. O clamor e a decepção com relação às estradas goianas só intensificaram com o esgotamento do ouro, quando os aventureiros começaram a andar em direções inversas às que levavam a Goiás; ou seja, eles só reclamaram das estradas goianas quando foram trilhar outras passagens. E, à medida que passava a febre do ouro, os acessos gerais a Goiás foram se tornando cada vez mais difíceis (CHAUL, 2015, p.52).

É importante destacar que, para esses viajantes, o caminho percorrido pelo interior do Brasil, não foi fácil; eram diversas dificuldades encontradas nessa jornada: existia a diferença climática, os perigos de adentrar uma selva, os desvios de rota por engano, pousos com pouco ou nenhum conforto, além de estarem longe de seus entes queridos. E seus parâmetros eram totalmente diferentes, como poderiam analisar uma sociedade que nem tinha chegado a atingir o padrão de progresso que se encontrava na Europa? Acerca disso, o autor complementa:

Como se pode ver, para estes europeus acostumados a sociedades em processo de industrialização, com fábricas em pleno vapor e mundos se interligando através de meios de comunicação mais desenvolvidos, o interior de Goiás - com seus buracos que abrigavam águas das chuvas, com suas intransitáveis estradas para lugar nenhum - não poderia causar outra sensação senão a de atraso provocado pela decadência das minas. Chegavam à terra imaginando Goiás em esplendor devido à mineração, atividade que atrelara a região à cadeia da produção capitalista, mas se deparavam com uma província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos. Os olhares destes viajantes conseguiam apenas ver o deserto de homens, sem comércio e sem perspectivas, com estradas fantasmas e o ócio correndo na veia do povo mestiço, algo longe por demais dos exemplos e do labor anglo-saxões. Não se perguntavam as razões econômicas e sociais dessa situação, nem sobre o lugar desse pedaço “novo mundo” no mercado capitalista (CHAUL, 2015, p.67)

A descrição de Chaul (2015) acerca dos viajantes reforça a visão da época: relatar as terras desconhecidas, visando apreende-las para a compilação enciclopédica, característica do século XVIII. Não foi relatado somente pelos viajantes os problemas de ordem estrutural, a questão econômica e social, também estavam presentes. Para Saint-Hilaire (*apud* Chaul 2015), era incompreensível que uma região com tamanhas potencialidades não conseguia se desenvolver, já para Pohl, analisando a relação sociocultural entre brancos e negros e sobre o ócio dessa população enfatiza:

Estes homens, apesar de necessitados trabalham somente ao seu bel-prazer. Enquanto têm uns vinténs no bolso não mexem com as mãos. Conheci alguns desses elementos que tiravam a roupa suja e ficavam debaixo de uma árvore até que a negra lavasse e secasse ao sol; então tornavam a vesti-la e entregavam-se à ociosidade, sem se animarem a trabalhar para a melhor sorte. (CHAUL, 2015, p.71)

Verifica-se a visão colonialista ao descrever a sociedade que constituía a sociedade da região, buscando justificar o termo decadência e/ou a falta de progresso e desenvolvimento. Nesse sentido, a questão racial também fez parte das representações dos relatos dos viajantes europeus usadas para elucidar a decadência.

Schwarcz (1993, p. 13), no livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, argumenta: “Nesse como em outros casos, a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, construindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação.”

Outra questão era a imagem sob a ótica dos viajantes de um Goiás-sertão. Para Chaul (2015), o sertão:

O sertão constitui um tema que por si só, daria uma dissertação e exatamente devido suas riquezas e atualidade, não achamos que este esteja o lugar mais adequado para o aprofundamento desta análise. Pode-se dizer, no entanto, que o sertão está dentro de Goiás, que é difícil imaginar o território goiano do período pós-mineratório sem as imagens sequenciais de hectares infinitos de terras desabitadas, de lugares ermos, de aridez e abandono. O sertão está para o goiano como deserto para o árabe e as florestas para os britânicos (CHAUL, 2015, p. 76)

Refletindo sobre o sertão, a antropóloga Custódia Selma Sena (1986) o termo sertão pode ser limitado, “[...] o sertão é simultaneamente, singular e plural, é um e é muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fim do tempo, o que não está nunca onde está.”

A antropóloga Denise Maldini (1994, p. 57) acrescenta:

[...] a percepção do que é sertão se expressa amplamente, de forma dicotômica na oposição litoral/sertão. Tal representação parece ter sido forjada dentro das transformações do advento da República no Brasil, que implicaram numa profunda reorganização do espaço urbano, geográfico e político. A unificação política e a formação de um Estado moderno tiveram como bandeira ideológica a integração, na busca de uma identidade nacional.

Lugar de inúmeras representações, convergências e carregado de conteúdos simbólicos, pode-se concluir que, em suma, os viajantes europeus registraram a adversidade do meio e a incapacidade do goiano de enfrentá-la. O sertão goiano foi, de certo modo, incompreendido por esses viajantes, que não conseguiram captar com clareza sua realidade e o que ele representava. Tiveram uma posição estrangeira, carregada de adjetivos que enalteceram a visão de arcaico, atrasado e distante da visão modernizadora necessária ao desenvolvimento do país.

A conclusão textual de Chaul (2015, p. 99) sobre o conceito de decadência do período referido, ilustra perfeitamente o que foi mencionado anteriormente:

Acreditamos, assim que o conceito de decadência é um representação que foi gestada pelos cronistas e governadores de províncias e, posteriormente, reproduzida pela historiografia goiana, com base no isolamento da província, na visão europeizante dos estrangeiros que vieram a Goiás e na ilusão daquilo que pensavam ter existido (o fausto e a riqueza) na sociedade mineradora. Encontram, porém, uma sociedade em transição para a agropecuária, senhora dos seus limites e de suas carências. Considero que muito pouca diferença havia entre as duas sociedades no tocante à vida sociopolítica e econômica, pensando no que ficou para Goiás em termos de herança do período áureo da mineração. Aqui se encontra, em nossa opinião, o caminho para se entenderem aspectos como goianidade e para se compreender a ponte que liga a decadência de antes à modernidade dos anos 30.

A agropecuária sucedeu a mineração, e foi capaz de proporcionar o desenvolvimento do mercado interno. O gado foi a única possibilidade econômica rumo a uma perspectiva de mercado, servindo também de base para ascensão da agricultura (BERTRAN,1982).

Sobre a agropecuária, Itami Campos argumenta (1982, p.132):

A importância desta atividade para Goiás é inegável: a pecuária representou um papel histórico importante [...] porque evitou, após a decadência da mineração, o total despovoamento e a falência econômica de Goiás, funcionando como elemento de fixação do homem e de ocupação de novas parcelas de território goiano.

Com relação a agropecuária em Goiás, Chaul afirma:

É importante destacar que a agropecuária, como um todo, sempre existiu em Goiás, mesmo preterida em detrimento do ouro por ser considerada atividade econômica complementar ou secundária. Desenvolvera-se longe ou perto das minas, sendo na

maior parte do período aurífero, como era natural, uma atividade subsidiária da mineração. Não lhe era dada a atenção merecida, pois o ouro ofuscava qualquer outra atividade (CHAUL,2015, p.104)

A agricultura se desenvolveu conjuntamente com a pecuária, inicialmente como uma economia de subsistência ao longo do século XIX. Foi a partir da primeira década do século XX que houve a inserção do Estado no mercado nacional, devido ao desenvolvimento da economia cafeeira no centro-sul e a penetração da estrada de ferro no território goiano, unindo os espaços distantes, trazendo novos produtos e contribuindo para o crescimento populacional. O desenvolvimento agrícola serviu ainda como suporte econômico para a construção da futura capital do estado. (CHAUL, 2015)

Esses aspectos socioeconômicos revelam as condições e a percepção de um território ilhado e atrasado, cujas características sertanejas eram adjetivadas e consideradas um local marginal quando comparado ao restante do país. O domínio de determinados grupos hegemônicos contribuiu sobremaneira para essa dialética entre antigo e moderno (LE GOFF, 1990), tendo o conceito de decadência como uma visão pessimista da história no século XVIII. Por outro lado, a partir do iluminismo há uma visão otimista da história tendo como conceito chave o progresso, expressado por utópicas, sendo uma delas a própria ideia de cidade moderna.

## **2.2.MODERNIDADE E SEUS CONCEITOS**

Para melhor compreensão da construção da Goiânia, é necessário abordar os vários conceitos que estão correlacionados com o período. É notável que a historiografia da capital possui vários discursos, não só de Pedro Ludovico Teixeira, à época interventor do Estado, mas de todos seus apoiadores. Atílio Corrêa Lima que, em seu traçado para nova capital, idealizou uma capital, símbolo da modernidade; no relatório do engenheiro urbanista Armando de Godoy e, posteriormente em suas consultorias, para o traçado do novo plano e o discurso dos engenheiros Coimbra e Bueno. Esses personagens trazem consigo ideais de ordem, progresso, novo, moderno, modernidade. Mas o que vem a ser essas novas concepções? E o que era o velho e qual a pretensão do novo?

A palavra moderno, tanto utilizada nos discursos é um tema de complexa interpretação. Para Berman (1982, p. 13):

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal,

uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

Berman (1982, p. 14) argumenta sobre ser moderno, relacionando o novo com o velho:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz.

Para um melhor entendimento, o autor divide a história da modernidade em três fases: a primeira vai do século XVI até o fim do século XVIII, um período de gênese e transformações que se esmeram nas “revoluções” sociais e econômicas; a segunda inicia-se em 1790, com a Revolução Francesa e suas reverberações, que cultivaram um público moderno, imerso ao sentimento de viver uma onda revolucionária que desencadeia explosivas convulsões sociais e políticas. Para o autor, (1982, p.16): “Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro.” E, por fim, a terceira fase, o século XX, mediante o processo de modernização que se expande em larga escala, alcançando virtualmente todo o mundo e a cultura do modernismo, atingindo triunfos na arte e no pensamento.

Para Le Goff (1924), antigo e moderno são termos cercados de ambiguidade e de difícil conceituação, pois para o autor esses conceitos nem sempre correspondem à oposição entre eles. Autor também considera que as grandes transformações ocorridas ao longo da história sempre foram denominadas modernas, devido seu caráter inovador. Le Goff aponta que o par dialético antigo e moderno se relacionam à história do Ocidente, que desde o século V demarca uma oposição cultural e, depois, é modificado no século XIX com o aparecimento do conceito de modernidade e, posteriormente, de modernização – uma atitude necessária e colonizadora, tendo em vista a visão utópica de progresso.

Ao explicitar os termos, o autor salienta que “antigo” equivale a “tradicional” e “moderno” como “recente” ou “novo” e que são articulados a adjetivações, em sua maioria, pejorativas. Ao descrevê-los indica que o sentido de moderno como recente perdurou ao longo da Idade Média e que antigo como equivalente a pertencente ao passado, que desde o século XVI é denominado por Antiguidade, ou seja, o que está anterior à ascensão do Cristianismo, sendo uma denominação cronológica. E, nesse sentido, o moderno se coloca como antagônico ao período medieval mais do que à Antiguidade propriamente dita. Ao comentar sobre essa



relação, é importante observar o que o autor coloca: [...] esta grelha de leitura do passado nem sempre corresponde ao que os homens desse passado pensavam [...]” (LE GOFF, 1990, p. 149). E acrescenta sobre o par antagônico: [...] a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado [...] (LE GOFF, 1990, p. 151) ”

Para David Harvey (1993), a modernidade não envolve apenas uma ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações. Harvey avalia que o projeto da modernidade entrou em evidência no século XVIII, pelo pensamento iluminista que abraçou a ideia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição. Ainda segundo o autor:

O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas (HARVEY, 1993, p. 23).

Assim os pensadores iluministas, além de saudar a criatividade humana, a descoberta científica e busca da “excelência individual” em nome do progresso humano, acolheram a transitoriedade, o fugido e o fragmentário como condição necessária para a realização do projeto de modernização.

O novo/moderno opostos do antigo/tradicional alicerçavam a ideia de progresso da sociedade capitalista do século XVIII. Havia a necessidade de rompimento com o antigo sistema, conforme aponta Rezende (1993 *apud* CHAUL, 2015, p.177):

As revoluções burguesas se fizeram, exaltando a ruptura com o antigo sistema, anunciando um novo mundo, um novo homem livre das amarras medievais. Com essa exaltação do novo, fica até difícil distinguir realmente, a profundidade das mudanças, as mistificações que não deixam perceber, muitas vezes, onde o novo não escondia o velho. Quantas máscara não tinha esse novo homem, passageiro do “consciente” da aventura histórica que desprezava o passado e fabricava utopias. A ideia de progresso construída no século das luzes, modificava a própria concepção de tempo.

Marshall Berman (1982) afirma que Nietzsche e Marx são duas vozes do modernismo e ambos discorrem sobre essa atmosfera de contradição que esse período carregava:

Para Nietzsche, assim como para Marx, as correntes da história moderna eram irônicas e dialéticas: os ideais cristãos da integridade da alma e a aspiração à verdade levaram a implodir o próprio Cristianismo. O resultado constituiu os eventos que Nietzsche chamou de “a morte de Deus” e “o advento do niilismo”. A moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades. (BERMAN, 1982, p. 20)

Lefebvre (1969), ao relacionar modernismo e modernidade afirma:

[...] por modernismo, nós compreendemos a consciência que tomaram de si mesmos as épocas e os períodos, as gerações sucessivas; o modernismo consiste, pois, em fenômeno da consciência, em imagens e projeções em si, em exaltações feitas de

ilusões e de um pouco de perspicácia. O modernismo é um fato sociológico e ideológico [...] por modernidade nós compreendemos ao contrário, uma reflexão principiante, um espaço mais ou menos adiantado de crítica e autocrítica, numa tentativa de conhecimento[...] A modernidade difere do modernismo como um conceito em via de formulação, diferente dos fenômenos sociais como uma reflexão diante dos fatos. (LEFEBREVE, 1969, p. 275)

Para o autor modernismo é um fato, e modernidade é uma reflexão sobre as transformações e contradições do mundo moderno. E, segundo Le Goff (1990, p. 190):

[...] a modernidade “é um resultado ideológico do modernismo, impulso para a criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo. Assegurando ainda que antigo e modernos, são termos de difícil conceituação, pois eles nem sempre correspondem a oposição um do outro e que as grandes transformações ocorridas ao longo da história sempre foram denominadas modernas devido seu caráter inovador. (LE GOFF 1990, p.190)

Para Giddens (1993, p.8):

"modernidade" refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial [...]

Ainda sobre Nietzsche e o modernismo, David Harvey (1993, p. 25) afirma que: “para o filósofo, o moderno não era senão uma energia vital, a vontade de viver e de poder, nadando num mar de desordem, anarquia, destruição, alienação individual e desespero”. Dentro dessa derivação do pensamento de Nietzsche, o autor analisa que, para melhor compreensão do projeto modernista, faz-se necessário o entendimento da destruição criativa: “[...] afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer omelete sem quebrar os ovos, como observou toda uma linhagem de pensadores modernistas [...]” (HARVEY, 1993, p. 26)

A figura de Fausto, em *Fausto*, de Goethe, para Berman (1982), assinala bem o que viria a ser esse conceito de destruição criativa: um herói épico, capaz de destruir mitos religiosos, tradições para construir um mundo novo a partir das cinzas do antigo. Assim como Fausto, figuras não metafóricas fizeram o mesmo. Hausmann em Paris da metade do século XIX, Robert Moses em Nova York pós Segunda Guerra Mundial, onde a destruição em larga escala era justificada a partir de projetos urbanísticos como forma de nova produção espaços.

Vila Boa de Goiás, não foi destruída literalmente, mas foi colocada à margem do processo de urbanização e desenvolvimento do Estado de Goiás, com a idealização e concretização da mudança da capital, calcada por essa *visão faustiana*. Em outras palavras, a construção da nova capital pressupunha a negação de um passado de “atraso” em prol de um ideário de modernidade, travestido por uma cidade nova. Dessa maneira, a percepção dos autores sobre modernidade residia no desejo da transferência e a modernização sua efetiva constituição.

A imagem construída foi a de um empreendedor, agente das grandes transformações, um herói, um interventor revolucionário disposto a enfrentar a tudo e a todos. Um *Fausto* no sertão do Brasil com a capacidade de construir um novo mundo, a partir das cinzas do antigo, aniquilando seus adversários políticos ao alinhar-se a um projeto de modernidade nacional.

Ao utilizarmos os conceitos de Harvey (1993), podemos notar que a construção de Goiânia é um exemplo concreto de projeto de modernidade, cheio de rupturas políticas, em que oligarquias foram dispostas do poder, em prol de um novo partido político que trazia consigo a bandeira do progresso, transitoriedade quando ocorre a mudança da capital, deixando para trás, um passado que, na visão dos progressistas, era sinônimo de retrocesso.

No entanto, a modernização em si se constituiu pela fragmentação do projeto urbanístico, iniciado por Attilio Corrêa Lima, alterado pelos engenheiros Coimbra Bueno com a consultoria de Armando de Godoy e, por fim a própria cidade, que foi constituída a partir da dinâmica socioespacial, resultando em um território bem mais complexo do que aquele imaginado e almejado por seus idealizadores e autores. Formaram-se duas cidades dentro de uma: a primeira ideal com largas avenidas, arborizadas, casas modernas e a segunda a real, que extrapola os limites urbanos programados, com casas de pau-a-pique e que carregam consigo sujeitos invisíveis ou pouco vocalizados nos discursos hegemônicos.

## 2.3.A ORIGEM DA CAPITAL DO SERTÃO

### 2.3.1. Mudanças Políticas

Com a crise mundial de 1929, a revolta tenentista, e a crise econômica, republicana e cafeeira fizeram com que o setor agrário exportador, a elite do café e as oligarquias no interior perdessem o poder para a classe média apoiada pelos militares. Para Boris Fausto (1979), a Revolução de 1930, manifesta a necessidade de reajustar a estrutura do país e por fim a hegemonia da burguesia do café que se constitui ao longo da primeira república como única classe dominante do país, capaz de monopolizar o poder do estado.

Alguns políticos se juntaram a Getúlio Vargas, compondo a coligação política nomeada Aliança Liberal (figura 1). Fez parte dessa aliança o



Figura 1: Cartaz da campanha para a presidência da República, 1930. Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

líder político de Vargas, Borges de Medeiros, que foi governador do Rio Grande do Sul em 1923, além de outros políticos, a saber: Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Virgílio de Melo Franco, Maurício Cardoso e Francisco Campos. Alguns tenentistas também fizeram parte dessa nova aliança, os nomes de maior expressão foram: Juarez Távora, João Alberto e Miguel Costa.

Esse movimento revolucionário teve início no Rio Grande do Sul e levou Getúlio Vargas ao poder, após a deposição de Washington Luís e o impedimento de posse de Júlio Prestes, iniciando assim o Governo Provisório de Vargas com o fechamento do congresso e a suspensão da constituição de 1891 (figura 2).

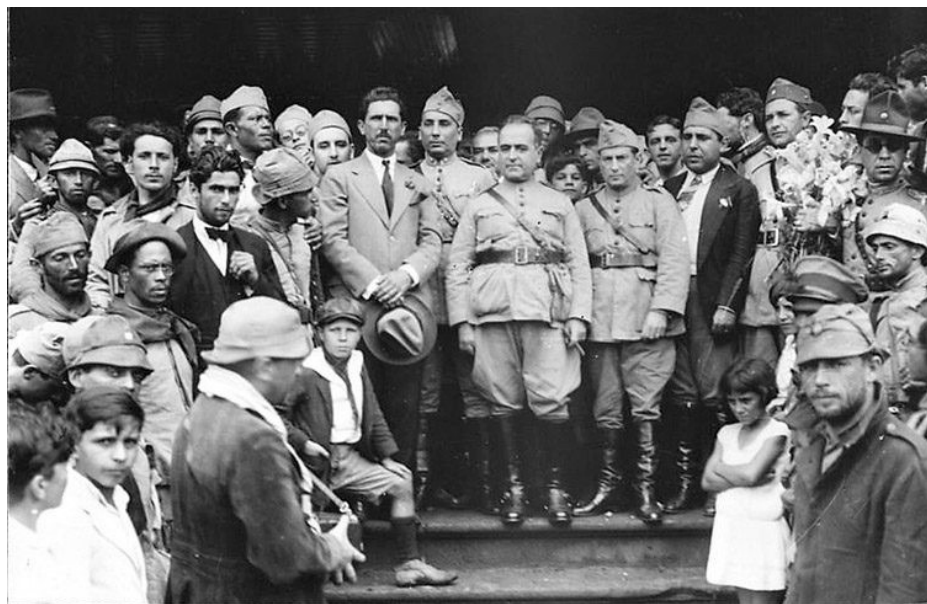


Figura 2: Getúlio Vargas com outros líderes da revolução de 1930, em Itacaré, logo após a derrubada de Washington Luiz. Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Nas palavras de Chaul (1989, p. 35):

No cenário brasileiro da época, as modificações sócio-políticas continuavam acompanhando as transformações econômicas. Nas grandes cidades, as amplas reivindicações das classes médias e do proletariado urbano, vieram juntar-se as da emergente burguesia industrial. Momentaneamente aliadas a estes, porque igualmente tolhida no seu crescimento face a política vigente até então, frações oligárquicas excluídas do poder engrossaram as fileiras dos que ansiavam por mudança. Tais forças, antagônicas na sua formação, mas unidas no interesse comum de derrubar a velha ordem oligárquica, veem seu movimento vitorioso sob o comando de Getúlio Vargas.

Foi um período de intensas mudanças nacionais e de rupturas com antigos paradigmas: o Estado torna-se mais centralizado, intervencionista e orientado para a industrialização. A Revolução de 1930 instalou um modelo político centralizador, permitindo que a industrialização avançasse, juntamente com a urbanização das grandes cidades, pautadas pela lógica capitalista de produção do espaço urbano. Para Araújo (2017, p. 23):

A Revolução de 1930 foi objeto de várias interpretações. Alguns a classificaram como uma revolução burguesa, outros como uma revolução das classes médias, e outros apenas como um golpe militar. Independentemente do caráter que se lhe queira atribuir, foi certamente um ponto de inflexão na política brasileira. Seu efeito disjuntivo ficaria evidente logo no início do novo governo. Em contraposição ao modelo descentralizador e federalista da Primeira República, foi introduzido um modelo centralizador e intervencionista. O apoio popular permitia ao governo ousar em suas iniciativas contrárias aos interesses políticos das oligarquias derrotadas. Mas Getúlio Vargas também soube acomodar interesses, em especial os econômicos. Praticou uma política de compromisso, a qual lhe permitiu levar a cabo importantes mudanças no país. Moveu-se articulando interesses da burguesia industrial, das oligarquias rurais, dos militares e dos trabalhadores. Outra importante mudança se deu na esfera da administração pública. A centralização administrativa obrigou a construção de novas instituições do Estado, fundamentais para planejar e dar vida às mudanças que o país viria a experimentar.

Fausto (1979, p. 113), sobre esse processo histórico e suas mudanças, complementa:

[...] o reajuste, obtido após um doloroso processo de gestação [...] significa uma guinada importante no processo histórico brasileiro. A mudança das relações entre o poder estatal e a classe operária é a condição do populismo; a perda do comando político pelo centro dominante, associada à nova forma de Estado, possibilita, a longo prazo, o desenvolvimento industrial, no marco do compromisso; as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia, em relação ao conjunto da sociedade.

O governo de Getúlio Vargas, encontrou o país com uma economia em crise. Com a retirada do capital estrangeiro e a queda nas exportações, a estratégia política encontrada foi investir na produção nacional que iria suprir a demanda de consumo interno e compensar a baixa nas exportações.

O novo governo precisou reestruturar todo sistema de comunicação para a distribuição e consumo da produção, assim os setores econômicos, sociais e políticos ficaram centralizados e dependentes do poder público, abolindo a autonomia do Estado e, conseqüentemente, enfraquecendo o poder das oligarquias locais.

Quanto aos aspectos sociais, o novo poder, preocupado com constantes movimentos grevistas que paralisavam a economia, elaborou uma nova legislação social. Vargas percebeu nos trabalhadores uma nova base de apoio político, capaz de contrabalancear a influência tradicional das oligarquias rurais. (FAUSTO, 1979)

Em Goiás a situação política na época era bem distinta; de um lado, a oligarquia dominante que representava a Primeira República comandada pela família Ramos Caiado e, de outro, a oposição, representada pelo médico Pedro Ludovico Teixeira, constituída por pequenos e médios proprietários de terra, comerciantes, profissionais liberais, pela classe média do Estado. Nas palavras de Chaul (1989, p. 33):

[...] o universo crítico dos oposicionistas goianos se restringia à estrutura jurídico-política nacional. Aliados da oligarquia no poder no plano econômico e cultural, sem maiores propostas a apresentar como solução nacional, restava como bandeira de luta

para as oligarquias dissidentes apenas a requisição de concessões políticas, ou seja, lutavam apenas por uma rotatividade no poder. (CHAUL, 1989, p. 33)

A ascensão de Vargas ao poder no cenário nacional foi fundamental para a atuação de Pedro Ludovico Teixeira em Goiás, à medida que contou com o apoio federal para levar adiante a proposta mudancista. Soma-se a essa mudança política, aspectos econômicos, descritos a seguir.

### 2.3.2. Mudanças Econômicas

Com relação à sua situação econômica, o Estado possuía uma extensão territorial de grande relevância e uma população rarefeita vivendo de uma economia agropastoril, onde os grandes centros não possuíam capacidade de abrigar a indústria. Segundo Jaime Câmara (1973, p. 25), as cidades não ofereciam perspectivas para a população migrante do campo, levando os mais jovens a buscar oportunidades nos grandes centros urbanos da época, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em suas palavras:

Às vésperas do movimento armado de 1930, que se consumou em virtude da ação coordenada dos Estados rebeldes Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, a situação de Goiás não era das mais promissoras. Estado territorialmente extenso, com população rarefeita, mercê de estrutura econômica antiquada, vivia das atividades agropastoril. Os centros urbanos não tinham condições de abrigar qualquer iniciativa de natureza industrial, figurando praticamente como depósitos de produção que vinha do campo e, por isso mesmo, não ofereciam perspectivas de emprego, obrigando seus jovens a procurar centros mais adiantados.

A revolução de 1930 atingiu a oligarquia da família Caiado que estava no poder desde o início do século XX. Em reação, houve movimentos visando sufocar uma rebelião, ocorrida no sudoeste goiano liderada por Pedro Ludovico Teixeira, que contou com o apoio de forças revolucionárias de Minas Gerais. Sem muito sucesso, a oligarquia dominante não conseguiu conter tal ato levando ao poder o grupo dissidente e Pedro Ludovico Teixeira foi o escolhido para ser tornar o interventor federal do Estado de Goiás.

Ainda segundo Chaul:

Em Goiás, estado de economia e mentalidade agropastoris, onde reinavam os mandos e desmandos dos Caiados, num Brasil em transformações, como vimos anteriormente, o remédio oposicionista, se não era de cura, era, pelo menos alívio para os males do povo. Um médico, enveredado pelos caminhos da política tomou frente do movimento. (CHAUL, 1989, p. 47)

O novo grupo no poder era formado por profissionais liberais: médicos, advogados, farmacêuticos e engenheiros, ou seja, apesar de estarem vinculados a atividades no campo, eram pessoas que tinham uma mentalidade urbana e um saber técnico, como o próprio Pedro

Ludovico, médico de formação e fazendeiro. E seu conhecimento técnico tornou-se base das ações do governo, notadamente na construção do discurso mudancista.

Pedro Ludovico após se estabilizar no poder, encontrou várias dificuldades para administrar a capital do estado, Vila Boa, cidade sede da oposição, apesar de afastada, detinha prestígio e influência, principalmente entre os proprietários de terra, os comerciantes, os funcionários públicos.

A visão modernista havia chegado a Goiás. Para Campos (1996), o regulamento de Saúde Pública do interventor do Estado reafirmava a visão urbanística da época, constituindo uma política de desenvolvimento econômico no interior do país. Processo esse iniciado com a construção da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte em 1898, seguida pelas ideias de uma nova capital para Goiás, nas décadas de 1920-30.

Soma-se ainda ao desejo de uma cidade planejada e com condições sanitárias suficientes, as dificuldades enfrentadas por Pedro Ludovico quanto às relações políticas. Apesar da antiga oligarquia afastada, esta ainda detinha prestígio e influência em Vila Boa, principalmente entre os proprietários de terra, os comerciantes, os funcionários públicos. Daher relata (2003, p.32)

Foi nesse clima de constrangimento que o governo recém-instalado começou a pensar na possibilidade de mudar a capital para um local mais adequado à nova administração. Só assim seria possível implantar os ideais da Revolução de 30: uma capital distante do ambiente vivenciado do antigo governo concluiria, de uma vez, a ruptura com o Goiás arcaico, e uma nova sede administrativa expressaria bem o início de uma nova época. [...]

Ao assumir o poder o Pedro Ludovico não possuía nenhum projeto de governo capaz de garantir sua permanência no cargo uma vez que era provisório. Desse modo, a mudança da capital passou a ser uma bandeira para um tempo novo, isto é, a permanência de poder desse grupo político, liderado por Pedro Ludovico Teixeira. Mello (1996, p.33) relata:

A efetivação da mudança da capital, apesar de ser uma ideia antiga, e a construção de uma nova cidade, para abrigar a sede do governo do Estado, só foi possível devido às coincidências de intenções políticas e econômicas, em nível nacional e estadual, surgidas na década de 30. Pode-se dizer que isto deveu-se mais especificamente, a política do presidente Getúlio Vargas, após revolução de 30.

As intenções políticas se alinhavam às questões econômicas em que era necessário modernizar o Estado promovendo e articulando-o aos grandes centros urbanos. Para tanto, a mudança da capital permitiu o distanciamento político do grupo rival e, ao mesmo tempo, induziu ao desenvolvimento da agropecuária, tendo Goiânia como o centro de articulação do território goiano.

## **2.4.HIGIENISMO E ARQUITETURA**

Pedro Ludovico incorporou em seu discurso, a problemática da higiene pública, uma estratégia em converter a medicina em pauta política para viabilizar a renovação e/ou modificação das estruturas urbanas, tidas como insalubres e inviáveis para a vida urbana necessária para o desenvolvimento econômico do país. Ao mesmo tempo, conforme Chaul (2015), trata-se de uma medida também para controle e regularização da vida social.

De acordo com Campos (1996), a medicina, no século XVIII e XIX, passou por transformações, tanto na sua forma de conhecimento, quanto no modo de intervenção e passou a ter a cidade como lugar de experimentação da sua política médica, devido ao fato das cidades estarem se transformando e se tornando cada vez em centros urbanos consolidados. Nas palavras do autor:

O objeto desta nova medicina se desloca da doença para a saúde. Ela vai representar um novo conhecimento sobre o homem e não somente sobre ele, pois torna-se mais abrangente o seu objeto de conhecimento. Esta passa a englobar também o meio ambiente, a natureza e a sociedade em que o homem vive, daí uma maior preocupação com o social — a medicina passa a ser uma ciência do social. (CAMPOS, 1996, p.175).

A cidade do Rio de Janeiro, em meados no século XIX, capital do Império, foi um exemplo da ação médica, com o objetivo de saneá-la devido a uma série de epidemias, principalmente a de febre amarela. Os médicos ofereceram assessoria à Câmara Municipal, com a elaboração de normas de higiene e do código de posturas com o intuito de “sanitarizar a cidade” e sua população. Observa-se que essa política, também recorrente nas cidades europeias, detinha de uma visão higienista, pautada pelas condições urbanas defendidas pelos modernistas, principalmente quanto a abertura de vias e reordenamento do traçado urbano.

Em Goiás não foi diferente, Vila Boa, até então capital do estado, foi objeto de análise. Campos (1996) lembra que a ação médica de sanear a sociedade estava ligada a permanência no poder, pois, através de seu conhecimento médico, Pedro Ludovico incorporava a problemática da higiene pública como forma de controle político. Isso remete às observações de Foucault sobre o uso da medicina como recurso discursivo da política:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1979, p. 80)

Também é uma estratégia de desqualificar o tradicional, o popular e conseqüentemente silenciá-los, reforçando um regime de verdades (FOUCAULT, 1989) e regime de representação (HALL, 1999) sobre a massa que contribui para roubar-lhe o poder de enunciação dos detentores do saber popular.



Para Chaul (2015, p.218), “[...] Pedro Ludovico foi escolhido para a condução do governo, passando a representar em Goiás a versão contemporânea dos mitos apontados por Foucault: o do poder do médico sobre as almas e o da cura da sociedade.” Assim o interventor se torna o arquétipo da relação entre a medicina e a política. Lembrando que, em 1926, o também médico Brasil Caiado, governador do estado, havia implantado o Serviço Sanitário do Estado, demonstrando que o saber médico passa a ser um instrumento de aproximação com a política no estado. Em 1931, Pedro Ludovico, sancionou o Regulamento da Saúde Pública, no qual desqualificava as condições de Vila Boa. Para Campos (1996, p. 177):

[...] o médico é chamado para desempenhar uma função importante na administração pública. Os regulamentos da saúde pública atribuem a esses profissionais um conhecimento técnico que detêm. São colocados em destaque no Estado e nas municipalidades, pois através do serviço sanitário, via regulamentos, podem intervir e controlar o Estado como um todo, os espaços urbanos e rurais, o trabalho e o lazer e a morte.

O Regulamento de Saúde Pública de 1931 foi um extenso documento que, além de discorrer sobre a insalubridade de Vila Boa, detalhou em cada item a ação do governo no setor sanitário e na saúde da população, tratando da higiene e da situação médico-sanitária desde as construções até as condições de moradia. Consta no documento diversas definições e orientações para a ocupação do espaço urbano, com destaque à iluminação natural e à ventilação, além de um incipiente parâmetro de ocupação do terreno, com recuos entre as edificações. Sobre isso, Monteiro (1938, p. 6) destaca:

[...] Todo compartimento da habitação, seja qual for o fim a que se destina, deverá ter porta ou janela abrindo para o exterior diretamente, por onde receba iluminação e insolação também diretas.[...]

As construções que se acharem num lote guardarão distância necessária entre as faces para que a satisfaçam as condições convenientes de insolação. [...]

[...] Para que sejam asseguradas as condições necessárias à boa ventilação e iluminação de todos os compartimentos nenhum prédio poderá ser construído de modo que qualquer de suas paredes externas se apoie diretamente nas encostas de colinas, prédios vizinhos ou elevação de terreno [...]

O documento também descrevia as condições necessárias para os ambientes das residências, considerando os seus usos e características específicas, já prenunciando os códigos de edificações vigentes atualmente. Para um melhor entendimento do Regulamento de Saúde Pública, sancionado por Pedro Ludovico, faz-se necessário um breve panorama sobre as condições das residências tradicionais da antiga capital do Estado.

A casa urbana tradicional produzida em Goiás até o início do século XX, caracteriza-se pelas casas produzidas no período colonial. De configuração simples, as residências eram construídas sobre o alinhamento das vias e as paredes laterais situavam-se sobre o limite do

terreno, definindo a rua. A ocupação da capital do Estado reafirma as características das cidades coloniais brasileiras, conforme descreve Reis Filho (1995, p. 22):

Pode afirmar com segurança que durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas. Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e parede lateral sobre o limite do terreno.

O autor acrescenta que a rua era o resultado da união entre conjuntos de prédios e por eles era definida. Como nessa época não havia equipamentos de precisão topográfica, os traços das ruas eram feitos por meio de cordas e estacas, não havia a possibilidade de serem mantidos por muito tempo sem que fossem erguidos os edifícios. Com uma impressão monótona, que se acentuava devido a falta de verde e arborização das ruas, as casas eram construídas de modo uniforme e, na maioria dos casos, a padronização era fixada nas cartas régias. Com a ausência de equipamentos urbanos adequados, o fornecimento de água e esgoto eram insuficientes e também eram totalmente dependentes da mão de obra escravizada. (REIS FILHO, 1995, p. 24)

Na antiga capital Vila Boa, as casas eram predominantemente de pavimento único, com uma setorização bastante simples, e uso baseado na presença de mão-de-obra. De acordo com Reis Filho (1995, p.26), para que funcionasse devidamente era necessária a presença de trabalho escravo, qual para sua funcionalidade, como também em sua construção. Por esse motivo as técnicas construtivas se baseavam em nível tecnológico simples Moura (2011), ao descrever as casas urbanas coloniais, aponta que esses aspectos de sua configuração espacial eram bastante simples (figura 3):

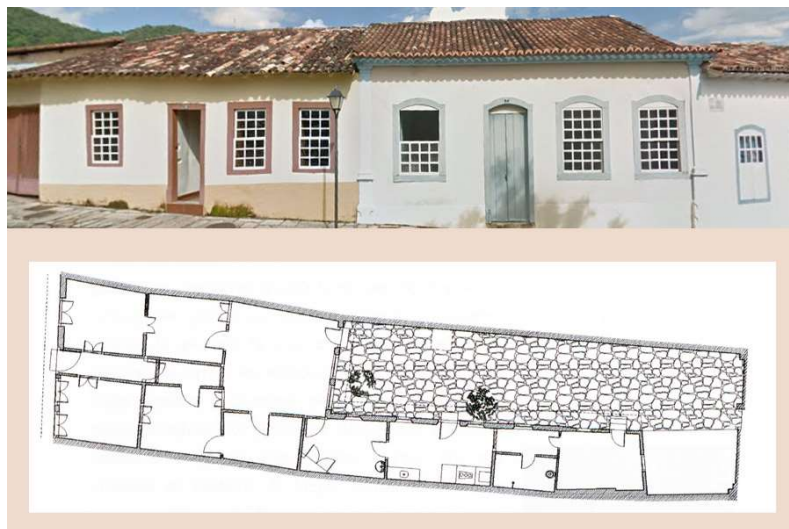


Figura 3:Acima imagem da fachada das casas urbanas coloniais. Fonte:www.googleearth.com, Abaixo: Planta da Residência situada à Rua Dom Candido,37, Goiás. Moradia com distribuição espacial típica da arquitetura tradicional goiana. Fonte: MOURA,2011). Editado pela autora, 2019.

Moura (2011) comenta:

[...] a porta principal dava acesso a um corredor, este poderia ocupar posição central ou lateral, variando de acordo com o tamanho da morada, tal corredor dava acesso à varanda principal, situado nos fundos, local destinado ao convívio familiar e permanência das mulheres e crianças. Na faixa frontal, com janelas que se abriam à rua, situava-se as salas, domínio essencialmente masculino. Em determinado ponto, o corredor era interrompido por outra porta, que em muitos casos possuía a folha menor que o vão para garantir a ventilação e iluminação, mesmo que precária, das alcovas. As alcovas, quartos de dormir distribuídos ao longo do corredor, não possuíam aberturas e eram interligados por meio de portas. (MOURA, 2011, p. 27)

Poucas foram as alterações, no conjunto arquitetônico de Vila Boa durante o século XIX e XX (figura 4). A capital era apresentada como se estivesse congelada no tempo, colocada como sinônimo de atraso e repletas de ruralidades ou numa visão arcaica e deslocada do desejo de modernidade do início do século XX. Toda essa situação foi afirmada pelo Regulamento de Saúde Pública que seria mais um instrumento de justificativa para a mudança da capital nas décadas seguintes.



Figura 4: Imagem de Vila Boa, em 1937. Foto: Alois Feichtenberger. Acervo: Amália Hermano do HIGG.

O discurso do tempo novo estava posto, sendo necessário sua afirmação por meio de um projeto Nacionalista alicerçado pela visão de progresso e desenvolvimento.

## **2.5.MARCHA PARA OESTE, O PROJETO NACIONALISTA**

Dentro do discurso mudancista de Pedro Ludovico, inserem-se ideais, que auxiliam na compreensão da construção de Goiânia. No aspecto político existia a necessidade de vincular a região ao projeto nacionalista da era Vargas, por meio da Marcha para Oeste. Esta estratégia política buscava a integração territorial e representava a criação de uma imagem do país em construção, a caminho do progresso e da modernização e efetivando a ocupação das regiões interioranas e não somente as áreas litorâneas. Para Chaul (2009, p. 107), o projeto de integração nacional visava definir e controlar as fronteiras nacionais, mediante o povoamento e a constituição de cidades novas ao longo de eixos viários estratégicos, como a BR-153, ligando o norte ao sul do país. Nas palavras do autor:

Destaca-se nos anos trinta o crescente interesse do Governo Federal na ocupação capitalista da Amazônia, dentro da chamada “Marcha para Oeste”, da qual Goiânia seria símbolo do Brasil “grande”, do “novo”, do “progresso”, que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político, além de representar o “novo tempo” que se estruturava nos horizontes nacionais.(CHAUL, 2009, p.107)

De acordo com Campos (1996), o movimento dos anos 1930 se apresenta como momento da superação do padrão político em que o campo dominava, tendo como grupos dominantes política e economicamente as oligarquias e os coronéis. Com a ascensão dos centros urbanos e a criação de cidades novas, houve uma pressão da massa migrante por melhores condições de vida, além de estabelecer novas plataformas de desenvolvimento econômico, tornando a industrialização uma pauta importante e, quase sempre, vinculada ao processo de urbanização.

No Estado de Goiás, rebatando os desejos políticos nacionais, Pedro Ludovico Teixeira via na nova capital, a materialização das ideias de colonização do sertão brasileiro no século XX. Implantar uma cidade nova representaria expansão da fronteira agrícola do país, em perfeita sintonia com as necessidades tanto do setor urbano industrial quanto do setor agrário. Para o grupo que assumiu o governo provisório, a mudança era um meio de se sustentar no poder, criando um novo centro político distante dos grupos depositos pelo movimento de 1930, além de ser um mecanismo capaz de inserir o Estado no mercado nacional. Para Chaul:

[...] a Marcha para o Oeste constituía o fruto momentâneo de uma prática sem precedentes no Brasil, ou seja, a da interiorização do país, ou em outras palavras, a da construção da “modernidade na selva”. Essas imagens justificavam plenamente Goiânia como capital do sertão.” (CHAUL, 1997, p. 222)

O nascimento de Goiânia, ocorreu de forma distinta das outras cidades do Estado que em sua grande maioria foram construídas a partir da mineração, agricultura e da pecuária. A

cidade foi um plano político, gerada de forma intencional, com a finalidade de ser transformada em o novo centro de desenvolvimento político, econômico, social e cultural (figura 5).

Símbolo de um tempo novo de progresso e modernidade, que nascia com a função de representar uma nova ordem que iria romper com o tradicional, tomando as normas sociais, estruturais e valores europeus como parâmetros universais. Ainda segundo o autor, era um meio de ruptura com o passado e a construção de uma utopia, em que buscava-se dotar Goiás de um espírito de modernidade, superando a estagnação do século XIX, após a suposta decadência da mineração como já foi explanado.

A Marcha para o Oeste representaria o projeto brasileiro de modernidade e foi a oportunidade que Pedro Ludovico teve para alavancar o desenvolvimento do Estado. Para Chaul (2015, p. 35): “[...] Nesse cenário, a nação e a região se encontravam unidas em um mesmo fim: a busca da modernidade através do ideal de progresso”. Ainda sobre a revolução de trinta e suas consequências para o estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira discorre:

Sempre consideramos a grande empresa a que nos propúnhamos um fruto da Revolução de trinta. Foi com o advento do novo regime, com a queda dos oligarcas que imperavam no Estado há dois decênios, submetendo o povo de nossa terra a um governo feudal, que se criaram as condições de liberdade e progresso capazes de propiciar o surgimento de uma nova era de desenvolvimento para Goiás [...] o movimento revolucionário abriu novas perspectivas para o nosso povo, criando-se um estado de coisas incompatíveis com o “status quo” estabelecido pelo longo domínio retrógado, truculento. (TEIXEIRA, 1966, p. 25)

Trevisan (2009), em sua tese de doutorado, emprega seis atributos ou genes que qualificariam uma cidade como sendo uma “cidade nova”. Para o autor, devem ser consideradas “cidades novas” aqueles núcleos urbanos que foram gerados através do “desejo, razão de ser, lugar, agentes, projeto e tempo”. A história da nova capital se encaixa perfeitamente nos atributos proposto pelo autor, uma vez que o desejo e a razão de ser foram apontadas pelo interventor apoiado em seu saber médico.

Dentro do processo de criação da nova capital, existiu a vontade do novo poder político. A Revolução de 1930 derrubou a oligarquia da família Caiado e a oligarquia dissidente tomou o poder sob o comando de Pedro Ludovico Teixeira, que utiliza do desejo de mudança da nova capital como bandeira política e mecanismo de vinculação da região ao projeto nacionalista de



Figura 5: Cartaz da campanha de Getúlio Vargas incentivando a marcha para oeste. Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas, criando assim a imagem de progresso e modernização. Em seguida foram articuladas diversas ações, através de decretos e leis que, em conjunto, legitimaram a mudança da nova capital.

Destes documentos, desdobra-se a escolha do sítio com o aval de um profissional de gabarito, Armando Augusto de Godoy, definido nas proximidades de Campinas. A partir de um projeto urbanístico com conceitos modernistas, iniciado por Atílio Corrêa Lima e finalizado pelos Coimbra Bueno, com a participação de diversos profissionais, teve sua pedra fundamental lançada no dia 24 de outubro de 1933. E, para melhor compreensão do “DNA” da nova capital, Goiânia faz-se necessário a compreensão do seu processo de construção.

## 2.6.A MUDANÇA DA NOVA CAPITAL

A criação de uma nova capital é excessivamente antiga, segundo Chaul (1988, p .65), “Pelos idos de 1754, o então Governador Conde dos Arcos observava ao soberano português a deficiência climática e as difíceis comunicações de Vila Boa, sugerindo a mudança da capital, [...]”. Ainda segundo o autor, em 1830, foi a vez de Miguel Lino de Morais, governador de Goiás, defender a mudança uma vez que acreditava que a região era pouco povoada e desenvolvida. Posteriormente, conforme relata Monteiro (1942), Americano do Brasil voltou a tocar nesse assunto:

A primeira animosidade contra o depois marechal de campo Miguel Lino de Morais, por parte da população goiana, surgiu quando, na instalação do Conselho Geral, em 1830, enumerando os problemas vitais da província concluiu que a mudança da Capital para o norte, nas proximidades de Água Quente, região mais povoada e de comércio mais franco, era medida a ser tomada com urgência. A opinião não agradou ao espírito da histórica bacia do rio Vermelho [...] (MONTEIRO, 1942, p.3)

A autora enfatiza que, em 1863, o 16º governador de Goiás no império, Dr José Viera Couto Magalhães, novamente abordou a ideia de transferência da capital e que a própria constituição Estadual em seu artigo 5º, título 1, já indicava a necessidade de mudança: “[...] A cidade de Goiás continuará a ser capital do Estado enquanto outra coisa não deliberar o congresso” (MONTEIRO, 1942, p.4). Outra tentativa ocorreu em 1930: o Dr. Carlos Chagas Pinheiro, ao empossar-se no Governo de Goiás, após a vitória da revolução de 30 reafirmou o caráter de urgência da transferência da capital.

Ainda na primeira República, descontente com a região onde se encontrava a capital do estado, o Major Rodolfo Gustavo, presidente do Estado de Goiás, transformou a transferência em lei, fato não concretizado devido às resistências dos proprietários, comerciantes e políticos

que temiam a desvalorização de suas propriedades. Mas para Daher (2003), este foi o primeiro passo para a transferência da capital e a proposta de cidade nova.

Pedro Ludovico Teixeira após a revolução de 1930, em relatório enviado à Getúlio Vargas, apresentou as razões para a mudança da capital, citando dois documentos. O primeiro de 1863, apresentado pelo presidente da província de Goiás Couto Magalhães, que apontava a necessidade de transferir a capital para outra região do Estado; o segundo, apresentado em 1891, à Assembleia Estadual pelo presidente Rodolfo Gustavo da Paixão, onde apontava as péssimas condições de habitabilidade da velha capital. Segundo Monteiro (1942):

A Capital de Goiás é, sem dúvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitário, dia a dia a pior, reclama as mais prontas e enérgicas providências. Situada em meio de uma bacia, conquanto sobre terreno acidentado, cercado de altos montes que comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe de mais, o horizonte visual: castigada por excessiva temperaturas graças à sua baixa latitude [...], com uma edificação à antiga, obedecendo, *in totum*, à arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutares preceitos da moderna higiene.” (MONTEIRO, 1942, p.4)

Pedro Ludovico Teixeira retoma o posicionamento de Paixão, apontando 42 anos de atraso da cidade. Em sua defesa por uma nova sede administrativa ao Governo de Goiás, salientava que as residências de Vila Boa, em sua grande maioria, eram anti-higiênicas e antiestéticas, com pouquíssima iluminação e ventilação direta, desprovidas de higiene e conforto. Os dormitórios e as salas, devido a sua configuração, não recebiam luz e ar, contrariando os princípios do Serviço de Saúde Pública do Estado vigentes à época. Argumentou também que a grande maioria das casas não possuía instalações sanitárias adequadas possibilitando a transmissão de doenças. Além de citar esse parecer, endossou seus argumentos, com a postura de Couto Magalhães em que era necessária a transferência da capital para que houvesse um maior dinamismo econômico, apoiado na industrialização, visto a decadência desde o declínio da exploração aurífera. Menciona também as condições necessárias para a escolha do lugar descritas por Couto Magalhães.

Na visão de Couto Magalhães, as condições deveriam exigir tanto quanto fosse possível uma área elevada, abastecida com boa água, de fácil acesso, comércio farto, moradia cômoda e barata e transporte acessível. Para o político, a maior necessidade do Governo era os meios de ação e estes só existiriam em grandes centros comerciais e que todas essas questões são impraticáveis em uma capital que não tem ligação com o resto da província.

Pedro Ludovico Teixeira mencionou a incrível coincidência existente entre a opinião de Couto Magalhães de 1863 e a de Rodolfo da Paixão em 1891, cujos conceitos ainda eram tão atuais para 1933. De acordo com Chaul (1989), a história contava a favor de Pedro Ludovico, pois os argumentos apresentados por Couto Magalhães (1863) e Rodolfo Gustavo da Paixão

(1891), cabiam como uma luva em 1930. Em nome do progresso se reivindicava uma nova capital, pois era inviável recuperar a antiga cidade de Goiás.

Mais à frente em seu relatório, Teixeira, após 30 meses de governo, afirma que a mudança da capital seria a solução de todos os problemas:

Pondo-nos em contato permanente, diário e intensivo, com as necessidades de Goiás, estudando-as nas suas fontes, perquirindo, observando, analisando, detidamente as causas que tem impossibilitado o desenvolvimento econômico de um Estado rico de reservas naturais como este, chegamos à convicção, já agora cimentada por mais de 30 meses de governo e investigação, de que a mudança da Capital não é apenas um problema na vida de Goiás. É também a chave, o começo de solução de todos os demais problemas [...] (MONTEIRO, 1942, p. 19)

O interventor finalizou o seu relatório enfatizando que a mudança representaria o “novo-tempo”, a renovação, enfim representaria a própria Revolução de 1930:

O ambiente de sadia renovação, gerado no paiz pela vitória da Revolução de 30, não ficou, felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou neste Estado veio proporcionar a ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para a ambiciosa realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo, não poderíamos permanecer surdo à vontade incontestável da maioria do povo goiano, de cujos anseios nos cumpre ser o defensor. (MONTEIRO, 1942, p.19)

A fala do interventor, relatada por Monteiro (1942), representa a visão modernizadora e oficializada para justificar a construção de Goiânia como um ato heroico e caminho necessário para desenvolver o Estado. Reforça sua postura, a associação ao ideário moderno que permitiu sua concretização, mediante a escolha de profissionais renomados ou recém-chegados do exterior, além de importar um estilo arquitetônico como meio de afirmar uma identidade moderna. Ficaram de fora desse processo as dificuldades e “desvios” do plano urbanístico original.

As alegações auxiliavam os objetivos de Pedro Ludovico: primeiro afastar o centro de decisão do poder político dos grupos destituídos, trazendo a capital para uma região mais desenvolvida economicamente, ou seja, para o Sul e Sudeste, o centro econômico do Estado e coroava seu ideal político em prol do progresso que o interventor tanto almejava.

Porém, o que se observa é que por trás dessa ideologia estavam além de ideais burgueses repassados pelas classes médias que agora se encontravam no poder e seria também a expansão dos ideais do governo de Getúlio Vargas, por meio da Marcha para o Oeste. Para Chaul (1988) a mudança da capital significava também ganhos políticos, pois o governo criaria um espaço urbano necessário à nova etapa de acumulação que se abriria em Goiás, além de criar um espaço



de afirmação do poder, cujo discurso se apoia na visão iluminista de progresso e desenvolvimento, rechaçando o antigo em prol de uma nova conjuntura.

Firme em seu propósito, Pedro Ludovico Teixeira assinou o primeiro decreto relativo à mudança da capital, nomeando uma comissão encarregada de escolher o local para a implantação. Essa comissão, instituída pelo decreto-lei nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, formada por funcionários do Estado, profissionais de várias áreas como engenheiros, advogados e comerciantes. Presidida pelo arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira e integrada por Colemar Natal e Silva (advogado), João Argenta (urbanista), Antônio Pirineus de Sousa (militar), Laudelino Gomes de Almeida (médico), Antônio Augusto de Santana e Gumercindo Alves Ferreira (comerciantes).

A escolha do local partiu das seguintes diretrizes: devido aos atuais problemas de transporte, a região escolhida deveria estar situada nas proximidades da estrada de ferro, ter água em abundância, bom clima e topografia favorável. Premissas afirmadas na ata da sessão de instalação dos trabalhos da comissão de escolha do local para a nova capital do Estado, conforme relata Monteiro (1942, p. 34):

Assim é que, na impossibilidade de percorrer todo o estado à procura de locais e mesmo na contingência de atender a inúmeros pedidos de visita à localidades do Sul, achava que a comissão conhecedora das graves dificuldades e embargos que a falta de transporte acarreta, devia assentar como dogma, para diretriz de seus trabalhos a proximidade da estrada de ferro, e não a escolha de localidade dela muito distanciada. Propunha assim três localidades para objeto de estudo: Bonfim, Ubatã e Campinas. Achava que outros postulados básicos deviam de início ser fixados para critério de escolha. Assim, uma vez próxima à via férrea, deveria a localidade ser escolhida dispor de três requisitos essenciais: ABUNDÂNCIA D'ÁGUA, BOM CLIMA E TOPOGRAFIA, [...]

A escolha do local ficou entre os municípios de Campinas e Bonfim e, ao final dos trabalhos, a comissão decidiu que a região próxima à Campinas era mais apropriada. Para reforçar a conveniência do local escolhido, o Interventor quis ouvir a opinião de Armando Augusto de Godoy, engenheiro urbanista, que veio ao local acompanhado dos engenheiros Benedito Veto de Velasco e Américo de Carvalho Ramos, os quais apoiaram a decisão.

Cabe ressaltar que, de acordo com Manso (2018), Armando Augusto de Godoy foi um dos grandes propagadores do urbanismo no Rio de Janeiro, durante as décadas de 1920 e 1930, com intensa produção intelectual, colaborando com a confecção do primeiro código de obras da cidade, ocupando o cargo de Engenheiro Chefe da Seção Técnica da Prefeitura do Distrito Federal e foi também presidente da comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro. Isso demonstra que a escolha deste profissional para coordenar a comissão não foi aleatória, pois objetivava legitimar o espírito mudancista mediante a presença de um técnico altamente especializado e referência no planejamento urbano à época.

### **3. PARA ALÉM DA PEDRA E CAL**

---

### 3.1. A FUNDAMENTAÇÃO DO DISCURSO MUDANCISTA E SEUS PROTAGONISTAS

O engenheiro urbanista Armando de Godoy elaborou o relatório sobre a escolha do local, apresentando-o em 24 de abril de 1933, definindo como ideal as proximidades de Campinas. Ao apresentar a Pedro Ludovico Teixeira seu relatório, o engenheiro expôs sua opinião, defendendo que o progresso no Estado somente ocorreria através da construção de uma cidade moderna, sinônimo de progresso, prosperidade e desenvolvimento:

Antes porém, de entrar na análise dos vários elementos de que dependem a vida e a expansão de um centro urbano, devo dizer -vos o que penso com relação a oportunidade da mudança da capital de Goiaz, problema que sobremodos vos preocupa e é debatido por todos os que se interessam pelo futuro de vosso Estado, cujo as riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna. (MONTEIRO, 1942, p. 48)

Inicialmente, Godoy argumentou que a ideia da construção de uma cidade, entre os que desconheciam as influências civilizadoras e econômicas de uma cidade moderna tinha um significado bem diferente para os que estudaram sobre o assunto e estão a par dos resultados obtidos, pautados por um planejamento urbano convenientemente planejado e realizado e que para esses que ignoram essas ações, um agrupamento urbano favoravelmente planejado significava um mito de “povo rico”, com o intuito de ostentar, pois na sua visão antigamente as cidades eram lugares onde só se desenvolvia atividades sem fins econômicos, “destinos parasitários”. Mas que graças a evolução social e a humanidade ter entrado na fase industrial, a cidade moderna veio como mecanismo gerador da ordem, centro de trabalho, educação e cultura, capaz de educar as massas populares e desenvolver os principais elementos do espírito e do físico.

Após discorrer sobre a cidade moderna e sua ação civilizadora e econômica, Godoy destaca: “Atribuo o pouco ponderável progresso de vosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo.” (GODOY, 1942, p. 50). Para esse profissional, não era verídico a falta de recursos estaduais para executar tal empreendimento e sua fala demonstra a visão destacada por LE GOFF (1990) acerca da dialética entre antigo e moderno. A cidade como objeto de modernização e expressão de uma visão civilizatória sobrepondo-se à realidade local, adjetivando-a pelo atraso pela falta de um centro urbano aos moldes modernos. No entanto, observa-se o destaque dado aos fatores econômicos, conforme segue: “[...] a fundação da capital em determinada zona lhe valoriza enormemente os terrenos de modo que bastaria a venda de lotes para que o estado alcançasse

todos os recursos necessários à execução das obras principais e edifícios públicos”. (GODOY, 1942, p.50) Para tanto, o aumento rápido da população viabilizaria essa condição, uma vez que seriam atraídas pelo surgimento de indústrias. Esses fatores, auxiliados por meio de propaganda convenientemente elaborada e conduzida, possibilitaria a valorização fundiária e, com isso, dever-se-ia vendê-los pouco a pouco, à medida que a cidade fosse expandindo, a administração pública deteria de meios e recursos para realizar o plano da cidade.

Também, em seu relatório, o engenheiro alertava para que o governo não gastasse em demasia na construção dos edifícios. Argumentando que estes não precisariam ser construídos com materiais caros para se impor. Segundo ele: “A beleza de uma construção está na relação de suas diferentes partes e na distribuição de seus volumes”. (GODOY, 1942, p. 52) Ainda sobre esse aspecto, acrescenta:

O governo ... pode perfeitamente resolver o problema da edificação dos prédios destinados a abrigar os vários órgãos da administração pública sem despender somas elevadas, conseguindo ao mesmo tempo, o objetivo de dar à futura cidade elementos que muito contribuíram para sua beleza.

No decorrer do relatório, Godoy menciona sobre o transporte. Para ele, a nova capital deveria ser acessível aos habitantes das diferentes zonas e que, quanto maior o número de vias de comunicação que convergirem para a nova capital, mais rápido seria seu crescimento, desenvolvimento comercial e progresso industrial. Salienta ainda que quanto maior o número de vias de comunicação, mais rápido seria seu crescimento, valorização de seus terrenos, o desenvolvimento comercial e progresso industrial, citando como exemplo o caso de Chicago e Belo Horizonte, cuja expansão só se iniciou a partir da construção de estradas que ligavam a capital a zonas mais produtivas do interior, ocorrendo a rápida valorização dos lotes gerando lucro ao Estado, com a venda do terrenos. O engenheiro aconselha (GODOY, 1942, p. 53):

[...] é o estado que cabe de direito os lucros fantásticos que resultam de tal negócio quando convenientemente dirigido, pois, a valorização dos terrenos quase que só provem de atos do governo e de obras públicas. Sendo assim, a venda dos lotes deve ser feita por ele, à medida que a cidade for crescendo. Eis a razão por que insisto em pôr a administração de Goiaz de sobre aviso contra a exploração, por particulares, de tal negócio. Se ele for convenientemente orientado e se for realizado por etapas, à medida que a cidade se for expandido, o Estado poderá obter recursos necessários para executar o importante plano de obras que terá de empreender.

Para ele a valorização dos lotes, sua ocupação racional, bem como a beleza do conjunto seria resultado de uma série de obrigações que se impunham no ato da venda e que quando se tratasse da iniciativa privada a preocupação exclusiva seria obter lucros. Em seguida, ele pontua as questões relacionadas ao destino dos arredores da cidade, alertando que uma cidade moderna, além de dispor de reservas de terreno, para uma futura expansão, também necessitaria que, em seu entorno, a população rural pudesse crescer de forma que suas atividades agrícolas

forneçassem produtos à população da cidade à preços razoáveis, contribuindo para a expansão do comércio:

Quantas cidades se desenvolveram mal e se tornaram organizações raquíticas, por se não haver cuidado convenientemente dos seus arredores. Deles elas recebem múltiplos elementos de vida, sendo, pois, indispensáveis que o plano de qualquer centro urbano envolva os terrenos circunvizinhos estabelecendo-lhes o destino. O urbanismo ampliou o seu campo de ação estendendo os seus tentáculos ao campo, não somente para sugar elementos de que precisam as agremiações humanas, mas também para veicular cousas indispensáveis á vida rural. É que as cidades não são mais cidades parasitarias no sentido material da palavra, verificando-se entre elas e o campo a eterna troca de produtos e de ações que caracteriza a existência social. Uma cidade moderna não só precisa dispor de reservas de terreno para sua futura expansão, como também necessita que, em torno dela, as populações campesinas cresçam convenientemente e se entre a determinadas atividade [...] (GODOY, 1942, p. 54)

Quanto à energia elétrica, Godoy (1942, p. 57) a classifica como elemento essencial para uma capital moderna, capaz de gerar progresso urbano:

As cidades como morriam à noite antes do homem haver conquistado os meios de governar tão poderosa força. A atividade industrial, a comercial, a que tem por fim divertir as massas, a vida doméstica moderna, não podem dispensar tão extraordinário elemento, que é capital para o progresso urbano. Não se compreende mais a urbs moderna, nas mais grandiosas como nas suas mais comuns manifestações, sem luz e força elétricas ao alcance de todas as habitações.

Alegando ainda que o governo deveria empreender todos seus os esforços a fim de oferecer energia elétrica, através de uma usina hidroelétrica, por um preço acessível para que pudesse atrair muitas atividades comerciais e industriais, visto que a região possui quedas de boa qualidade.

Com relação à dispensa de impostos como estímulo ao desenvolvimento durante o primeiro período de existência, ele argumenta ser o meio mais eficiente para construção rápida da cidade, estimulando as indústrias de materiais de construção e fomentando as edificações. Conforme seu relatório (GODOY, 1942, p. 58)

A dispensa de tais impostos se recomenda numa cidade nova, em formação, em relação a qual há o máximo interesse em que cresça e se desenvolva o mais rápido possível. Os que tiverem de dirigir a construção da futura Capital de Goiaz devem tomar todas as providencias no sentido de fomentar as edificações.

De acordo com Godoy (1942), a propaganda seria outro recurso utilizado para a formação dos novos centros urbanos modernos com o intuito de atrair capitais e habitantes, citando em seu relatório o exemplo da cidade de Magnitogork, onde todos os meios de propaganda foram utilizados e obtiveram um excelente resultado.

Com relação a unidade de direção na organização do plano da cidade o autor argumenta (GODOY, 1942, p. 58):

A cidade em consequência da expansão da vida social, progresso da ciência e da indústria, se aperfeçoou consideravelmente nos três primeiros decênios deste século.

Ela hoje se nos apresenta como um verdadeiro ser vivo. Ora, como todos sabem, há a maior dependência entre os órgãos e elementos dos seres vivos. Entre os elementos urbanos também se observam relações de dependência, exercendo cada um sua função e a ação de todos convergindo para o mesmo fim. Sendo assim, é mister que a elaboração do projeto de uma cidade obedeça a uma mesma direção para que as suas diferentes partes se harmonizem do melhor modo possível. O traçado dos vários logradouros públicos, o zoneamento, a divisão dos terrenos em lotes, a rede de água e de esgoto, a iluminação, a arborização, o calçamento, etc [...] devem ser projetados em conjunto afim de alcançarem as soluções mais econômicas.

Para o autor, sem o entendimento dessa relação a futura capital pode se atrofiar, não se expandir, ou até mesmo não conseguiria oferecer uma qualidade de vida a seus habitantes, o que acarretaria grandes despesas aos serviços públicos. Acrescenta ainda que os projetos deveriam ser elaborados com a devida cautela, com um contato contínuo e a troca de ideias entre os técnicos responsáveis pela concepção e a execução do projeto. Alerta também que se o projeto fosse traçado e organizado seguindo essas diretrizes, além de reduzir as despesas da obra, o Estado daria um bom exemplo aos outros estados e, conseqüentemente, atrairia capitais.

Godoy, relator da comissão, designou a região próxima à Campinas como o sítio ideal para implantação da nova capital. Em suas palavras (GODOY, 1942, p. 58):

A escolha em Goiaz de um local apropriado para uma cidade é tarefa fácil sob o ponto de vista físico, pois durante a viagem de trem e de automóvel, através de algumas das suas mais belas regiões, observei inúmeros sítios realizando as principais condições indicadas pelos mestres de urbanismo. O problema, porém, não deve ser encarado apenas sob o ponto de vista das condições topográficas, hidrológicas, etc. Há outros elementos que desempenham função importante na vida urbana e que se não podem colher senão após um exame prolongado e uma enquete demorada. Campinas está de fato situada em uma região, indiscutivelmente preparada pela natureza para servir de sede a uma moderna cidade [...]

Dentre os aspectos físicos, o engenheiro arquiteto relatava as condições climáticas favoráveis, a predominância dos ventos e a proximidade com cursos d'água. Posturas que reafirmam os discursos vigentes à época: busca por condições de salubridade e higiene para a vida urbana. Os elementos naturais são observados a partir das condições fisiológicas inclusive, ao elencar o papel da mata como atenuante da temperatura e atrativo paisagístico. Sobre a topografia com poucos acidentes geográficos, relata que favoreceria a implantação de uma cidade com poucos gastos em terraplanagem. Quanto às condições hidrológicas, aponta a existência dos Rios Meia Ponte, Jaó e Anicuns, além dos “riachos” Cascavel e Macambira; estes cursos d'água foram listados como potenciais mananciais de abastecimento e produção de energia elétrica.

Apesar de destacar as condições naturais favoráveis à implantação de uma moderna cidade, Godoy, em diversos trechos do relatório, pondera acerca dos recursos necessários para que a nova capital fosse viável. Com isso, atenta-se para a disponibilidade de materiais que, mesmo havendo abundância deles, dever-se-ia estimular meios de produzi-los industrialmente.

Não obstante, delimita o número de habitantes tendo em vista a necessidade de arrecadar recursos por meio da venda de lotes e construir a cidade aos poucos.

No relatório, também constava a extensão necessária para a construção da cidade: desapropriação de terras e reservas à sua futura expansão em um raio de 4 km, a partir do ponto inicial no levantamento realizado pelo engenheiro Argenta. E, por fim, concluiu que as bacias dos riachos escolhidos para o abastecimento de água da futura capital fossem desapropriadas até as nascentes.

Esses aspectos, relatados no decreto, indicavam as dificuldades financeiras, ou melhor, os desafios a ser enfrentados a partir do desejo de uma nova capital em um Estado em dificuldades financeiras. Ao descrever as condições do sítio, Godoy reafirma a visão modernista daquela época, ao destacar a necessidade de um plano racional, seguindo os preceitos do urbanismo: uma cidade em que as atividades fossem bem coordenadas, com funções definidas, possibilitando moldar a sociedade além de associar as atividades econômicas industriais, bancárias e comerciais como necessárias para que fosse evitado o êxodo das fortunas e também a emigração da população, principalmente das elites. Outro aspecto que revela a visão daquele período é terra urbana como um bem, que, ao se valorizar, possibilitaria ao Estado recursos para investir na urbanização e na expansão da cidade.

Após o relatório do engenheiro Armando de Godoy, firme em seus propósitos e alheio aos antimudancistas, o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, decidiu que a nova capital seria construída no local selecionado pela comissão situado nos arredores de Campinas, por meio do Decreto nº 3359, de 18 de maio de 1933. Nele consta a definição da área destinada à implantação da nova capital, com prazo de dois anos para a transferência definitiva do governo estadual:

[...] A região às margens do córrego “Botafogo”, compreendida nas fazendas denominadas “Crimeia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”, no município de Campinas, fica escolhida para nela ser edificada a futura capital do Estado, devendo o Governo mandar organizar o plano definitivo da nova cidade ...” (MONTEIRO, 1942, p.67)

O decreto definia critérios para construção da nova capital tais como a demarcação da região, fixando as zonas urbanas, suburbanas e rural e a divisão dos terrenos, as áreas destinadas à construção do edifícios públicos, federais, estaduais e municipais, escolas, templos, biblioteca, museus, teatros, cemitérios, hospitais, mercados, praças e jardins públicos, além da regulamentação do plano geral de edificações, com o estabelecimento de regras de higiene e arquitetura.

Os edifícios públicos deveriam ser construídos a partir de concorrência, ou se fosse conveniente ao Estado, poder-se-ia construí-los administrativamente. Também foi prevista a

concessão de favores ou privilégios a particulares ou empresas para serviço de iluminação, abastecimento de água, esgoto e viação urbana.

Ao observar o conteúdo do decreto, podem ser destacados os aspectos e preocupações do interventor do Estado. Para o povoamento da cidade, definiu-se a concessão de lotes para os funcionários públicos, além do parcelamento de prédios para a moradia, sendo que se houvesse financiamento, caberia ao Estado o domínio das casas. Aos operários seriam construídas edificações em condições de higiene e de aluguel barato.

Com relação aos terrenos da nova capital ficou estipulado que, o Governo desapropriaria os terrenos particulares, sendo que o domínio da zona urbana ficaria reservado ao Estado e das zonas suburbanas e rural ao município. Estava, desse modo, estabelecido os requisitos e critérios para a construção de Goiânia. No entanto, uma parte de seus personagens ficou a margem das preocupações dos decretos e políticas oficiais: os operários.

Grande parte dos operários, contratados para viabilizar a construção da cidade, vieram de grandes centros urbanos. Segundo Bernardes (2009, p. 41), passaram pela Superintendência de Obras cerca de quatro mil trabalhadores, quantitativo variável conforme a disponibilidade de recursos financeiros destinados às obras. Nas descrições da autora, há relatos de que houve uma intensa migração de diversas partes do país com a notícia da construção de Goiânia. Mas ao chegarem na região, deparam-se com uma extensa colina na qual não existia uma casa sequer para abrigar os migrantes, nem mesmo em Campinas, cujo crescimento demográfico foi exponencial: na década de 1920 eram pouco mais de 4.400 e, em 1943, mais de 18.000 habitantes.

Uma massa trabalhadora se constituiu aos redores da cidade, com a construção de ranchos de capim destinados à mão-de-obra menos qualificada, marcando a construção de Goiânia por diferenças sociais significativas, ou seja, parte dos seus pioneiros ficaram às margens da história, tornando-se apenas quantitativos para viabilidade da construção da cidade projetada. Quanto a isso, Bernardes (2009) afirma também que houve casas de madeiras para os operários mais qualificados – pedreiros e engenheiros e também para os estrangeiros. No entanto, apesar da atração que a nova capital despertava, as dificuldades eram enormes, principalmente pelos baixos salários e dificuldades em pagá-los em dia.

Bernardes (2009), reforça as condições de miséria da classe operária e destaca que a previsão de edificações e aluguéis para eles não foi efetivada, cabendo-lhes a ocupação de áreas públicas não parceladas ou próximas aos fundos de vale. Desse modo, houve o estabelecimento de uma cidade idealizada e pouco ocupada até início dos anos 1940 e outra “invisível”, mas pulsante por aqueles que vislumbravam melhores condições de vida: a cidade informal.



Dando sequência ao plano anteriormente traçado e, em obediência ao artigo 1º do Decreto nº3.359 de 18 de Maio de 1933, o interventor do Estado formulou um novo decreto de nº 3547 de 6 de julho, autorizando o urbanista Attílio Corrêa Lima a elaborar o plano urbanístico da cidade. De acordo com Teixeira (1966), a elaboração do projeto, consistia da organização do esboço geral do traçado da cidade, partindo de uma núcleo central e se desenvolvendo em torno dele, com um plano diretor, compreendendo sistema de logradouros públicos, zoneamento da cidade, esquemas das redes de água, esgoto, luz e força, sistema de parques, jardins ruas-jardins, áreas para serviço de limpeza, regulamento de construções. Além dos projetos dos edifícios do Centro Cívico: Palácio do Governo, Secretaria Geral do Estado, Diretoria Geral da Segurança e Assistência Pública, Palácio da Justiça, Palácio da Instrução e Quartel da Força Pública.

Esse decreto em síntese, consistia em diretrizes projetuais para o plano da nova capital. Ficou acordado que a definição do projeto ficaria dividido nas seguintes partes: a) organização do esboço geral do traçado da cidade; b) estabelecimento de um anteprojeto, definindo o tipo de cidade e seus elementos planimétricos; c) organização de um plano diretor que compreende de sistemas de logradouros, indicação com relação a circulação, divisão da cidade em várias zonas, cada uma com uma finalidade; d) esquema de rede de água ,esgoto e luz, sistema de parques, jardins, ruas jardins, terrenos para esporte e recreio, bem como indicações sobre o paisagismo das vias e, por fim, o plano detalhado do centro cívico e seus edifícios, bem como a indicação sobre a coleta, transporte e tratamento de lixo.

Prevendo uma população de 50 mil pessoas, o decreto estipulava que os projetos deveriam conter fachadas, plantas, cortes, especificações de cálculos e orçamentos dos edifícios e 20 tipos diferentes de casas para os funcionários.

Mais adiante, o decreto estipulava o prazo de entrega do projeto completo em 6 meses, sendo que, do primeiro ao quarto mês seria o prazo destinado aos projetos do palácio do governo, da prefeitura, hotel com 60 quartos e centro cívico; no quinto mês, a parte planimétrica e, no sexto, relatórios e legislações. Sobre o pagamento ficou acordado a quantia de 55 contos de reis dividida em 4 vezes.

Após a publicação do decreto, os antimudancistas, em sua grande maioria, comerciantes não admitiam a ideia da mudança da capital. Segundo Câmara (1973, p.73): “Assim é que José de Alencastro Veiga, proprietário do maior estabelecimento comercial da cidade, juntamente com outros, também inconformados, dirigiam longo memorial ao Interventor, pedindo a revogação do decreto”. Dentro das alegações, esses comerciantes apontavam que a cidade de Goiás possuía todos os requisitos para ser a capital do Estado, faltando apenas recursos.

A oposição alegava diversos fatores para a não construção da nova capital, a saber: falta de verbas, gastos exorbitantes com a construção e, ainda, que esses recursos deveriam ser aplicados na solução de problemas de vários municípios na área da saúde, educação e energia. Defendiam que a cidade de Goiás, estava geograficamente mais bem situada e de menor altitude do que Campinas, além de possuir mananciais de água e abundância de materiais de construção. Chaul (2015, p. 243) assinala:

Os mudancistas, contudo, ignoravam estas vozes de oposição. Para eles, não se tratava de remodelar o velho, e sim de providenciar o novo. Não se tratava de prever gastos, e sim de providenciar o novo. Não se tratava de prever os gastos, e sim de calcular os investimentos. Não se podia mais manter o atraso.

No dia 24 de outubro foi lançada a pedra fundamental, data essa que segundo Teixeira (1966), foi escolhida porque assinalava a vitória da revolução de trinta, com o intuito de que a data da revolução nacional, ficasse intimamente ligado à futura capital. Após a realização da missa campal pelo padre Agostinho Foster, teve início a roçagem do local por uma centena de trabalhadores braçais (Figura 6).

Na planície, onde hoje se localiza a praça do Cruzeiro, no Setor Sul, Pedro Ludovico proferiu seu discurso, ressaltando a grandiosidade do projeto e a necessidade de ruptura com a tradição, reforçando o caráter mudancista e a difusão do pensamento moderno daquela época. Em seu discurso, o interventor inicialmente alega sobre a grandiosidade do projeto e reafirma o ideal de rompimento com a tradição, tão difundido nos discursos antes da mudança. Afirmando textualmente (TEIXEIRA, 1966, p. 95):

A seleta assistência que me ouve não ignora que esta obra de grande vulto, cujo inicio hoje se registra, é pivot, o projeto grandioso da minha administração, a que darei toda a força do meu idealismo, rompendo com a tradição e com a rotina, todo o entusiasmo



Figura 6: Lavradores reunidos para a roçagem da região da implantação da nova capital. Reprodução do acervo particular da Família Corrêa Lima. Fonte: Diniz (2007)



proveniente de ideia sadia e que, por si mesmo, se impõe. Não vejo obstáculo para realização.

Em seguida o interventor, não deixa de citar que é “filho da cidade de Goiás” e que seus contrários à mudança da sede do governo são “[...] apenas levados por uma questão de afeto à velha cidade em que nasceram [...]” e enfatiza:

Meus senhores. Não foram pequenos, como vêdes, os tropeços e contrariedades surgidas para se chegar ao ponto que hoje atingimos obviamente, com o lançamento da Pedra fundamental, a obra por si idealizada e sonhada por muitos que não conseguiram realizá-la. Sem violências, indiferente as maledicências dos que são incapazes de se sacrificarem por um ideal, resolvido a antes cair com minha ideia do que abandoná-la por interesses pessoais, venho vencendo todos os óbices na caminhada construtora. A primeira e mais árdua etapa que neste momento se soleniza, foi conseguida. (TEIXEIRA, 1966, p. 98)

Além de ressaltar seus feitos, o interventor apontava os desafios econômicos desta empreitada: seria possível a construção da capital, que futuramente, tornaria-se fonte de renda, pois antes de tudo, era indispensável prover uma sede administrativa com os elementos inerentes à modernidade: higiene, conforto e beleza.

Suas convicções estavam alinhadas ao desenvolvimento do urbanismo no Brasil, tendo em vista as proposições de Agache para o Rio de Janeiro e ao importante papel de Armando Augusto de Godoy na circulação de ideias modernas (MANSO, 2018). São apontadas considerações importantes sobre esse contexto a nível nacional.

### **3.2. O URBANISMO NO BRASIL**

O Urbanismo teve seu desenvolvimento a partir do século XIX, porém no Brasil se desenvolveu de forma mais lenta, estando associado à Primeira República, momento em que houve uma ocupação territorial mais efetiva.

Apesar das cidades datarem desde as primeiras civilizações, a definição de um campo disciplinar específico se desenvolveu nas últimas décadas do século XIX e, com maior ascensão no século XX. Foi nesse período que as grandes cidades brasileiras tentaram se ajustar à modernidade a partir do referencial do mundo europeu e os engenheiros e, depois, os arquitetos foram colocados como agentes dessa modernização. A referência principal foram os feitos de Georges-Eugène Haussmann, entre 1853 e 1870, rebatidos na reforma urbana do Rio de Janeiro e em São Paulo. Goiânia efetiva a visão modernizadora iniciada pelo prefeito de Paris e também pelos princípios modernos propagados por Le Corbusier nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's). Lembrando que, desde a colonização brasileira, foi imposta a cultura europeia como a referência e que reverberou durante um longo período, principalmente a importação do modo de vida parisiense em termos de higiene e salubridade.

Leme (1999) traçou a trajetória do planejamento urbano no Brasil. Em sua sistematização classifica o período de 1879 a 1930 como sendo um momento em que houve propostas e idealização de melhoramentos localizados em partes das cidades com a função de moldá-las às cidades europeias; um segundo momento, entre 1930-1965, é definido pela autora como o desenvolvimento de planos de conjunto, numa visão entre centro e bairros, além do desenvolvimento de vias para transporte, fundamentando os zoneamentos e as legislações urbanísticas. Esse período é marcado por uma geração de profissionais formados em cursos de engenharia, nas antigas Escolas Militares no Rio de Janeiro, Recife, Bahia e Pernambuco e outros com formação no exterior, ocupando cargos públicos nas principais cidades e no governo do Estado.

Se o primeiro período prezou pelo embelezamento das cidades e concentrou-se em remodelar as vias principais, erradicando ocupações de baixa renda, a segunda fase apoiou-se na formulação de legislações urbanísticas a fim de determinar o *zoning* e possibilitar a introdução dos meios de transportes automotores no tecido urbano, com ênfase ao transporte coletivo articulado à abertura de vias radiais e perimetrais capazes de ligar diversas partes dos grandes centros urbanos. No entanto, nas duas fases prevaleceram posturas corretivas de erradicação dos males urbanos, negando a dinâmica social que lhe dá suporte. Significa que as classes menos privilegiadas foram negadas e associadas aos distúrbios da cidade, devendo ser relocadas e moldadas conforme as diretrizes urbanísticas, criando tensões entre centro e periferia.

Devido às epidemias que estavam consumindo as cidades no final do século XIX, a questão do saneamento era central, cabendo aos engenheiros elaborar e chefiar comissões para a implantação de redes de água e esgoto. Entre eles, destaca-se a atuação de Saturnino de Brito que, segundo Leme (1999), projetou sistemas de esgoto sanitário e abastecimento de água para mais de 20 cidades brasileiras.

As intervenções urbanas em diversas cidades brasileiras foram inspiradas em ações de Haussmann, responsável pela transformação do espaço urbano da capital francesa, construindo largas avenidas, praças monumentais e edifícios grandiosos, além da demolição de antigos quarteirões e de ruas estreitas. O objetivo de suas intervenções era o embelezamento e a higienização do espaço urbano (figura 7). No Brasil, Francisco Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, em 1903 iniciou um plano de embelezamento e saneamento para a antiga capital federal.

Devido aos planos de melhoramento, denominados “Planos de Embelezamento e Saneamento da Cidade”, Pereira Passos ficou conhecido como Haussmann brasileiro. Assim

como em Paris, Pereira Passos abriu avenidas, sobrepondo este traçado à malha colonial, arrasando montes com o objetivo de criar novas circulações, proporcionando maior rapidez para o tráfego, ruas arborizadas, sistema de parques, além da uniformização das fachadas, pontuando as definições e critérios parisienses (figura 8).



Figura 7: Boulevard Henri IV, em construção em Paris, uma das intervenções de Haussmann. Fonte: Museu Carnavalet, História de Paris.



Figura 8: Alargamento da Rua Uruguaiana no Rio de Janeiro, intervenções de Pereira Passos. Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019

Não obstante, vale ressaltar que houve a remoção de classes de baixa renda das áreas centrais da cidade, uma vez que viviam em cortiços e/ou ocupações irregulares, tidas como insalubres. Buscava-se além do embelezamento, a imposição de um modo de vida considerado civilizado e necessário para vida nas cidades.

Além do Rio de Janeiro, outras capitais como São Paulo, Manaus e Porto Alegre adotaram as intervenções urbanas como forma de inserir no movimento de modernização urbana. De acordo com Segawa (1999), o Brasil, no início do século XX, possuía uma população de 17 milhões de habitantes com cerca de 36% dela vivendo em cidades. As grandes capitais afirmavam-se como palco da vida moderna, assimilando as intervenções modernizadoras em suas infraestruturas, a maneira das metrópoles europeias.

Além das intervenções nas cidades existentes e consideradas como centros urbanos mais desenvolvidos, outras ações marcaram o urbanismo no Brasil: a implantação de cidades novas no interior do país, como mecanismo de desenvolvimento e povoamento dessas regiões, tidas como atrasadas ou decadentes. À medida que o país passava a deter cidades mais povoadas, as ideias do urbanismo moderno passam a orientar as intervenções urbanas dos grandes centros e estimulam o desejo e a necessidade de cidades novas.

O projeto de Belo Horizonte, a nova capital do estado de Minas Gerais merece destaque. Assim como Pedro Ludovico Teixeira, Afonso Pena, que foi presidente do estado no período de 1891 a 1894, decidiu transferir a capital para a nova cidade, especialmente projetada e construída de acordo com os mais avançados preceitos do urbanismo do final do século. Em

março de 1894, foi nomeado por Afonso Pena, o engenheiro Aarão Reis, como responsável por chefiar a Comissão Construtora da Nova Capital.

Para Aarão Reis (1893, *apud* Diniz, 2007, p. 32), a nova capital deveria “obedecer às mais severas indicações e exigências modernas da hygiene, conforto, elegância e embelezamento,” e ainda “(...) no intuito de dar semelhante a máxima perfeição,” colidir com tudo quanto, no estrangeiro puder aumentar. Como demonstra sua planta geral de 1895, com um traçado muito semelhante a outras cidades europeias (figura 9).

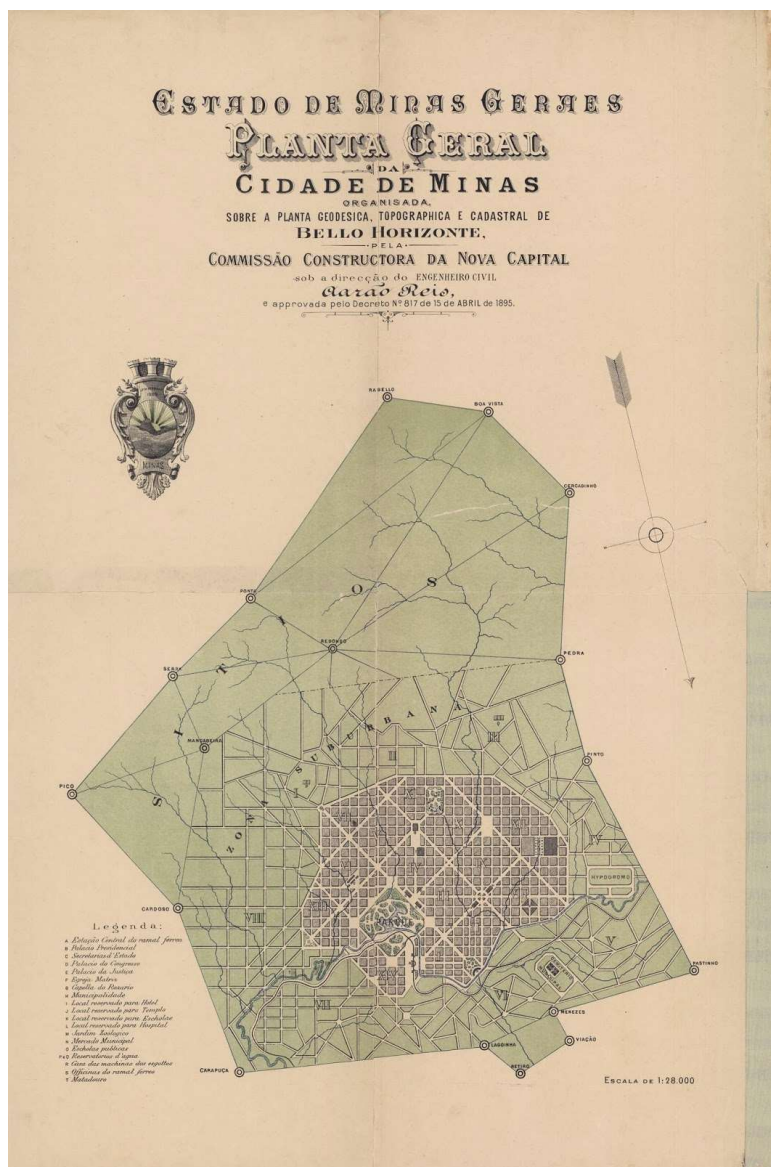


Figura 9: Planta geodésica e cadastral de Belo Horizonte. Fonte: Arquivo público mineiro, 1985.

Para Santos (1986), Belo Horizonte representava a proposta espacial de disciplina em que a definição de uma cidade nova estaria apoiada pela necessidade de modernização e superação da estagnação do interior brasileiro após o declínio da mineração. Em suas palavras:

Da república velha aos tempos atuais abriu-se uma espécie de hiato no mundo urbano brasileiro. Ele ficou se reformulando: não era mais o que fora, mas nunca chegou a ser o que queria que fosse. É significativo que, bem no início desse período, se tenha

tentado construir um núcleo artificial que funcionaria como uma espécie de cidade padrão, modelo das novas expectativas para a ocupação do território, mudança na economia, gestão administrativa e política. Surge Belo Horizonte proposta espacial de disciplina (de ordem e progresso) logo superado. Nova versão dos velhos dilemas do poder que se trai até no nome: da as costas para os horizontes antigos e vai ao encontro das fronteiras do futuro, por forças belas (SANTOS, 1986, p.41).

À proposta de Belo Horizonte, seguiu-se a construção de Goiânia, cerca de três décadas depois, reafirmando a influência do pensamento urbanístico europeu na constituição das nossas cidades, em especial aquelas planejadas. A junção de filosofia, sociologia e política com o projeto das novas capitais, resultaram em uma experiência que representava o sonho de uma sociedade que buscava o futuro que segundo Santos (1986, p. 42): “Expressavam o considerado desejável e procuravam eliminar o que se preferia não existisse. Proposta que sempre despertaram grandes entusiasmo. Afinal, estavam afinadas com o sonho da sociedade que buscava um grande futuro.”

E a experiência urbanística brasileira, conforme pondera Lemes (1999) apoiou-se em ações importadas da França, na maioria dos casos, como solução e negação da própria tradição colonial nas duas primeiras fases. A visão importada esmera no iluminismo, conforme já relatado, coincidindo as proposições políticas às acepções do projeto urbanístico, detalhado a seguir.





Figura 10: Atílio Corrêa Lima.  
Reprodução do acervo particular da  
família Corrêa Lima.  
Fonte: Diniz (2007)

### 3.3. O PLANO URBANÍSTICO DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS.

A escolha de Atílio Corrêa Lima para elaborar o plano da nova capital se justifica, antes de tudo, como afirmação e pretensões de Pedro Ludovico para a nova capital: oferecer ao Estado uma cidade que estivesse alinhada com as discussões modernas da época. A estrutura urbana de Goiânia é pautada pelo controle do Estado entre 1933-38, em que as ações políticos-institucionais demarcaram a idealização da cidade e não propriamente sua ocupação, repercutindo o DNA de cidades novas (TREVISAN, 2009):

o desejo de Pedro Ludovico Teixeira, interventor do Estado. Ao buscar, entre os mais renomados urbanistas da época, uniu necessidade e desejo: viabilizar a construção da capital por meio do loteamento das áreas do Estado, comercializando-as e, de outro, reforçar a política federal de integração nacional, a “Marcha para Oeste”.

Atílio, desse modo, é um personagem necessário, pois até aquela época era o único profissional brasileiro com pós-graduação em Urbanismo e professor de Urbanismo na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Segundo Gonçalves (2003, p. 34), “[...] a experiência de Atílio vinha ao encontro das preocupações do interventor em associar o projeto da nova capital ao urbanista renomado, capaz de conferir o caráter de modernidade que se almejava.”

A autoria do projeto da cidade permitiria, segundo relatos do próprio interventor (TEIXEIRA, 1973), aproximar o Estado de Goiás dos centros urbanos mais desenvolvidos, visto que se encontrava em um estágio de atraso se comparado com os demais Estados da federação e dispunha de poucos recursos. Não havia técnicos especializados, sendo a contratação de profissionais do Rio de Janeiro ou São Paulo a alternativa encontrada.

Diniz afirma (2007, p.113) que “[...] oficialmente, os trabalhos de elaboração dos planos de Goiânia se iniciaram com o decreto 3547 de 6 julho de 1933, que estabelecia as diretrizes para o desenvolvimento dos projetos urbanísticos e arquitetônicos dos principais edifícios.” Porém, o arquiteto afirma em uma entrevista ao jornal Correio da Noite do Rio de Janeiro:

Fui convidado em 1932, pelo doutor Pedro Ludovico Teixeira, por intermédio do dr. Benedicto Neto Velasco, naquela ocasião Procurador do Estado de Goiás, e fui a Campinas estudar o local e iniciar o projeto da nova cidade. Inúmeras foram as



dificuldades que tivemos que vencer, os recursos financeiros eram ínfimos e os métodos de construção ainda primitivos. (ACKEL, 1996, p.84)

Corrêa Lima não poderia ser contratado pelo estado como pessoa física, então solicitou ao arquiteto Paulo Antunes Ribeiro para emprestar o nome de sua empresa. Somente após a celebração do contrato que Pedro Ludovico Teixeira o encarregou de projetar a futura capital do estado de Goiás. Em 28 de setembro de 1933, Atílio Corrêa Lima, assinou contrato para a administração da construção do Palácio do Governo, Hotel e Prefeitura da nova capital. Sobre o pagamento, constam os itens a e b do contrato:

[...] a) será pago pelo Estado a importância de sessenta conto de reis...em contas mensais de cinco conto de reis ...,a partir de 1º de novembro de 1933, durante o prazo da construção, que será mais ou menos, de sete meses, sendo paga o restante da quantia estipulada de uma só vez no ato da entrega dos edificios concluídos. b) A firma proponente se obriga a manter um socio permanente, na construção, que acompanhara a execução dos trabalhos até sua conclusão final. (MONTEIRO, 1938, p.123)

Sobre o contrato da construção da nova capital, Monteiro (1938, p.124) assinala:

Em cumprimento do contrato acima, escalou a firma P. Antunes Ribeiro e Cia, o arquiteto Attilio Corrêa Lima para se estabelecer provisoriamente no local das obras afim de administra-las. O Dr. Corrêa Lima logo que chegou tratou de estabelecer acampamento para o pessoal. Fez então construir várias casas de taboas, com grande alpendre na frente. Em uma delas instalou o Escritório Central das obras.

Como previsto no contrato, Atílio Correa Lima, mudou-se do Rio de Janeiro para Goiânia. Em meio aquele grande canteiro de obras, o urbanista possuía a dupla função de, além de acompanhar os serviços de locação das obras (figuras 10 e 11), desenvolver os projetos complementares da nova cidade nos escritórios do Rio de Janeiro, obrigando-o a vários deslocamentos.

A instalação do escritório central reforça a fala de Atílio Correa Lima, visto o caráter provisório das edificações e a falta de infraestrutura urbana. Ademais, a presença dos migrantes é atestada pela enorme quantidade de crianças em frente a sede principal, indicando a vinda de famílias, almejando melhores condições de vida, enquanto os homens formavam filas, provavelmente buscando uma oportunidade de trabalho.

O caráter de provisoriedade do acampamento também é dado pelas técnicas construtivas empregadas em suas edificações: em madeira e cobertura em telha de barro. A aproximação com o estilo colonial também reforça a imagem de um lugar provisório visto a distância com a arquitetura proposta para os edificios públicos, por exemplo.



Figura 11: Foto do escritório geral de obras, com o rolo compressor para abrir as ruas em 1934. Fonte: Jornal O popular.



Figura 12: Uma das casas de Madeira do acampamento construído por Atílio Corrêa Lima. Fonte: Acervo Seplan, 2018

O trajeto entre a capital federal e o sítio de implantação de Goiânia era feito por terra; o único meio de transporte era o trem, cuja viagem ocorria em duas etapas: do Rio de Janeiro até São Paulo, em um dia, e de São Paulo até Goiás, passando por Ribeirão Preto e sul de Minas Gerais, o que levava mais um dia e meio. O trecho final era feito de jipe ou caminhão, em estradas de terra em péssimas condições. (ACKEL, 1996). Não se pode negar a dificuldade e, de certo modo, o espanto de Atílio ao se deparar com essa situação uma vez que tinha retornado da Europa.

De acordo com Diniz (2007), Bruno Corrêa Lima, filho de Atílio Corrêa Lima, que na época tinha apenas 4 anos, relata que toda a família mudou-se para o acampamento no canteiro de obras da nova capital para morar em uma daquelas casas de madeira. Mesmo com todas as dificuldades o arquiteto prosseguiu com o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos e urbanísticos para a nova capital.

Em 28 de outubro de 1933, o interventor Pedro Ludovico aprovou os projetos do Palácio do Governo, Prefeitura Municipal e do Grande Hotel e, em 13 de dezembro, foi apresentado ao governo o esboço de arruamento e loteamento da área destinada a 15.000 habitantes. Segundo Ackel:

O Palácio do Governo teve sua construção iniciada imediatamente após a aprovação, tendo recebido posteriormente o nome de Palácio das Esmeraldas. Principal edifício da Praça Cívica, o Palácio das Esmeraldas está no centro de um conjunto que inclui os edifícios da Secretaria da Justiça e da Secretaria da Fazenda. No projeto original, o palácio era o único prédio com três pavimentos, destacando-se dos outros dois, com apenas dois pavimentos. O edifício deveria abrigar diversas atividades como os gabinetes, a residência oficial do governador, os salões de recepção e de festas e, até mesmo, um cinema. (ACKEL, 1996, p. 146)

Assim como o Palácio do Governo (figura 13), outro edifício que foi construído em caráter de urgência foi o Grande Hotel: com 60 quartos, onde iriam hospedar políticos, funcionários públicos, empresários e visitantes ilustres. Localizado na principal avenida, Avenida Pedro Ludovico Teixeira, esquina com a Rua 3 (figura 14). A proposta de Atílio para esses edifícios coincidia com o momento de transição da arquitetura brasileira, cuja tendência era adotar a linguagem moderna. Uma cidade calcada por modernidade com feições que a distanciasse da arquitetura colonial, reforçando a postura de seu criador: renegar o atraso da antiga capital.



Figura 13: Palácio do Governo em construção, projetado por Atílio Corrêa Lima em 1935. Fonte Daher, 2003.

Os dois edifícios mais simbólicos da cidade carregam consigo grandes contrastes, tendo



Figura 14: Grande Hotel em construção no ano de 1935, ainda sob a administração de Atílio Corrêa Lima. Fonte: Acervo Prefeitura de Goiânia, 2018.

em vista a presença do carro de boi em frente ao Palácio do Governo, uma alusão ao antigo e a imponência de uma edificação coma ares de modernidade, proposta em três pavimentos e vãos maiores que aqueles praticados na arquitetura colonial. Já o Grande Hotel, um dos principais edifícios assinados por Atílio Correa Lima reforçava o ideal moderno ao traçar linhas arrojadadas para o sertão. Segundo Diniz (2017. P. 175):

A leitura que fazemos a partir dos projetos originais elaborados por Atílio Corrêa Lima para o Grande Hotel é um prédio de linhas modernas despojados, com introdução de técnicas construtivas até então desconhecidas na região, como por exemplo, a laja plana impermeabilizada. Quando Corrêa Lima projetou o Grande Hotel, o urbanista já conhecia os conceitos da Nova Arquitetura divulgados pelos modernistas [...]

No entanto, foram muitas as dificuldades encontradas para a execução desses projetos. O emprego do concreto armado, a aplicação de grandes espaços envidraçados e os terraços que substituíam os telhados fugiam do convencional com lajes planas e impermeabilizadas. O Estado, por sua vez, carecia de mão de obra especializada, além da escassez de materiais de construção e a dificuldade de transporte. Tanto que foi necessário a contratação de profissionais de São Paulo e Rio de Janeiro para a execução da obra desses edifícios.

O próprio Correa Lima afirmou, posteriormente, em 1942, em entrevista cedida a um jornal do Rio de Janeiro, conforme relata Manso (2001, p. 108):

Inúmeras foram as dificuldades que tivemos de vencer, os recursos financeiros eram ínfimos e os métodos de construção ainda primitivos. [...] Foi tremenda, a luta [...]. Em pleno sertão devíamos construir uma cidade. Três fatores deveríamos enfrentar: a

dificuldade de obter material – ainda inexplorado na ocasião; o problema da mão de obra – deficiente, não adaptada aos métodos modernos de construir – e, finalmente, os transportes para o material vindo de fora. E como se não bastassem as dificuldades acima descritas, tivemos a luta política desencadeada pela oposição durante o período da propaganda eleitoral e a luta subterrânea de resistência passiva movida pelos interesses prejudicados na mudança do centro vital do Estado.

Diniz (2007) vai além e afirma que o Grande Hotel não se enquadra num estilo arquitetônico, pois a intenção inicial era que fosse modernista. Devido às inúmeras adaptações técnicas, a proposta inicial foi bastante alterada, criando um vácuo conceitual entre o edifício idealizado por Atílio Corrêa Lima e o que foi realmente executado, não podendo ser produto classificado com o estilo Art Déco apesar dos discursos vigentes cerca desse para formar uma identidade à cidade. (DINIZ, 2007)

Com a intenção de viabilizar a transferência dos órgãos administrativos para a nova capital e estando o adiantado os serviços de construção do Palácio do Governo, da Secretaria Geral e do Grande Hotel, o governo do Estado autorizou a construção de 10 casas tipo, residências destinadas a funcionários do Estado, de acordo com o contrato estabelecido. Essas casas foram construídas próximas ao centro administrativo, visando afirmar uma paisagem distinta da cidade colonial. Eram casas, segundo Moura (2011), que possuíam afastamentos em relação aos limites dos terrenos e a utilização de novos elementos compositivos urbanos. Reis Filho (2001) os elencou na caracterização dos tipos urbanos presentes nos principais centros urbanos do país: alpendres e terraços.

O tom mudancista pregado por Pedro Ludovico Teixeira tomou forma pelos edifícios públicos e privados cuja orientação reforçava a constituição de uma paisagem moderna. Moura (2011, p. 65) ressalta que as casas-tipo para os funcionários possuíam um programa arquitetônico reduzido, sendo algumas em um ou dois pavimentos e nem sempre havia a presença do alpendre, mas escadas no acesso principal com ao menos dois espelhos. A autora também descreve que as “casas-tipo modelo” e as “casas para funcionários” se localizavam em diferentes pontos do Setor Central, mas concentradas próximas ao centro administrativo e das principais vias que convergiam para lá. Por outro lado, as casas destinadas aos funcionários ou as casas populares eram propostas a partir de um programa compacto e com elementos estéticos menos rebuscados, concentradas no Bairro Popular – abaixo da Avenida Paranaíba. Essas casas, em sua maioria, expressavam o ecletismo como estilo predominante, vigente nas principais cidades brasileiras da época e incorporado à paisagem goianiense por aqueles com maiores recursos financeiros. Mello (2006) complementa ao observar que a fase neocolonial como expressão estética nas residências localizadas no centro pioneiro de Goiânia perdurou entre as

décadas de 1930-50, visto a circulação de ideias nas principais publicações de arquitetura e engenharia da época.

No entanto, para fins oficiais, o estilo escolhido foi o *Art Déco*, mais expressivo em construções públicas construídas posteriormente à saída de Atílio Correa Lima, como o Teatro Goiânia e a Estação Ferroviária, considerados exemplares mais representativos (MELLO, 1996). Para Borges (2017), o impulso desenvolvimentista ocorreu com a construção de Brasília, efetivando a proposta de integração nacional na segunda metade do século XX, momento em que também a arquitetura moderna se expande para o interior do país após a passagem de Le Corbusier e os edifícios modernistas erguidos no Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, cabe ressaltar que nesse momento já havia profissionais migrantes e estabelecidos na capital que atuaram na formação da paisagem erudita da cidade, ou seja, na produção de casas modernas não apenas no centro pioneiro, mas em diversos bairros adjacentes e destinados às camadas mais abastadas.

Com relação ao plano urbanístico, a primeira ação do projetista foi elaborar um relatório técnico com as considerações sobre o local de sua implantação, alterando ligeiramente a localização da futura cidade, discordando do engenheiro João Argenta responsável pelo levantamento topográfico, apenas sobre a implantação do núcleo central:

Foi inicialmente indicado o local denominado de Paineiras, para o assentamento do núcleo inicial. Discordamos dessa opinião por ser o local muito deslocado da estrada de rodagem. Sendo a estrada a artéria vivificadora do organismo urbano, tudo indicava que o núcleo central em formação deva ser atravessado por aquela. (MONTEIRO, 1938, p.137)

Atílio argumentou também que o deslocamento facilitaria o abastecimento de água, além de ser menos dispendioso, pois poderia utilizar a região “Paineira” para a construção de um reservatório de água e a própria configuração do terreno era um motivo para tal mudança.

Com relação ao traçado da cidade, Atílio descreve que ele obedece à configuração do terreno, à necessidade de tráfego e ao zoneamento, onde todas as ruas e avenidas procuram não contrariar a topografia.

Da topografia tiramos também para obter efeitos perspectivos, com o motivo principal da cidade, que é o centro administrativo. Domina este a região e é visto de todos os pontos da cidade e principalmente por quem nela chega. As três avenidas mais importantes, convergem para o centro administrativo, acentuando assim a importância deste em relação à cidade, que na realidade deve-lhe a sua existência. Guardando as devidas proporções o efeito monumental procurado é a do princípio clássico adotado em Versalhes, Carlsruhe e Washington. (MONTEIRO, 1938, p.140)

Observa-se, pelas considerações de Atílio Correa Lima, a influência da urbanística francesa que orientou as cidades novas no século XIX, como Washington, por exemplo. A perspectiva como fundamento barroco é uma proposta que visa, sobretudo, enaltecer os

aspectos estéticos e a formação de uma paisagem de impacto, em que se destaca o papel do centro administrativo, o ponto de interesse principal. Por mais que sua proposição fosse a de monumentalizar o ponto principal do plano urbanístico – a Praça Cívica, não desconsiderou os aspectos modernistas, definindo as zonas e usos, além do tráfego e as relações com transportes e estradas de rodagem e ferrovia. Pode-se dizer que ao propor uma cidade nova, Atílio Correa Lima teve a oportunidade de experimentar e vivenciar parte dos conceitos e visões de sua formação da IUAP e os princípios modernistas ainda em consolidação.

No relatório de Atílio Corrêa Lima as ruas 3, 4, 5 seriam as ruas de maior tráfego no futuro, e a Avenida Anhanguera coincidiria com a estrada de rodagem, sendo o eixo de todas as comunicações, em que é perceptível a importância do transporte e a articulação entre a cidade e o restante do Estado. Com relação a Av. Pedro Ludovico – atual Avenida Goiás –, o urbanista discorre:

A Av. Pedro Ludovico apresenta-se com um caráter pitoresco e monumental: o tráfego que nela circulará será todo com destino ao centro administrativo e prestar-se-á para as demonstrações cívicas. Este centro que representa o órgão mais importante da cidade, tem acesso pelas ruas 10, 11, 26, 34, 35, Av. Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico. E de qualquer ponto atinge-se facilmente as ruas citadas. Embora com fácil acesso, o centro administrativo não terá nunca um tráfego intenso, pois apesar de sua proximidade do centro urbano, acha-se deslocado deste, de maneira tal que transito far-se-á exclusivamente para interesse local. (LIMA, 1942, p. 48)

Mais uma vez Atílio Corrêa Lima enfatiza a intenção modernista em seu projeto. Ao discorrer sobre o zoneamento da cidade argumenta que procurou satisfazer as tendências modernas de localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas com a intenção de obter melhor organização dos serviços públicos, como também certos problemas técnicos, econômicos e sanitários. E especifica, o centro administrativo, centro comercial, área mais central para o comércio, a zona industrial na parte mais baixa por ser mais propícia à indústria e por ser próximo à futura estação ferroviária; a zona residencial dividida em zona urbana e zona suburbana, longe do centro e a zona rural que seria todo o território não compreendido nas zonas anteriores (figura15).

Sobre as vias públicas e praças, em seu relatório, discorre que as vias deveriam ter suas larguras proporcionais à importância do tráfego ou a seu caráter artístico e monumental, como, por exemplo, as avenidas Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico. Sua proposta preconizava ruas arborizadas e principais avenidas ajardinadas, com passeios gramados, e salientava que a praça principal do centro administrativo deveria apresentar caráter monumental. O arquiteto também comenta sobre a construção de parques e jardins e a preservação de áreas verdes. Por fim, ele comenta sobre o abastecimento de água, esgoto, coleta e transporte de lixo, sobre o loteamento, além do projeto de organização administrativa e o regulamento das construções.



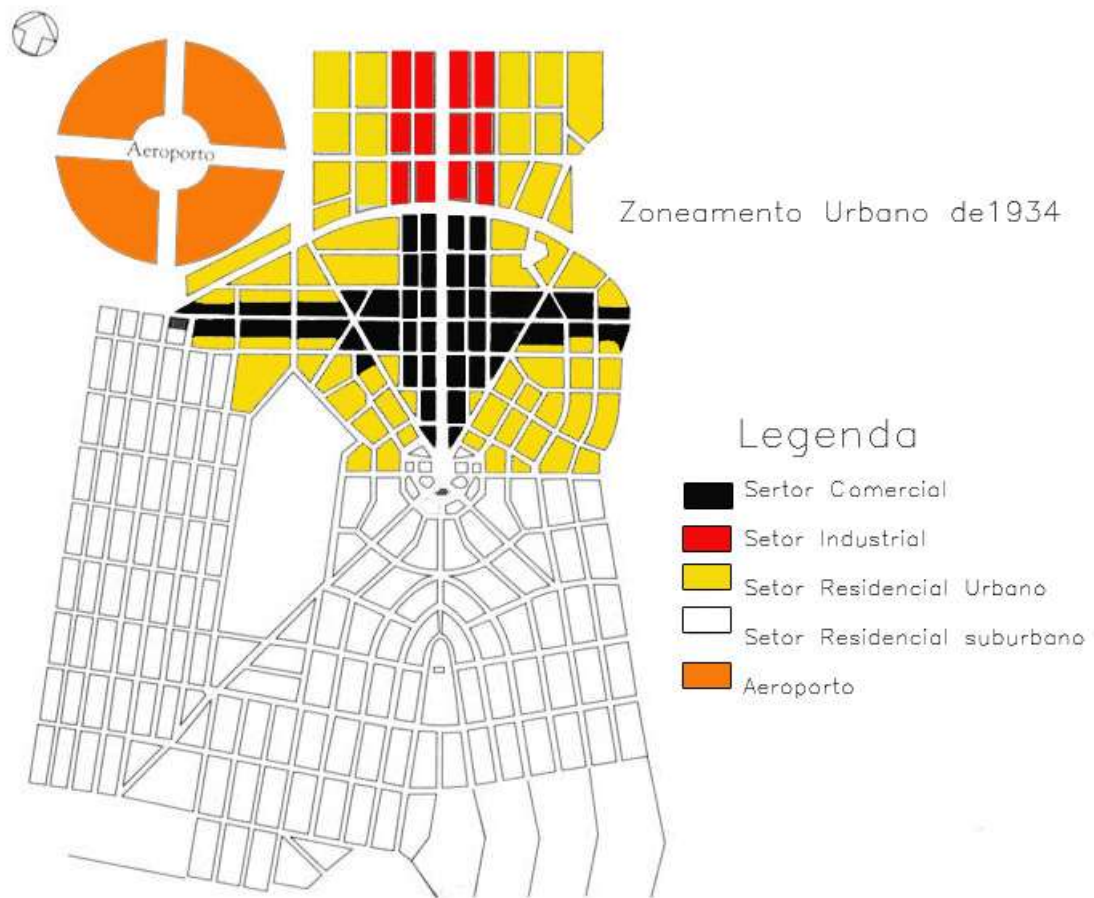


Figura 15: Zoneamento proposto por Atílio Correa Lima. Fonte: Daher, 2003 com adaptação da autora, 2019.

O fato é Atílio Corrêa Lima, ao projetar o núcleo urbano da nova capital, foi influenciado pelos conceitos da escola francesa de urbanismo do século XX. Para a construção do plano urbanístico, estruturou a cidade em três pilares: o sistema viário, o zoneamento e a configuração do terreno, deixando isso bem claro em seu relatório final (DAHER, 2003). Assim como diversas cidades francesas o ponto de maior relevância em seu projeto estava no centro administrativo com avenidas na diagonal correndo em direção ao palácio, uma característica barroca, cuja avenidas principais conduziam ao palácio, centro absoluto do poder, à semelhança de Versalhes.

Outra referência do projetista é ao planejamento urbano norte americano. A cidade de Washington, projetada pelo engenheiro Pierre Charles L'Enfant em 1872, possui diversas semelhanças com traçado da nova capital, principalmente no requisito monumentalidade e o forte apelo simbólico que o centro cívico representa. Outro elemento de destaque de ambos os projetos se refere ao tratamento paisagismo e da arborização das vias, uma outra referência à cidade barroca. E a cidade de Karlsruhe na Alemanha que também segue a lógica urbanística de avenidas em direção ao centro político, também com influências barrocas (figura 16).





Figura 16: Acima, vista aérea Praça Cívica na década de 1960. Foto: Alois Feichtenberg. Fonte MIS/GO. Ao centro cidade alemã de Karlsruhe. Fonte: Pinterers.com.br. Abaixo vista aérea de Washington. Fonte: Pinterers.com.br

Assim como os urbanistas da escola francesa, Atílio via com bons olhos a civilização industrial. Em Goiás não foi diferente, buscou-se, através da proposta do jovem urbanista, colocar o estado na rota do desenvolvimento e da modernidade por meio de uma cidade cujas feições retratassem o pensamento e as novas concepções de cidades discutidas ou nos centros urbanos do país ou nas referências herdadas dos europeus, com maior influência francesa.

Observa-se, desse modo, a importância da cidade não apenas como uma experiência urbanística moderna, mas atrelada à percepção de uma dialética entre antigo e novo, sendo este pertencente ao tempo propagado por Pedro Ludovico Teixeira e os profissionais que o acompanharam na consolidação do ideário moderno. Legitimar essa visão possibilitaria afirmar as mudanças do Estado e seu alinhamento às políticas de Vargas. Por outro lado, na história oficial não havia espaço para que outras vozes se manifestassem, pois era necessário propagar o triunfo e o ato heroico do criador da cidade.

A circulação de ideias coincide com a implantação de cidades em diversas partes do país, permitindo que se instalasse no sertão um laboratório de preceitos urbanísticos. Primeiro com a constituição de Goiânia, como cidade nova e dotada de funções administrativas,

tornando-se um dos principais centros urbanos de articulação entre as regiões Centro-Oeste e as demais. No entanto, a gênese de sua formação é marcada pelas dificuldades enfrentadas ao longo de sua construção: pela falta de materiais e/ou dificuldade de obtê-los; a falta de mão-de-obra capacitada para as novas técnicas construtivas propostas e o transporte escasso.

Além dessas questões, as divergências entre Atílio Correa Lima e o escritório dos irmãos Coimbra Bueno acarretaram na rescisão do contrato entre o Estado e o projetista. Com isso, em 26 de abril de 1935, Côrrea Lima retornou ao Rio de Janeiro com sua família, deixando em fase final de construção o Grande Hotel, o Palácio das do Governo, a secretaria Geral e mais 10 casas para os funcionários, as três grandes avenidas, a Praça Cívica e as principais ruas traçadas e abertas (figura 17).



Figura 17: Vista aérea da Rua 20, com as casas tipo para funcionários e as ruas já traçadas.  
Data:05 .06.1935. Fonte: IBGE

Basicamente, tinha-se parte do centro definido e em processo de construção quando Atílio Correa Lima deixou a frente de trabalho. Para Ackel (2007), além das dificuldades de ordem pessoal, como despesas, deslocamento e a pressão familiar, as intenções mais mercantis dos irmãos Coimbra Bueno foram fundamentais para sua retirada, pois ao invés de possibilitar-lhe a difusão e a consolidação de um ideal de cidade, assistiu-se à especulação das terras, em que as vantagens nos negócios imobiliários eram prioridade. Diniz (2007) completa ao afirmar que a cidade idealizada ficou nos planos, uma vez que sua concretização apresentava os

conflitos entre o projetista e os executores, além de indicar desencontros de interesses políticos, econômicos. Pode-se dizer que além disso, uma outra cidade germinava fora desses limites, evidenciando a busca por oportunidades pelos diversos estratos sociais: aqueles responsáveis pela construção da cidade de pedra e cal, mas à margem da própria história.

### 3.4. ALTERAÇÕES DO PLANO ORIGINAL

Após a saída de Atílio Correa Lima, em julho de 1935, o governo do Estado passou à firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda, a coordenação de construção da nova capital. No início de 1936, a firma também foi contratada para dar continuidade às obras de urbanização, que, em seguida, tratou de contratar o engenheiro Armando de Godoy, responsável pelo relatório de escolha do sítio. Gonçalves (2003) comenta:

O engenheiro Armando de Godoy foi contratado como consultor técnico da firma Coimbra Bueno para dar continuidade à urbanização da cidade, em 1936. Sua contratação atendeu a múltiplos interesses. Primeiramente, agradou a Pedro Ludovico que já o conhecia desde 1933. Com o afastamento de Atílio da direção dos projetos da cidade, era necessária sua substituição por outro profissional que estivesse à altura, haja vista que a bandeira de “cidade planejada” era fundamental para divulgar a nova capital nos maiores centros urbanos, convencer os mais céticos da possibilidade de sua transferência e, finalmente, atender ao discurso de modernidade que envolvia a questão. (GONÇALVES, 2003, p.36)

A importância de Godoy era estratégica, uma vez que possibilitaria uma maior colocação da firma dos Coimbra Bueno como referência na construção de cidades, além de permitir-lhes a condução do processo de vendas de terras e de ocupação do território. Contar com um nome de peso, reforçava a importância do feito de Pedro Ludovico Teixeira.

Novamente o desejo de modernidade aparece enraizado no discurso da construção da nova capital:

[...] o dr. Godoi se entregou ao penoso trabalho de dotar Goiânia das soluções mais racionais que a técnica moderna permite; percorreu recentemente os Estados Unidos em viagem de estudos urbanísticos e mantém-se (o dr. Godoi) em contato permanente com os principais centros americanos [...].

Na zona sul é que surgirá a mais moderna solução urbanística do momento atual. Será realizada, pela segunda vez no mundo, a solução mais técnica para as cidades modernas e que foi pela primeira vez realizada há poucos anos em Radburn [...] cidade século XX, como é denominada nos Estados Unidos. (CORREIO OFICIAL, 1936, p. 2, *apud* GONÇALVES, 2003, p.37).

De acordo com ACKEL (2007), as modificações introduzidas por Armando de Godoy foram defendidas em uma Palestra no Rio de Janeiro, ocasião em que o engenheiro revelava que pouco tinha alterado as partes central e norte da cidade e que sua maior contribuição havia

acontecido na área sul. Em seguida Godoy deixa claro sua discordância quanto ao partido arquitetônico adotado por Correa Lima :

As exigências da cidade moderna não permitem o denominado traçado clássico. Outrora não havia as influências de certos fatores e estudos feitos nos últimos lustros. Um dos elementos que levaram os urbanistas a modificarem a estrutura da cidade foi o veículo automotor, cujo formidável surto teve lugar nos últimos decênios

[...] Hoje há as exigências de orientação que não embaraçaram L'Enfant ao elaborar o Plano de Washington. Mesmo naquela época, Jefferson que tinha estudos de Architectura, já sentia os inconvenientes das avenidas denominadas diagonais como meio de encurtar distancias no traçado retangular ou em xadrez. Foi a advertência do grande estadista, que foi ao mesmo tempo philósopho e artista, que levou L'Enfant a diminuir o número de diagonais no seu grandioso projeto. (GODOY, 1937 *apud* ACKEL, 2007, p.149).

Ainda segundo Ackel (2007, p. 149):

Ele propôs uma perfeita separação entre as vias exclusivamente residenciais e as vias radiais, vias destinadas ao tráfego de passagem. Criou também um outro centro situado na área central do setor sul, em continuidade ao eixo norte-sul desenhado por Atílio. Este local deveria funcionar como um segundo centro de radiação, de onde partiriam outras quatro novas avenidas radiais. Edgar Graeff entende que Godoy desestruturou o mono-centralismo de raço barroco proposto por Atílio, quando criou esta segunda praça em asterisco, em pleno Setor Sul. (ACKEL, 2007, p.149)

Em março de 1937, os irmãos Coimbra e Bueno, registraram em relatório apresentado ao diretor-geral da fazenda, que Armando de Godoy não possuía tempo necessário para dedicar-se ao plano da nova capital:

Está havendo certa morosidade, que desejamos explicar, mostrando ser o melhor que podemos fazer: tal como se deu com o Dr. Correia Lima, o Dr. Armando Godoy, apesar de sua manifesta boa vontade, não pode dedicar, senão uma atenção secundária aos estudos de Goiânia, entre seus diversos afazeres. (ALVARES, 1942, p. 20 *apud* MANSO, 2018, p. 288).

Godoy foi um consultor, atuando no escritório dos Coimbra e Bueno no Rio de Janeiro, uma vez que ditava as diretrizes e a firma Coimbra Bueno executava os projetos. Para Gonçalves:

É possível concluir que a sua principal colaboração ao projeto original da cidade foi no campo das ideias. Ao que tudo indica, Godoy percebeu, em Goiânia a oportunidade de colocar em prática as suas teorias e o anos de experiência, mas por falta de tempo e condições, não se dedicou como deveria ao projeto. Emprestou de certa forma o seu nome ao plano, valorizando-o sobremaneira. Tanto foi assim que o único documento que pode ser considerado como o memorial descritivo do Plano de Urbanização de Goiânia, aprovado pelo Decreto-lei 90-A, é o relatório de março de 1937, apresentando pelo Superintendente Geral das Obras, Jeronimo Coimbra Bueno, ao Diretor Geral da Fazenda. (ALVARES, 1942, p. 22-38 *apud* GONÇALVES, 2003, p.40)

As alterações propostas para o setor Sul revelavam a influência da urbanística anglo-saxônica e uma visão mais organizativa do ponto de vista funcional do que de embelezamento urbano ou de monumentalidade, pretendidos em um primeiro momento. Isso porque trata-se de

uma área destinada às habitações e, com isso, mais voltadas a estratos sociais de classe média, o que se assemelharia aos subúrbios ou cidades-satélites.

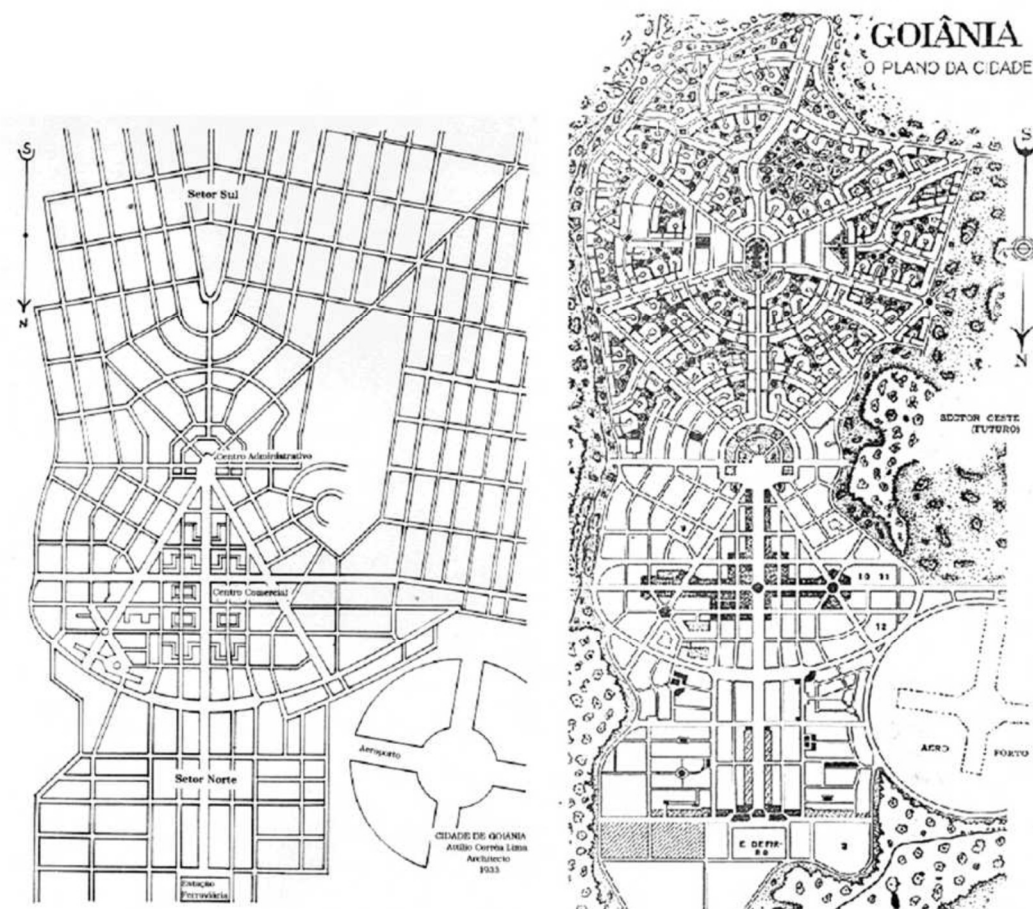


Figura 18: Comparação entre o plano original de Goiânia, de Atílio Corrêa Lima, em 1933 (à esquerda) e as modificações feitas no setor sul da cidade por Armando de Godoy, em 1938 (à direita). Fonte: ACKEL, 1996.

Para a execução dos projetos da nova capital, a construtora contratou uma grande quantidade de profissionais, e como os irmãos Coimbra Bueno, além de serem os empreiteiros da cidade, estavam à frente da Superintendência Geral de Obras, muitos profissionais que trabalhavam com eles também faziam parte do órgão do governo do Estado. O Correio Oficial de 26 de abril relacionou os principais profissionais:

Goiânia, tem, assim, a sua técnica garantida por nomes de destaque na Engenharia Brasileira entre os quais se destaca pelas importantes realizações no País, o dr. Armando de Godoy, consultor técnico, o dr. Salvador Batalha, que além de grande número dos principais arranha-céus atualmente construídos no Rio de Janeiro, projetou a monumental obra de Poços de Caldas, e o dr. Jorge A. Diniz Carneiro, engenheiro da Cia. Construtora Pedreiras S/A., para qual dirigiu a construção de vários prédios dos quais se destacam: Uaru com 6 pavimentos, Ouro Preto com 12, Ipiranga com 10, Av Atlântica 588 com 8, todos no Rio de Janeiro.

Na interpretação de Manso (2018), a historiografia sempre atribuiu a Armando de Godoy a autoria do projeto do setor Sul, entretanto para a autora, o projeto da cidade é também criação de outros engenheiros e técnicos anônimos. Em sua tese, Manso (2018) apresenta a possibilidade de Wener Sonnemberg, engenheiro agrônomo membro da equipe da Construtora e Bueno, no Rio de Janeiro, responsável pela Seção de Saneamento, ter sido coautor do projeto do bairro e afirma novamente que Godoy foi o autor intelectual da proposta, principalmente devido a sua sintonia com o desenvolvimento dos bairros-jardins americanos. Gonçalves (2003) confirma indiretamente essa teoria:

Já estávamos estudando a ampliação do Setor Sul. Então nós procuramos o Dr. Armando de Godoy, um dos engenheiros urbanistas da Prefeitura do Rio de Janeiro. O Armando Godoy deu as diretrizes calçadas nas cidades americanas. Então nós, lá no Rio de Janeiro, começamos a projetar de acordo com os levantamentos. Praticamente o Armando de Godoy não chegou a riscar nada. Ele nos deu uma revista americana. [...] Depois nós mandamos buscar uma porção de livros de urbanismo nos Estados Unidos. Armando não fez esboço nenhum. (CORDEIRO; QUEIROZ, 1990, p.28 *apud* GONÇALVES, 2003, p.41)

Em um cartaz produzido pela construtora no final da década 1930, com o intuito de divulgar o novo setor, aparece no canto inferior esquerdo, a ficha técnica do projeto. Jeronimo Coimbra Bueno como sendo o superintendente geral-engenheiro civil, o projetista: Werner Sonnenberg- engenheiro agrônomo e Armando de Godoy, consultor técnico (figura 19).

Reafirmando a teoria de Gonçalves (2003) e de Manso (2018) de que o agrônomo teve forte atuação no projeto do novo plano urbanístico da nova capital. No entanto, em grande parte da historiografia oficial seu nome passou despercebido como tantos outros profissionais que trabalharam na construção da nova capital e também não tiveram seu devido reconhecimento.

Em 1936, o Superintendente Geral de Obras, Jeronimo Coimbra Bueno, apresentou relatório à Diretoria Geral da Fazenda, explicando os principais pontos do Plano de Urbanização de Goiânia. O plano basicamente consistia na remodelação do plano urbanístico de Attilio Corrêa Lima. O onde a Zona Central foi mantida e acrescido as Zonas Sul, Norte e Oeste e diminuindo a Zona do Comercio. Com relação a Zona Norte, Coimbra Bueno discorre que a mesma será destinada a casas para os operários. Estabeleceu-se também um limite de crescimento da cidade. As áreas verdes também sofreram alteração e novas áreas foram propostas no limite da cidade. De acordo com Gonçalves:

Quando a Construtora Coimbra Bueno assumiu a reformulação do plano do arquiteto, o Palácio e a Secretaria Geral já estavam em construção na Praça Cívica, o Grande Hotel já se erguia na Avenida Goiás e o arruamento do Setor Central estava praticamente concluído. Mesmo assim, o traçado da Praça Cívica foi alterado na Rua 82, ganhando a sua atual conformação, além da implantação dos edifícios dentro da



praça, que também foi modificada. Onde se localizavam o Palácio da Justiça e a Prefeitura no plano de Atílio, foram construídos jardins, aumentando o espaço livre. Cabe ressaltar que tais mudanças na Praça Cívica se mostram mais acertadas com o tempo, haja vista que a perspectiva da praça com menor números de edifícios ampliou o caráter de monumentalidade previsto por Atílio. (GONÇALVES, 2003, p.46)

Em 24 de abril de 1938, em matéria publicada no Correio Oficial (figura 20), sob o título “Construtores de Goiânia”, foi noticiado que o Estado concedeu o título de construtores da cidade aos irmãos Coimbra e Bueno.

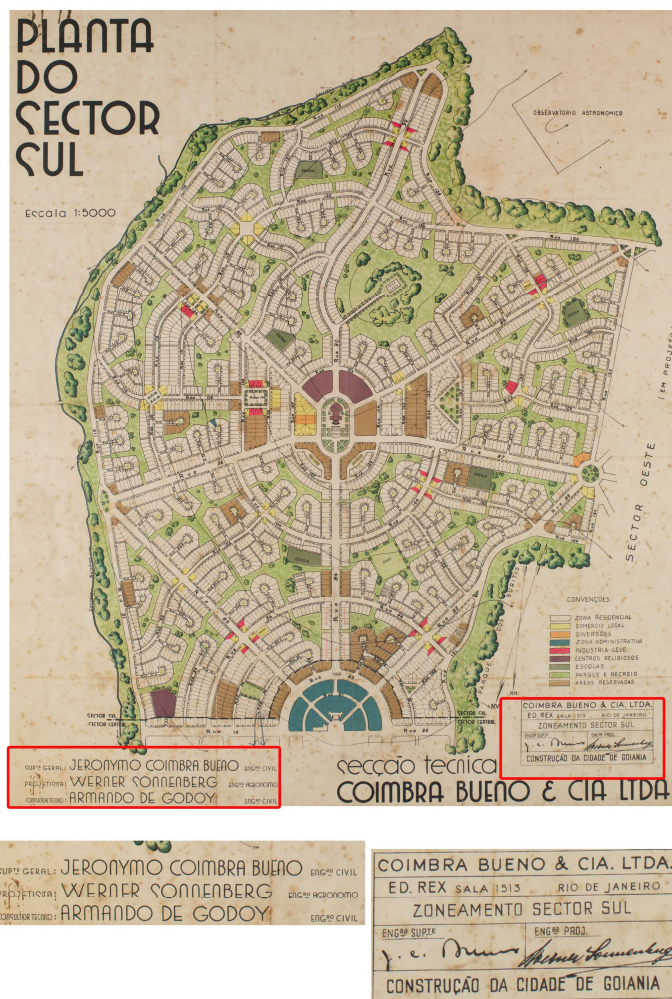


Figura 19: Plano de Urbanização de Goiânia, projeto original modificado, 1938. Fonte: Manso, 2018.



Figura 20: Goiânia, Cartão Postal, Eduardo Bilemjian, 1939. Fonte: MIS-GO

Conforme descreve Monteiro (1942, p. 494):

Havendo os engenheiros dr. Aberlado Coimbra Bueno e Jeronimo Coimbra Bueno, que constituem a firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda., requerido ao Governo do Estado o título de construtores da Cidade de Goiânia, sob o fundamento de serem eles não só os edificadores dos prédios estaduais e federais, como também os fiscais de todas as construções que se executam para particulares, estando aos mesmos afêta toda responsabilidade técnica da execução do plano geral de urbanização da cidade, foilhes, por despacho do Sr. Governador Pedro Ludovico, reconhecido o direito de em virtude dos contratos que tem com o Estado, usarem o título de “construtores da cidade”.

No final da de década de 1930, havia uma forte associação entre o poder público e privado na construção da nova capital. No intuito de propagá-la, várias foram as propagandas para incentivar os investimentos imobiliários e atrair novos moradores e, na sua grande maioria, o nome da construtora Coimbra Bueno estava presente, (figuras 21e 22):

<p><b>Decretos da Interventoria Federal</b></p> <p>DECRETO n. 580, de 2 de abril de 1938.</p> <p>O interventor federal, neste Estado.</p> <p>Considerando os inestimáveis serviços prestados pela firma Coimbra Bueno &amp; Cia. Ltda. ao Estado de Goiaz;</p> <p>Considerando que lhe coube a total responsabilidade profissional na construção da Nova Capital,</p> <p><b>DECRETA:</b></p> <p>Art. 1º—Fica concedido aos engenheiros civis Coimbra Bueno, ou razão social que os represente, o título oficial de <b>CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIÂNIA.</b></p> <p>Art. 2º—Revogam-se as disposições em contrario.</p> <p>Palacio da Interventoria Federal de Goiaz, em Goiânia, 2 de abril de 1938, 50ª da Republica.</p> <p><b>Dr. Pedro Ludovico Teixeira</b> João Teixeira Alcares Junior</p>	<h1>CORREIO OFICIAL</h1>	
	<p>Num. 3.654</p> <p>Goiania=Capital de Goiaz, 24 de Abril de 1938</p> <p>ANO C</p>	<p style="text-align: center;">VISTA AÉREA DE</p> <h2 style="text-align: center;">GOIÂNIA</h2> <p style="text-align: center;">NOVA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS</p> <p>PROJETADA E CONSTRUÍDA DE 1934 A 1940 PELOS ENGENHEIROS E URBANISTAS COIMBRA BUENO NO PLANALTO CENTRAL BRASILEIRO, A CÉRCA DE 300 KLMS DO SÍTIO DA FUTURA CAPITAL DO BRASIL.</p> <p>EM 1952 A POPULAÇÃO DE GOIÂNIA JÁ ULTRAPASSA DE 50000 HABITANTES, CONSTITUINDO HOJE UMA VERDADEIRA CIDADE PILOTO PARA A CONSTRUÇÃO NA MESMA REGIÃO DO PAÍS, DA FUTURA CAPITAL DO BRASIL.</p>

Figura 21: Primeira página do jornal Correio Oficial, apresentando vista aérea de Goiânia bem como decreto concedendo o título de construtores da cidade à firma Coimbra Bueno e Cia. Fonte: Fundação Getúlio Vargas.



**O ESTADO DE S. PAULO**

UMA CIDADE QUE SURTIU:

**GOIANIA** NOVA CAPITAL DE GOIAZ

**COIMBRA BUENO & CIA. LTDA.** ENGENHEIROS CIVIS

constructores da CIDADE de GOIANIA

Iniciarão breve a venda de lotes de GOIANIA, como Delegados Exclusivos do Governo do Estado.

FIGURA 1

**A NAÇÃO**

Goiania - a mais moderna capital do mundo

Como surgiu no Planalto Central do Brasil, a nova capital de Goiaz

Os progressos do grande Estado sob a administração do sr. Pedro Ludovico

FIGURA 2

A AQUISIÇÃO DOS LOTES DE TERRAS DE GOIANIA VENDIDOS PELO GOVERNO DE GOIAZ por baixo preço, isentos de imposto de transmissão, isentos de impostos estaduais e municipais por longo prazo, sujeitos a valorização imediata, constitue emprego de capital seguro e vantajoso.

INFORMAÇÕES E VENDA FORA DO ESTADO DE GOIAZ:

PROCURADORIA PARA VENDA DE TERRENOS DE GOIANIA

PROCURADORES ESPECIAIS:

**COIMBRA BUENO & CIA. LTDA.**

S. PAULO - RUA BOA VISTA, 316 - TEL. 2-5899, TELEG. URURIO - EDIFÍCIO REN. 1515 - TEL. 22-6933, TELEG. ESTREBUBA

CORRETORES DE LOTES

FIGURA 3

**NOVA CAPITAL DE GOYAZ**

GRANDE EMPREENDIMENTO DO GOVERNADOR DR. PEDRO LUDOVICO

ORGANIZAÇÃO DE A. COIMBRA LIMA

CONSTRUTORA A CARGO DE COIMBRA BUENO & COMPANHIA LTDA

ENRIQUEÇA 4 VEZES MAIS ADQUIRINDO LOTES NA NOVA CAPITAL

VENDAS GARANTIDAS PELO ESTADO - DEC. N.º 4941 DE 1934

EM 10 PRESTAÇÕES DE \$ 38\$ CADA

AGENTE GERAL DE VENDAS, DEP. DE PROPAG. E VENDAS DE TERRAS - NOVA CAPITAL DE GOYAZ - AGENTE LOCAL

OS PAGAMENTOS SERÃO EFFECTUADOS NAS AGENCIAS DO BANCO HYP E AGR. DE M. GERAES OU NAS REPARTIÇÕES FISCAES QUANDO NO ESTADO

FIGURA 4

**COIMBRA BUENO & CIA. L<sup>DA</sup>**

ENG.º CIVIS

CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

PROCURADORES ESPECIAIS DO ESTADO DE GOIAZ PARA VENDA DE LOTES DE GOIANIA

Centro Cívico de Goiania

FIGURA 5

Figura 22: Cartazes promocionais, divulgando a nova capital do Estado e as oportunidades de negócios. Org. pela autora, 2019.

Em 30 de Julho de 1938, pelo Decreto lei nº90-A foi aprovado o plano de urbanização de Goiânia, onde foram determinadas as áreas urbanas e suburbanas da cidade (figura 23). A área urbana compreendida os setores Central, Norte, Sul, Oeste e Satélite Campinas, além das áreas para o Aeroporto, Zoológico, Hipódromo e os parques Buritis, Capim Puba e Bandeirantes. Foram aprovadas também as plantas de arruamento e loteamento do Centro, Norte, Sul e Satélite Campinas, além dos distritos de Hidrolândia, Ribeirão e São Geraldo. (ALVARES,1942).

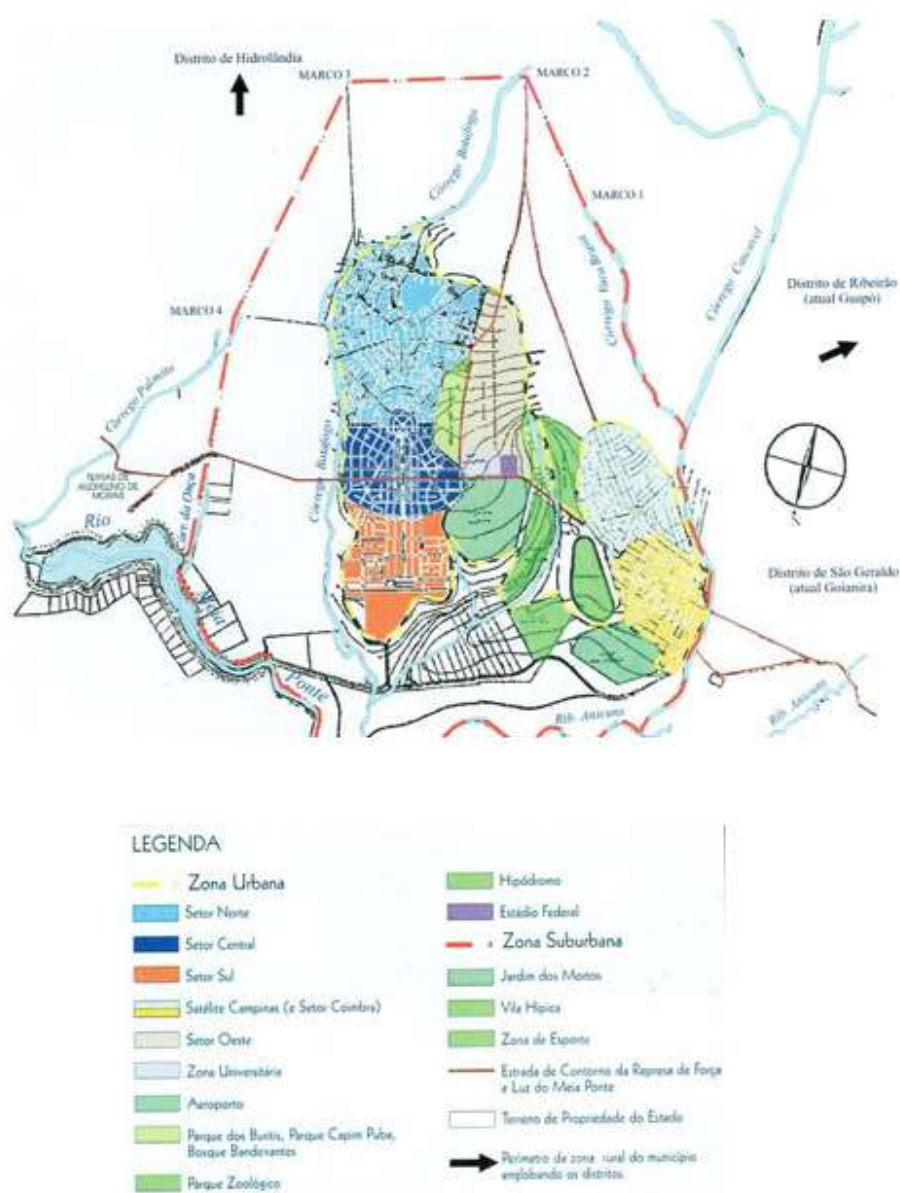


Figura 23: Plano Aprovado pelo Decreto Lei nº 90-A de 30 /07/1938. Interpretações Kátia do Carmo de Paiva e Aparecida de Jesus Cuevas. Fonte: Manso (2004).

Em 1944, através do Decreto-lei nº 11, de 6 de março de 1944, Pedro Ludovico proibiu qualquer tipo de loteamento na zona urbana da cidade pelo período de 5 anos. Somente a área ocupada pelo aeroporto poderia ser parcelada, demonstrando a preocupação por parte do governo do Estado em adensar as áreas que possuíam infraestrutura, antes de permitir a ocupação dos setores Sul e Oeste e os quais tiveram sua implantação e ocupação nos anos 1950. Porém já ocorria a venda de lotes na vila Coimbra e até mesmo no setor Sul.

Em 1947, foi aprovado o primeiro código de edificações da capital, contendo a legislação de zoneamento e loteamento por meio do Decreto-lei nº547. No mesmo ano, agora com Coimbra Bueno governador do Estado, foi dada uma nova direção ao plano original de Goiânia. De acordo com Daher (2003, p. 277):

[Após] a queda do governo Vargas, em 1945, e o restabelecimento da democracia com as eleições diretas, Jerônimo Coimbra Bueno foi eleito governador pelo partido de oposição a Pedro Ludovico. Eles já estavam rompidos, após o episódio da inclusão de um loteamento de propriedade de Coimbra na planta de Goiânia, segundo Decreto-Lei nº 90-A, de 1938.

O decreto de lei nº547 destruiu definitivamente as pretensões tanto de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy, de construir Goiânia como uma cidade ideal. O resultado final foi uma cidade fragmentada, resultado de diversas colagens, onde os interesses econômicos foram maiores que qualquer ideal. Ainda segundo a autora, as cidades satélites foram confundidas com bairros suburbanos, descaracterizando ainda mais os projetos iniciais. Uma nova ordem surgiu e o que se obteve foi que do Plano original de Godoy-Atílio (1933-1935) para o Plano do Decreto-Lei 547 reteve-se ainda uma estrutura orgânica, conforme aponta Manso (2018) (figura 24).

Na planta geral de urbanização de 1947 (figura 25), é possível notar as duas concepções da nova capital, tanto a de Atílio Corrêa Lima, no Setor Central, entre o Centro Administrativo e a Estação Ferroviária, quanto a de Armando de Godoy, avançando do Centro pra o Sul. O setor Sul demonstra uma configuração orgânica, delimitada por um cinturão verde, com ruas sinuosas, quadras irregulares, lotes residenciais dispostos em torno *de cul-de-sacs*, com avenidas retilíneas que conduziam ao centro do bairro, demarcada pela Praça do Cruzeiro onde foi celebrada a primeira missa.



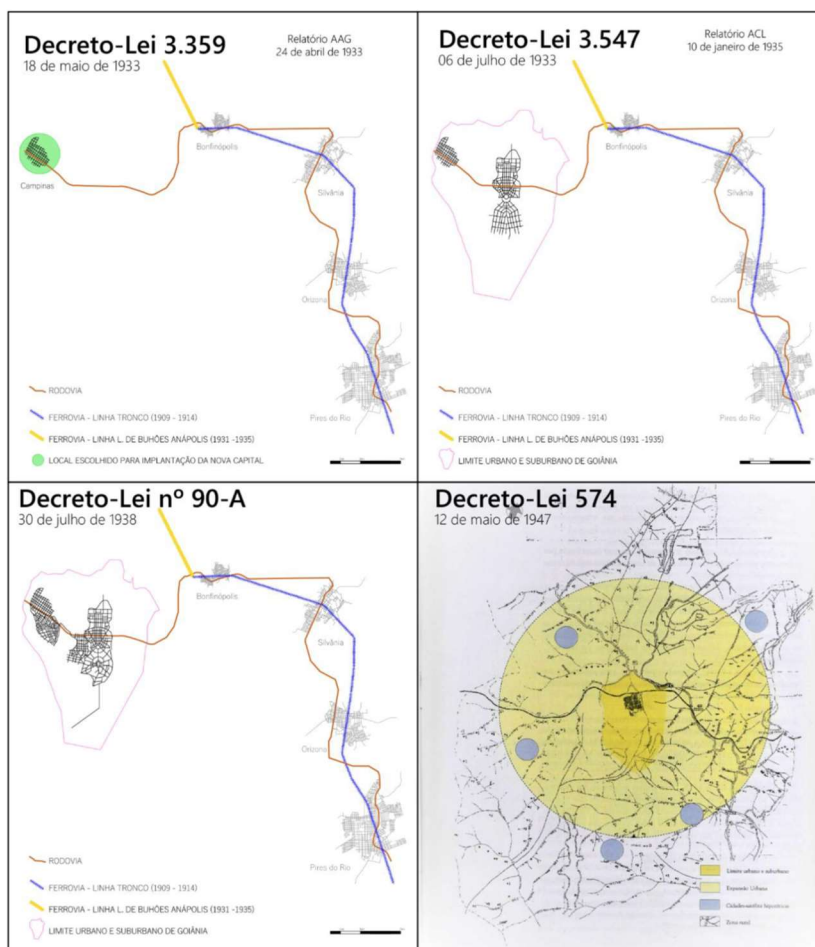


Figura 24: Esquemas a partir dos decretos e plantas de urbanização de Goiânia se suas relações com o território.  
Fonte: Manso, 2018.

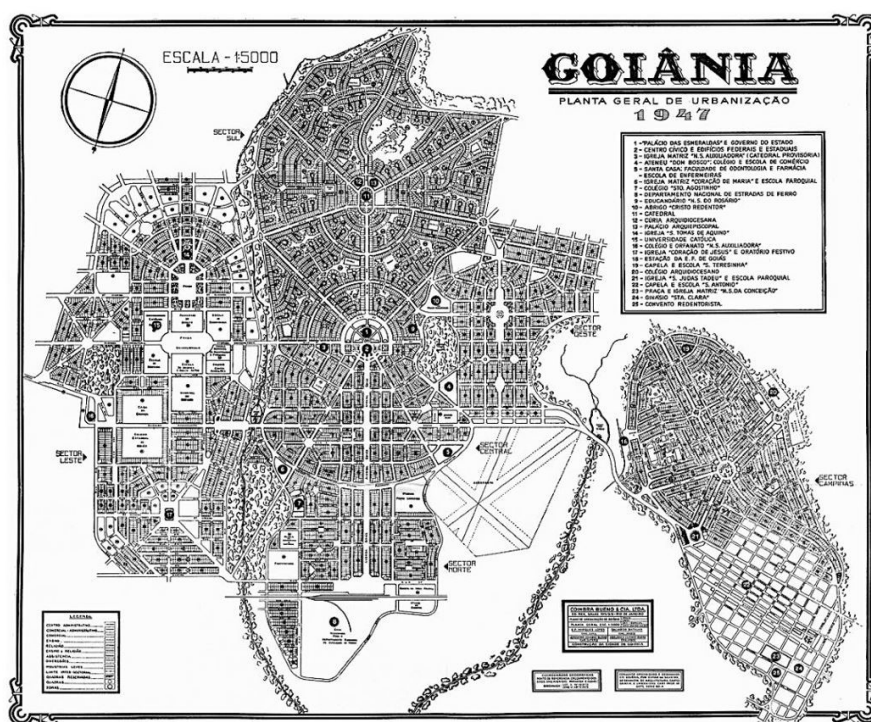


Figura 25: Plano de Urbanização de Goiânia, 1947. Fonte: Acervo Prefeitura de Goiânia.

Apesar de ter sido concebido a partir dos conceitos de cidade jardim, a ocupação do Setor Sul comprometeu o plano urbanístico original. Por se tratar de um bairro com uma configuração moderna, havia a previsão da entrada principal voltada para as áreas verdes, e os fundos e entrada de serviço, se voltaria para rua. No entanto, essa configuração foi modificada pelos moradores. Estes optaram pela configuração tradicional, onde a entrada da casa ficou virada para rua, desfigurando o traçado original de Godoy e a proposta de separação das funções e acessos de veículos e pedestres. Mais uma vez, a cidade idealizada não se concretizou, reafirmando a dinâmica da sociedade para além dos planos e projetos. Isso implica que a desfiguração de planos urbanísticos originais não ocorre somente por interesses políticos e financeiros; a própria sociedade cria meios de promover sua transformação. Dentro dessa perspectiva afirma Rossi:

Arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do Homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos. O elemento coletivo e o elemento privado, sociedade e indivíduos, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de inúmeros pequenos seres que procuram uma acomodação e junto com ela, formando um todo com ela, com seus pequenos ambientes mais adequados ao ambiente geral. (ROSSI, 2001, p. 3)

A compreensão da dinâmica e das vicissitudes de uma cidade deve considerar sua sociedade como participe do seu processo de formação, ocupação e transformação, tendo em vista os sujeitos que a constroem numa perspectiva multicultural (HALL, 2009).

#### **4. O OUTRO LADO DA MOEDA**

---

#### **4.1. A OUTRA HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM SOBRE OS SUJEITOS SILENCIADOS NA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL**

A rigor, na narrativa historiográfica goiana, há uma dominação de grupos privilegiados, na sua grande maioria homens brancos, que detinham o poder econômico e político. Pouco se fala dos sujeitos históricos que não encontraram representatividade nos espaços de poder e são transformados em minoria. Conforme já foi apontado por vários autores, a historiografia oficial deu pouco espaço para os sujeitos subalternizados. Daí a importância de revermos e reescrevermos à luz dos sujeitos silenciados.

Quando se fala da construção de Goiânia, existe uma lacuna histórica que deve ser preenchida. A história oficial da nova capital do Estado cita apenas nomes de indivíduos que faziam parte de um grupo composto por políticos, engenheiros, médicos e fazendeiros como o até então interventor do estado Pedro Ludovico Teixeira, o presidente Getúlio Vargas, os engenheiros Coimbra e Bueno, além dos “estrangeiros” de conhecimento especializado que trouxeram consigo o ideário moderno no desenho do núcleo original. Sujeitos esses que representam apenas uma face da história, porém há uma história de outros construtores de importância significativa: as mulheres e os operários. Pretende-se aqui abrir um espaço de vocalização para os silenciados, por meio de um diálogo com os estudos culturais, reescrevendo e rememorando a historiografia goiana.

A construção do moderno no sertão está materializada na nova capital. Uma modernidade idealizada num cenário artificial, capaz de ligar o Estado ao resto do país e ao mesmo tempo tirá-lo da pobreza era um novo ideal, negando um passado colonial da antiga Vila Boa, atual cidade de Goiás, simbolizando a utopia brasileira de mudança e transformação social e estava carregada de ideologias e signos, materializados no projeto urbanístico e nos edifícios da nova cidade.

De acordo com Pesavento (2005), recuperar a cidade do passado implica, não apenas resgatar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, mas o resgate do passado implica em ir além da instância, para os domínios do simbólicos e do sensível, ao encontro da carga de significados que essa cidade abrigou em outro tempo.

Faz-se necessário por parte do historiador, “[...] pensar o modo como em diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler [...]” (CHARTIER, 1990). Entre os pioneiros na nova construção dessa cidade estão os operários e o resgate da memória desses trabalhadores possui um importante papel na

construção histórica, uma vez que possibilita aderir a uma nova maneira de compreender e dar um outro sentido à história. Dando voz a esses sujeitos muitas vezes esquecidos pela história tradicional.

Grande parte das áreas ocupadas em caráter provisório, como o acampamento para a construção da cidade e parte das áreas ocupadas por esses operários foram apagadas do território, sendo substituída pela visão iluminista de correção dos males urbanos. Um exemplo é o Bairro Botafogo situado a leste do curso d'água de mesmo nome, que foi remodelado com ruas largas, arborizadas e denominados por Setor Leste Vila Nova e Setor Leste Universitário (figura 26).

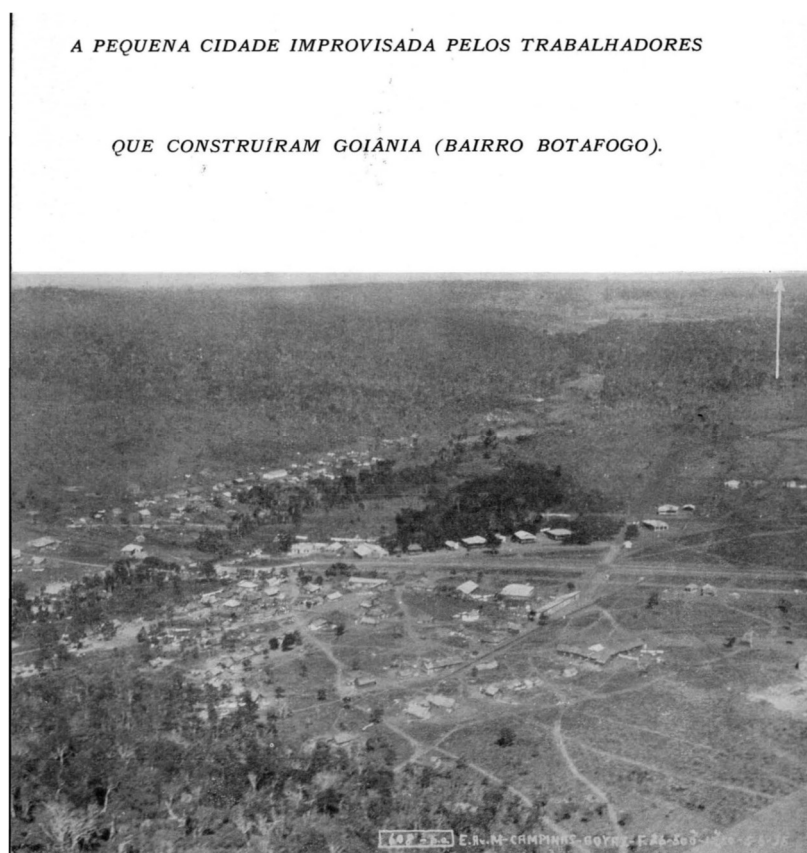


Figura 26: Página do livro *Goiânia*, coletânea editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1942, como contribuição ao batismo cultural dessa cidade, registrando a área do Bairro Botafogo. Fonte: IBGE. 1942.

Para Bernardes (2000, p.173): “A ocupação do espaço não planejado ocorre concomitante à construção dos primeiros edifícios da cidade”. E segue explicando: “não foi reservado um espaço no plano da cidade para aqueles que seriam os seus primeiros moradores, justamente os que vieram trabalhar de Goiânia”.

Conforme analisou Chaul (1989), durante o período de construção passaram pela Superintendência de Obras mais de 4 mil trabalhadores. Esse número aumentava ou diminuía segundo a disponibilidade recursos e a falta deles gerava inevitáveis problemas sociais. Como não havia moradias para abrigar todas essas pessoas, o Estado construiu alojamentos à margem



direita do córrego Botafogo. Eram ranchos de madeira e capim, erguidos às pressas com quase nenhuma infraestrutura. Como afirma Jerônimo Coimbra Bueno em relatório que foi enviado à Diretoria Geral da Fazenda, em julho de 1936:

[...] estas construções foram sempre forçadas pela impossibilidade de deixar o céu aberto aos operários e auxiliares que eram contratados para as obras. Algumas destas casas têm comportado 5 e 6 operários por quarto, foram construídas de madeira devido a urgência das mesmas e se possuem uma rudimentar instalação de esgoto e água é que tal providencia tornou-se permanente ante a possibilidade de doenças ou epidemias resultantes do acúmulo exagerado de pessoas em áreas mínimas. Os barracões e os depósitos tem um acabamento ínfimo, foram feitos com verdadeira usura[...] (MONTEIRO, 1938, p.480)

O espaço planejado para a cidade se estendia até a margem esquerda do Córrego Botafogo, sendo proibida construções do outro lado, transformando o córrego num divisor espacial e de classes sociais. O plano para a nova capital não configurava espaço suficiente, capaz de atender em condições adequadas esta categoria de trabalhadores. Neste contexto, Caldeira (2000, p. 211):

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade.

É possível verificar que o nascimento da capital em 1930, não difere de outras cidades que nasceram no mesmo período. A forma urbana centro-periférica caracterizou a ocupação de Goiânia, onde diferentes grupos sociais se separavam espacialmente: as classes mais privilegiadas concentradas em bairros com melhor infraestrutura e serviços, localizados no espaço projetado aos moldes modernos; e os menos favorecidos deslocados para áreas urbanas periféricas e precárias, em sua maioria, fora do perímetro urbano delimitado nos decretos de 1938 ou 1947. Bernardes (2009, p.43), retrata bem essa situação:

[...] Desde o início o plano de Goiânia era excludente, uma vez que nele não configurava espaço suficiente, capaz de receberem condições adequadas, esta categoria de trabalhadores. A questão da moradia constitui um dos primeiros fatores de confronto entre expectativa dos que aqui chegaram com as condições concretas de vida que teriam de enfrentar daí por diante.

Nota-se que esses sujeitos foram apagados na historiografia oficial, uma vez que o espaço a eles destinados era provisório, denominado por acampamento e, à medida que eles se estabeleciam no território, eram forçados a se deslocar para áreas mais distantes ou denominadas por suburbanas, também com adjetivos pejorativos, reforçando o sentido marginal ou excludentes das áreas que ocupavam ou eram forçados a se fixar. Uma das questões interessantes é a distinção dada aos termos “vila” e “jardim” ou “setor”. Em sua maioria, as vilas, que formaram as áreas periféricas eram os espaços desses sujeitos subalternizados,

associando-as às áreas periféricas e marginais. Por outro lado, os loteamentos aprovados na zona urbana, eram denominados por “Jardim” ou “setor”, separando as classes sociais, inclusive ao se comparar as dimensões dos lotes e características das casas em cada um deles. De modo geral, trata-se de uma representação social segregadora, a outra face da cidade moderna que acompanha os processos de urbanização desde meados do século XVIII. Para Maricato (1982, p.165):

[...] a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem apenas a função de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária.

A construção de Goiânia está além de motivos políticos: teve seu planejamento conectado aos interesses imobiliários, em que atuação de agentes público e privados levaram a formação de espaço segregado. Uma cidade ideal, como sendo lugar da ordem, dos planos, cujas características e dimensões foram definidas pelo planejamento modernista, com setores dotados de melhores equipamentos urbanos, como exemplo as áreas mais centrais, seguindo padrões importados e mais modernos se comparados à tradição das cidades coloniais mineradoras. Já a cidade real não é reconhecida em suas dimensões e características, visto que não foi traçada pelos sujeitos legitimados e tampouco cumpriu aos preceitos modernistas e, conseqüentemente, seus cidadãos sequer foram reconhecidos ou incluídos no processo de construção efetiva da cidade. Prevaleceu, pois a visão progressista, em que o determinismo histórico e a visão teleológica enaltecem os feitos dos homens brancos e letrados. Coube a essa população lutar pelo seu direito à cidade e, por vezes, apagadas da história oficial. Mas ao moldarem um espaço às margens da cidade ideal permitiram a coexistência de diferentes manifestações culturais em um mesmo espaço, revelando uma cidade dotada de hibridização.

De acordo com Lucas (2016, p. 64):

A falta de políticas sociais para a população que ia para a nova capital à procura de trabalho começaria a produzir uma cidade marginal. Junto aos alojamentos provisórios, começou a surgir uma ocupação composta de pessoas sem emprego ou subempregadas. Era um problema social resultante da propagação da ideia de grandes oportunidades. O decreto-lei 90-A, de 30 de julho de 1938, aprovou o plano de urbanização e os limites das zonas urbanas e suburbanas da cidade. Mas o plano ignorou algo que já era perceptível: a quantidade de ocupações e a necessidade de programas específicos para essa parcela da população ainda não atendida.

Além dos problemas de moradia, a cidade revelou-se como espaço de intensa exploração. Chaul (1988), comenta que os trabalhadores ficavam até 4 meses sem receber e perdiam 40% do salário no esquema de vale, levando a várias greves entre 1934 e 1936.

É importante salientar que o controle do trabalhador e posse de terra urbana era exercido pelo o Estado e pelos proprietários de terra, e que as transformações ocorridas sobre o território da nova capital resultam em uma organização a partir de um modelo desenvolvimentista ideológico imposto por esses detentores do poder cuja história é retratada como heroica durante o Batismo Cultural de 1942.

Para Foucault (1979) são relações de poder que atuam como uma força coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos, isto é, revela a visão modernizadora sobre os comportamentos e padrões sociais, estabelecidos a partir de um modelo impositivo. Em se tratando do espaço urbano, são as diversas tentativas de acomodar essa população em áreas cujas habitações seguem um padrão único, retirando-lhes seus próprios costumes. No entanto, como ressalta Chaul (1988) esse controle não ocorreu em sua totalidade na capital, pois essa classe trabalhadora mostrou sua capacidade de organização, parando de trabalhar e realizando greves e na luta pela moradia.

Alvares (1942, p. 63) nos revela a seguinte situação: “Era uma massa também oscilante: se havia dinheiro, crescia o número de operários em atividade, as construções prosseguiam [...] Cessando o numerário, reinava a indisciplina, a agitação, o fermento das greves”. Ao relatar as dificuldades de pagamento aos operários, o autor demonstra uma realidade histórica diferente do que foi produzido sobre a construção da capital.

Entende-se, portanto, que no caso de Goiânia, temos de um lado a cidade ideal, um lugar de ordem, onde o planejamento modernista se apoiou no desejo mudancista, onde os padrões importados dos países centrais do mundo capitalista convivem “harmoniosamente com o sertão” (figura 27). E de outro lado temos a cidade “ilegal” (figura 28), sem distinção clara e formalizada das vias, lotes e com escassa infraestrutura, onde não havia os mesmos requisitos e controle do Estado, sendo vistas como áreas insalubres e sujeitas à remoção.



Figura 27: Acampamento provisório em Goiânia. Fonte: Acervo MIS - GO



Figura 28: Casas construídas na Rua 20, onde é possível ver muros baixos e os recuos dos jardins, proporcionando um aspecto doméstico e aprazível ao conjunto. Ano:1935. Autor: Alois Feichtenberger. Fonte: Acervo MIS|GO - MUZA|GO

O contraste entre as duas imagens é nítido. Enquanto os materiais empregados nas casas destinadas aos funcionários de alto escalão expressavam um caráter definitivo, às margens dos fundos de vale, formavam-se ocupações provisórias para acomodar a população migrante de menor poder aquisitivo, fossem elas operários ou pessoas em busca de oportunidades como propagado pelos folders que circularam pelo país.

A justificativa modernista da mudança da capital consistia na materialização do ideal sanitário estabelecido nacionalmente, porém as condições sanitárias existentes não eram coniventes com o discurso. Nas áreas além margem esquerda, as condições sanitárias eram as mais rudimentares, não existia rede de esgoto. De acordo com relatos dos moradores da época, os sanitários consistiam em casinhas, com um simples buraco no chão, o que facilitava a proliferação de insetos e contaminação do solo. O atendimento à saúde também era muito precário não existindo uma política de tratamento preventivo por parte do Estado.

Com relação a educação muitos desses operários, não haviam passado pela escola, as primeiras escolas foram feitas por volta de 1937, mesmo ano que o Lyceu foi transferido para a nova capital. O colégio Lyceu possuía um caráter elitista, pois os alunos que se inscreviam de uma forma ou de outra faziam parte da camada mais privilegiada da sociedade, deixando claro que para fazer parte do grupo, o jovem teria que ter condições financeiras para adquirir o conhecimento básico exigido pelo processo seletivo. Essa situação revela o papel segregador desse equipamento urbano, reforçando a divisão da sociedade entre a elite e operários. Situações que podem ser constatadas nas imagens, uma vez que as crianças estavam, por vezes, juntas a seus pais – em frente ao escritório central, nas áreas abertas das áreas que ocupavam.

A nova capital se consolidou de maneira desordenada, bem distante do ideal vocalizado pelo Estado. A historiografia da nova capital nos coloca diante da distância existente entre a cidade idealizada e a cidade concretizada. A política populista aliada à especulação imobiliária descaracterizou a utopia do moderno sertão, não só no aspecto urbanístico como também do ponto de vista social.

Essa dualidade entre a cidade idealizada e concretizada nos apresenta uma nova forma de representar o nascimento da nova capital. A visão progressista e utópica perdurou no imaginário de muitos conforme comprova a história e foi reforçada por grande parte daqueles que se dedicaram a descrever os processos de urbanização da cidade.

Apesar da importância desses sujeitos, faz-se necessário, sobretudo para uma melhor compreensão historiográfica desse período, permitir que outros sujeitos sejam reconhecidos ao longo da consolidação da cidade. De acordo com Foucault (1979), para que haja disciplina é preciso que haja possibilidades de formular e de formular indefinidamente proposições novas. É justamente nesse sentido que analisar esses sujeitos se torna um objeto de extrema valia para a nova história cultural. Nas palavras de Pesavento, a proposta de história cultural seria (2005, p.42): “[...] decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar aquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprio e o mundo.”

A partir dessa perspectiva, entende-se que a história de Goiânia se constituiu como um mecanismo multifacetado, carregado de símbolos e representações. A compreensão desse termo ocorre à medida que a interpretação proposta recorre ao entrecruzamento de diversas histórias. Isso é possível por meio de uma análise e das relações histórias com outros campos capazes de desvendá-la e reconhecer aspectos multiculturais expressos no espaço urbano. Dessa forma, cabe aos historiadores essa difícil missão de entender o passado por meio das entrelinhas, através de diferentes grupos sociais que construíram nossa história.

Nesse sentido, ao ampliar a historiografia, almeja-se também dar visibilidade à participação dos trabalhadores ou migrantes pioneiros na construção de Goiânia, sendo uma oportunidade de dar voz a esses sujeitos que também foram silenciados. Considera-se fundamental para uma compreensão mais ampliada da formação da paisagem de Goiânia a atuação desses sujeitos colocados à margem da história.

Conforme Scott (1994, p. 15), “[...] o que parecia necessário era uma análise da discriminação que incluísse as próprias categorias, categorias como classe, trabalhador, cidadão e até homem e mulher”. De acordo com Mariano (2005), as noções de sujeito estavam marcadas por particularidades que se pretendiam universais e na medida em que pretendiam universalizar

as especificidades do homem branco, heterossexual, e detentor do poder, este sujeito tornava-se uma categoria normativa e opressora e tornava a mulher e outros grupos oprimidos, ausentes ou invisíveis. O lugar de destaque desse sujeito se expressa pelos criadores e projetistas da cidade, homens detentores de saber e capazes de encampar o discurso mudancista. Para tanto, as dificuldades e improvisações que cercavam alcançar a cidade real foram apagados do discurso oficial. Ao contrário, encontram no ideário urbano modernista nomes que reforçassem seu papel hegemônico e, posteriormente, pelos cartazes que destacavam as oportunidades de ascensão social por meio da compra de lotes e a migração para a cidade.

Ao observar os aspectos socioeconômicos e uma leitura mais minuciosa dos relatórios de Atílio e Godoy, o entrecruzamento de histórias e de seus sujeitos, busca-se na migração um artifício para povoamento da cidade e mão-de-obra barata, vendo-os como um contingente populacional necessário para a construção da cidade, mas dispensável à medida que esta estivesse finalizada.

Neste sentido, observa-se que a historiografia goiana ressalta um padrão conceitual e tradicional, em que o homem branco, heterossexual, e detentor do poder durante algum tempo foi o dono da história. Faz-se necessário desconstruir determinados padrões e assim reescrever a história, uma vez que são escassas publicações ou referências sobre a efetiva participação daqueles sujeitos subalternizados na construção de Goiânia. Bernardes (2009, p. 40) contribui para nosso argumento:

Os operários que construíram Goiânia, em sua maioria, participavam de experiências comuns, homogêneas, nas obras, nas vilas onde moravam, nas suas relações com o comércio nascente, com o Estado, nas formas de representação e organização. O urbano que aí surge é constituído pela participação de sujeitos que, embora construtores deste próprio espaço, são privados, em sua grande maioria, de usufruírem do resultado da produção de seu trabalho.

Ainda sobre a ocupação do espaço e o lugar desses sujeitos, tem-se as reflexões de Gonçalves (2003): ao lado da cidade planejada houve a cidade marginal, constituída de partes da cidade, invadidas por operários que não conseguiam pagar os altos aluguéis de residências dos setores mais centralizados. As áreas invadidas como foi o caso Botafogo, Vila operária e Macambira, posteriormente legalizadas, excluídas do urbanismo moderno e do ideário progressista.

Ainda segundo o autor, entre as áreas de invasão, localizadas em diferentes partes do território, existia uma relação de semelhança pois surgiram de modo parecido. Ao mesmo tempo que a invasão do Botafogo surgiu em Goiânia, a Vila Operária também tomou forma nos arredores de Campinas, datados de 1938. Sua ocupação foi intensificada a partir da segunda metade dos anos 1940, durante o mandato de Jeronimo Coimbra Bueno, quando o número de

casas aumentou junto com a pressão do Estado em destruí-las. Recorrendo aos relatos de moradores através do trabalho de Pereira (1998), destaca-se:

O setor começou com invasões. Só vinham para cá pessoas que não tinham condições de pagar aluguel em Campinas ou queriam sua própria casa, então vinham para cá e construíram um barraco. [...]

Acampavam, faziam cisterna, começavam com barraco de lona e depois passavam para as outras coisas. Faziam suas casas à noite por causa dos fiscais do Coimbra Bueno. [...]

Já o Setor Pedro Ludovico, antiga invasão Macambira, foi o último loteamento implantado pelo Estado. Localizado a sul do Setor Sul, parte dessa área foi invadida ainda na década de 1930, demarcando uma periferia marginalizada e estigmatizada até os dias atuais. O mapa a seguir (figura 29) demonstra os bairros e as áreas de invasão, atestando que são áreas além da cidade planejada.



Figura 29: Localização das áreas de invasão e/ou ocupadas pelos operários, destacadas por cores e as áreas legitimadas pelos planos e projetos de transferência da capital. Fonte: Souza, 2015 com adaptação da autora, 2019.

A imprensa da época, através do Jornal de Notícias, retratou bem a situação dos moradores da Vila Operária. A reportagem intitulada *Documentário sobre o incêndio da Vila Operária*, retrava a situação de desolação do local (figura 30). De acordo com a reportagem, a polícia por mando do governo do Estado, José Ludovico de Almeida, foi responsável por tal ato, deixando mais de 300 famílias desabrigadas.





Figura 30: Reportagem do Jornal de Notícias em 1952. Fonte: Biblioteca digital nacional do Brasil.

Ao analisar a reportagem, dentro do contexto da época, podemos nos servir das concepções de poder analisadas por Foucault (1989) de que através do aparato ideológico, o poder se exerce, fazendo com que os indivíduos se submetam, pois apesar de o poder parecer invisível, adquire força na medida em que os indivíduos transformam-se numa corrente de transmissão e de reprodução. No caso, a corrente de transmissão foram essas famílias, que por não estarem dentro do contexto ideológico do plano urbanístico simplesmente foram “incendiadas” e sequer foram ouvidas.

Ao fazer essa breve análise da historiografia goiana percebe-se que é necessário, criar novas perspectivas históricas e dar voz a esses sujeitos. O que se percebe é que, na narrativa historiográfica goiana, há uma dominação de grupos privilegiados, homens brancos detentores do poder econômico e político. Através de uma nova perspectiva, procurou-se apontar o que não é histórico do ponto de vista tradicional e encontrar as lacunas para assim reescrever a a visão multifacetada.

## 4.2. GOIÂNIA E SUAS ARQUITETURAS



Na cidade de Goiânia, desde sua fundação no ano de 1933, temos a difusão da arquitetura moderna e do ecletismo como símbolos de mudanças políticas e de estética do poder. A capital torna-se ponto central do ideário moderno no Estado e de transformações socioculturais.

Agente modificador da paisagem, a moradia é um elemento existente em todas as culturas e tem o poder de interagir através de sua implantação, volume, desenho e materiais. A produção arquitetônica varia de acordo com a época e a casa é um mecanismo de experimentação conceitual. Com a nova capital não foi diferente, Goiânia desde sua fundação possui suas particularidades, pois nasceu em um momento de mudanças significativas no Centro-Oeste e no país.

Assim como a cidade, os projetos residenciais estavam carregados de conceitos modernistas. Para Oliveira (2014), a primeira modernidade da arquitetura residencial de Goiânia pertence ao plano diretor realizado por Atílio Corrêa Lima e, posteriormente, por Armando A. de Godoy, que não só apresentava as dimensões do terreno padronizado, como também as normas de implantação da edificação, prevendo o recuo frontal e lateral no limite do lote; o que propiciou, entre outros fatores, iluminação e ventilação natural às casas. As normas de implantação das casas elucidavam a visão higienista e sanitaria representando aspectos dos discursos de mudança da capital.

A forma moderna de implantação da residência no lote possibilitou diferentes agenciamentos do espaço e dos ambientes. Trata-se de aspecto importante pois influenciou o conteúdo programático das primeiras casas térreas ou em dois pavimentos, devido ao programa e aos elementos de fachada – alpendre, sala, quartos, cozinha e banheiro, cuja quantidade era dependente da classe social a que se destinava o imóvel.

No entanto, apesar da definição dos projetos no contrato com Atílio Correa Lima, segundo Diniz (2007), houve uma diferença considerável entre projeto e edifício:

A construção do “moderno no sertão”, materializada na implantação da nova capital do Estado de Goiás “no nada”, com a destruição da paisagem original do cerrado, vai de encontro à modernidade idealizada num cenário artificial projetado, querendo negar o passado colonial da antiga cidade de Goiás e mascarando as práticas políticas e sociais que se mantiveram. Uma dialética entre espaço e forma da cidade moderna, como estruturas de superfície e o velho querendo ser “novo”. (Diniz, 2007, p. 162).

Essa discrepância pode de ser notada no projeto do Grande Hotel:

O Grande Hotel, edificado pelos engenheiros Coimbra Bueno, não se enquadra num estilo arquitetônico, uma vez que a intenção inicial era de se fazer um prédio modernista, mas por adaptações técnicas de um projeto original, de uma obra em andamento com poucos recursos financeiros, foram feitos acréscimos, modificadas as soluções originais, desviando da proposta modernista.”. (Diniz, 2007, p. 180).

As considerações de Diniz (2007) demonstram que Goiânia foi erguida a partir de uma arquitetura adaptada frente às dificuldades encontradas na região, como já apresentado anteriormente. Ao mesmo tempo, observa-se a manifestação de uma arquitetura entre aquela chamada de erudita e a espontânea por meio da arquitetura residencial, visto uma menor exigência estilística e menos representativa dos sujeitos hegemônicos historicamente.

Um olhar minucioso para o projeto residencial permite verificar as particularidades da arquitetura pioneira, visto um resgate histórico dessa paisagem, dos processos construtivos e do uso do espaço. Destaca-se nessa pesquisa um estilo arquitetônico pouco divulgado na região, a arquitetura *Kitsch*. Esse é um objeto de interesse, buscando analisar as manifestações não oficiais, considerando que estas são inerentes a um sistema institucionalizado, relativas as classes dominantes e as não oficiais estão relacionadas à maioria da massa, constituída por pessoas menos favorecidas, e, por vezes, sujeitos subalternizados.

Sobre a manifestação do *Kitsch*, Trombeta (2015, p.448) argumenta:

A casa é o lugar perfeito para que o aspecto transgressor do Kitsch se manifeste. É ela que reúne os aspectos mais fundamentais para o indivíduo, com garantia de sobrevivência emocional, realize a personificação do espaço. Impregnando-o com marcas pessoais de memórias afetivas, de objetos auratizados por lembranças que não, sentimentalismo, o morador pode finalmente, tomar posse de seu lugar e de si mesmo.

Para Guimarães (1982), para que se possa entender uma época em sua totalidade, é necessário que sejam analisadas as manifestações da cultura em todos os grupos sociais, para que possamos ter uma realidade cultural mais abrangente.

A experiência humana contraria as convicções funcionalista defendidas pelos arquitetos modernistas. Segundo Moles (1975), somos habitantes construtores, personalizamos nosso espaço de acordo com nossa história, nossas memórias e sonhos. Os cenários que edificamos tem funções participativas e não exclusivamente contemplativas. Por intermédio deles suprimos as necessidades de bem-estar, buscando algo além da simples moradia.

O *kitsch*, na relação com o ideário funcionalista, assume papel transgressor na medida em que se instala nos ambientes construídos quando o “arquiteto” dá as costas, ou melhor, quando este não é o sujeito principal do processo. Por isso, a análise da arquitetura *Kitsch* em Goiânia, torna-se tão relevante pois o objetivo é observar sua ocorrência em um espaço esboçado para uma arquitetura moderna. Ao mesmo tempo, possibilita observar como os sujeitos subalternizados constituíram parte importante da formação da paisagem da cidade justamente em áreas que o projeto arquitetônico modernista não ocorreu, mas mesmo assim os habitantes dessas áreas encontram um caminho para se legitimarem.

Parte-se do princípio de que a arquitetura é uma representação do social e seus estilos historicamente definem relações de poder e domínio na produção do espaço. Em Goiânia, o estilo que se legitimou como representação do ideário moderno foi o *Art Déco*.

### 4.3. ART-DÉCO

O termo Art-Déco tem como marco histórico a Exposição de Artes Decorativas e Industriais Modernas realizada em Paris no ano de 1925, fazendo da capital francesa um polo irradiador desse estilo pelas Américas. Foi um estilo consolidado entre as décadas de 1930 e 1940. Possui raízes estéticas nos movimentos de vanguarda artísticos do século XX, como o Fauvismo e o cubismo na França, o futurismo na Itália e o construtivismo na Rússia.

Segundo Coelho (2019), corresponde ao intervalo entre 1900 e a Primeira Guerra Mundial e trouxe tanto na Europa quanto na América novas demandas de reestruturação social, ocasionando o surgimento tanto do modernismo quanto do *Art Déco*. Por vezes, é considerado como uma evolução do *Art Nouveau* e acaba o substituindo devido a seu excesso decorativo, ocorrendo assim uma preocupação com o uso correto e explícito dos materiais. Com edifícios com fachadas planas dando destaque a diversidades de materiais e eliminando desenhos simbólicos e fantasiosos de uma falsa estrutura.

O termo *Art-Déco* é de difícil definição, suas influências foram múltiplas e híbridas e os elementos de seu repertório foram muitas vezes abstraídos e distorcidos. Schelotto (1997) afirma:

O *Art Déco* deve ser entendido como expressão cultural complexa e diversas, que se desenvolve de modo simultâneo em inúmeros planos e formas expressivas. Não é possível isolar o conjunto de manifestações de uma arquitetura *Art Déco* como fenômeno independente, culturalmente descartáveis, reconhecível em si mesmo e por si mesmo explicável. (SCHELOTTO, 1997, p.48)

No *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro (1997)* os autores o definiram:

O Art Déco se define como decorativo [...]; O Art Déco se define como decorativo[...]; O Art Déco se define como estilo internacional [...] contra as correntes numerosas a sua época, que propugnavam por expressões artísticas “autenticamente nacionais”; O Art Déco se define como estilo industrial, isto é, associado à sociedade industrial nascente, implícitas aí todas suas consequências, sobre tudo tecnológicas; [...] O Art Déco se define como estilo Moderno lato senso, isto é, associa a sua imagem a tudo o que, então, poder-se-ia definir como tal: arranha céus, automóveis, aviões, cinema, rádio, música popular, moda/vestiário e emancipação da mulher. Propõe-se, portanto, como estilo intrinsecamente cosmopolita.

Com relação a manifestação do Art Déco na América, Giovanna Franci em *A journey through American Art Déco (1997)* afirma:

[...] o termo Déco é um rótulo universal anexado à mais variada manifestação do “moderno” na América, ligado ao nascimento do design industrial, às leis do mercado

e ao desejo de explorar as novas possibilidades abertas pela então designada era da máquina... Déco nos EUA consegue incorporar diversos estilos dentro de um gosto comum. (FRANCI, 1997, p.11)

O fato é que esse fenômeno artístico possui uma forte ligação com a sociedade industrial e influenciou em sua morfologia, porém diferente do modernismo que defendia um design de qualidade para a produção em massa, a maioria de suas produções tinham uma posição intermediária criando itens feitos por máquinas, mas com acabamento manual. Para Mahler e Silva (2007), o estilo se apoiou no nacionalismo francês, a tradição dos estilos Luís XV e Louis Phillipe com vocabulários de guirlandas e rosáceas e o desejo de ser moderno com uma geometria adequada à produção industrial. E é nessa diversidade de formas e estilos que se encontra sua contradição.

Os primeiros edifícios de estilo Art Déco surgiram na França, para apenas exposições como os pavilhões da exposição de 1925 (figura 31). Anos depois surgiram nos Estados Unidos e em outros países. Os Estados Unidos construíram verdadeiras obras primas do estilo como o Empire State, o Chrysler e o Rockefeller Center (figura 32). Com edifícios marcados por uma volumetria geométrica, simétrica e imponente.

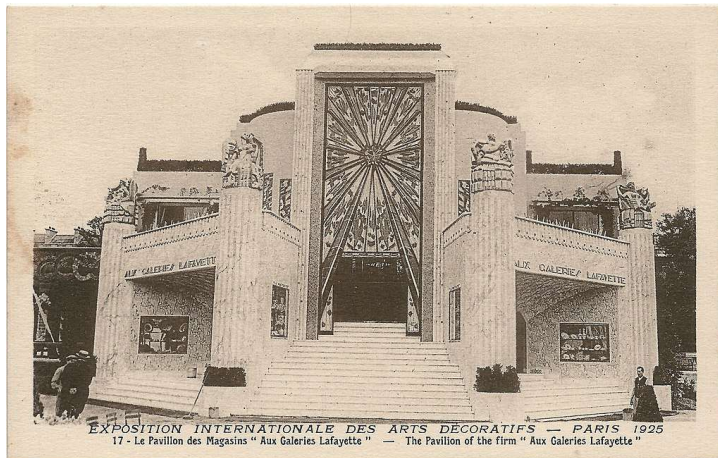


Figura 31: Detalhe do Chrysler – arranha céu Art Déco. Fonte: britannica.



Figura 32: Edifício da exposição inernatcioal de Paris, 1925. Acervo Paris.

#### Coelho afirma:

Nos Estados unidos, a arquitetura déco esteve invariavelmente associada não só ao grande capital, como também ao sonho de prosperidade e lazer. Os edifícios da Chrysler, do Empire Center, do Rockefeller Center e do Radio City Music Hall, ao aliarem modernidade e requinte, passaram a ser a perfeita representação do poderio econômico[...], uma razão bastante plausível para que o Déco se torne de uso corrente nos arranha-céus que sediam as grandes empresas comerciais e edifícios hoteleiros.

No primeiro caso, além da monumentalidade dos arranha-céus, representativo dos grupos econômicos, todo um trabalho de decoração típica de cenário se apresenta como elemento de recepção nas áreas de acesso e distribuição, com uma demonstração de luxo e riqueza à altura do poder que ali circula. (COELHO, 2019, p. 43)

Com relação à volumetria Mahler e Silva (2007) afirmam:

A arquitetura *Art déco* é marcada por volumetria geométrica, simétrica e imponente. A ornamentação tem um papel importante no estilo, como o próprio nome - *Art déco* - sugere. Os elementos decorativos incluem escalonamento, altos e baixos relevos em massa, frisos geométricos ou figurativos em que se sobressaíam os temas florais, predomínio dos cheios sobre os vazios, janelas circulares, valorização e demarcação de acessos centralizados, iluminação feérica, sugerindo o glamour dos grandes espetáculos com néon. As composições são marcadas por linhas e planos, verticais e horizontais, fortemente definidos. (MAHLER; SILVA, 2007, p.120)

O cinema foi o um grande divulgador do estilo, após a primeira Guerra, a chamada era do jazz. Em *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, Hugo Segawa (1998), argumenta sobre a relação do *Art Déco* com o cinema no Brasil:

O *Art Déco* foi suporte formal para inúmeras tipologias arquitetônicas que se manifestavam a partir dos anos de 1930. O cinema (e por associação alguns teatros), a grande novidade entre os espetáculos de massa que mimetizavam as fantasias da cultura moderna, desfilava sua tecnologia sonora e visual em deslumbrantes salas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em algumas outras capitais em verdadeiros monumentos Déco [...] (SEGAWA, 1998, p. 61)

Porém Coelho (2019), alerta que na América Latina o Art Déco se desenvolveu de maneira diferente da Europa e dos Estados Unidos:

Com relação ao seu desenvolvimento na América Latina, é possível perceber algumas semelhanças não só no que se refere à seleção de elementos decorativos, como também em relação à volumetria, a composição e mesmo às influências políticas, econômicas e culturais dos vários países onde é encontrado. No geral, a grande diferença entre a arquitetura art Déco europeia, a norte-americana e aquela desenvolvida nos países latino-americanos é que a modernização nas duas primeiras se caracteriza pela ruptura com o modelo antecedente, enquanto nos outros acontece de maneira gradual, dentro de conceitos evolutivos, adaptando-se a uma postura nacionalista, com uma gama considerável de elementos decorativos de caráter eminente regional.(COELHO, 2019,p.44)

O grande momento desse movimento no Brasil foi nos anos de 1930-40 quando se popularizou. De acordo com Carlos Lemos:

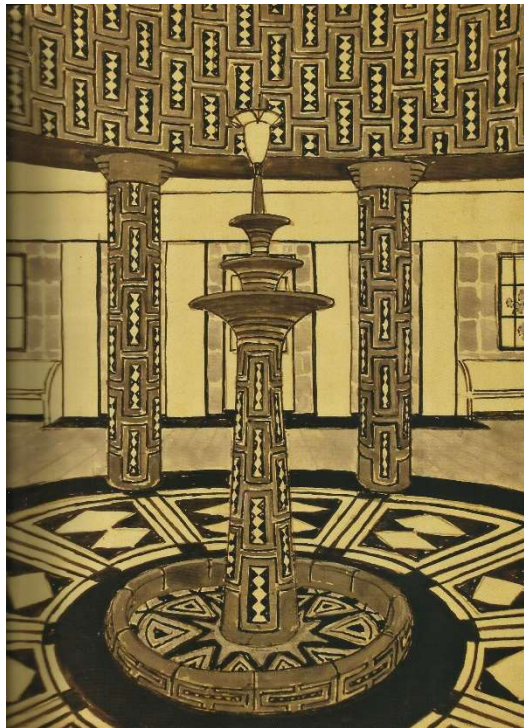
Foi o período áureo da arquitetura “Art Déco”, que chegou a ter certa popularidade e, devido a compreensíveis confusões dentro do povo mal informado, era, na maioria das vezes, chamada de “futurista”, apelido que já havia dado à “casa modernista” de Warchavchilk, exposta ao público em 1928. (LEMOS, 1979, p.137)

Vale ressaltar que justamente nesse período, o Brasil vivia a era do Governo Vargas, que teve como característica a implantação da industrialização brasileira assim como a ascensão da burguesia e uma série de mudanças sociais. O governo buscou fortalecer a identidade nacional através da construção de edifícios públicos. E o estilo *Art Déco*, devido a sua flexibilidade e adaptabilidade, possibilitou no Brasil a inserção do Estilo Marajoara, um estilo totalmente nacional que apesar de resgatar o passado era bastante modernista, nascido na ilha

de Marajó no estado do Pará, com seus traços geométricos e cores fortes (figura 33). Se assimilava bastante com os outros estilos utilizados pela *Art Déco* no mundo.

Figura 33: Estilo Marajoara – adaptação do Art Déco no Brasil. Fonte: Peralta, 2005.

De acordo com o Presidente do Instituto *Art Déco* Brasil. “Poucos países no mundo podem se orgulhar de ter possuído um estilo *Art Déco* genuinamente nacional. O Brasil é um



deles.” Peralta (2005) salienta sobre o sucesso do Art Déco e a adoção do estilo Marajoara:

Era, portanto, um estilo cosmopolita, mas a possibilidade do diálogo com a cultura nacional, expressa na adoção do Marajoara, por exemplo, permitindo que a modernidade fosse construída pela continuidade e não pela ruptura, pode explicar seu sucesso num país onde Estado e intelectuais estavam engajados na construção da identidade nacional. (2005, p.95)

Portanto o estilo serviu como uma luva, pois se adequava aos programas nacionalistas e progressistas deste governo e dentro desse contexto é que o Art Déco vai se inserir na paisagem das cidades brasileiras. Coelho afirma:

[...] a grande repercussão que teve o *Art Déco* no Brasil se deveu principalmente à política desenvolvida pelo governo de Getúlio Vargas, com o lema de “Progresso e Modernidade”. Era o art déco o modelo que melhor representava o “desenvolvimento”, proposto por Vargas, e o “progresso”, que igualaria o Brasil ao mundo civilizado da Europa e dos Estados Unidos. [...] (COELHO, 2019, p.55)

Com o desenvolvimento da indústria do cimento e a ampla divulgação do concreto armado, as grandes capitais foram se modificando e ganhando ares de metrópoles com altos edifícios de múltiplos usos. Com lojas de departamento que introduziam novos conceitos

comerciais e das emissoras de rádio e os cinemas responsáveis por difundirem novas formas de diversão. Com relação as tipologias, Reis (2014) enfatiza:

Na arquitetura, o moderno está associado ao *Déco*, foi materializado em uma gama de programas e tipologias representativos da vontade modernizadora e progressista de uma época marcada pela emergência de uma cultura de massa e metropolização urbana. As tipologias compreendiam desde edifícios públicos, residências, utilitários (fábricas, matadouros, armazéns, hangares), de serviço (escritórios, hotéis, agências bancárias, sociedades previdenciárias, sindicatos, estações de rádio) e comerciais (lojas de departamento, padarias, mercados). Não se pode deixar de mencionar também as tipologias institucionais (religiosas, escolares, hospitalares), de lazer (sedes de clubes, cinemas, teatros), ferroviárias, rodoviárias, aeroportuárias, expositivas e outras mais. (REIS, 2014, p.46)

Sobre os edifícios residenciais, Coelho afirma:

É grande na época, a relação de elementos que começam a ser aplicados em edificações residenciais com intuito decorativo, incorporado aos novos conceitos de organização espacial influencias formais europeias, com a utilização de volumes e formas geométricas, com linhas aerodinâmicas da arquitetura norte-americana, e mesmo com o emprego de desenhos indígenas - dando-se, no caso brasileiro, preferência pela cultura marajoara -, à moda dos países centro-americanos, que evidenciam em seus projetos os desenhos característicos das culturas maia e asteca. E isto acontece não só nos setores nobres da cidade, em decorrência de edificações residenciais construídas a partir de projetos previamente elaborados e dos grandes edifícios que começavam a proliferar por todo o País, mas também nas periferias das grandes cidades -principalmente da então Capital Federal, Rio de Janeiro-, através de interpretações populares dos estilemas próprios do art déco. (COELHO, 2019, p. 53)

Para Correia (2010, p.17), o estilo no Brasil se caracterizou, “[...] através de volumes, platibandas e ornamentos de formas escalonadas”. Dentre vários exemplares dessa arquitetura no Rio de Janeiro destacam-se a estátua do Cristo Redentor (1931), Estação da Central do Brasil (1943), o Edifício Novo Mundo (1934), o Edifício Mesbla (1934), Teatro Carlos Gomes (1932), o cinema Roxy (1938), O Palácio Duque de Caxias (1942), o Palácio da Fazenda (1943), Teatro Carlos Gomes (1932), os edifícios Itahy e Guahy (1932), em São Paulo o Banco de São Paulo (1936), o Instituto Biológico (1928), o Edifício Saldanha Marinho (1933), o Viaduto do Chá, o Edifício Iapetec (1935). Em Belo Horizonte o Cine Brasil (1932), a Prefeitura Municipal (1939), o Palacete Jeha (1934), o Colégio Santo Agostinho (1936) e em Salvador, o Elevador Lacerda (1929), o Edifício Oceania (1940) (figura 34).



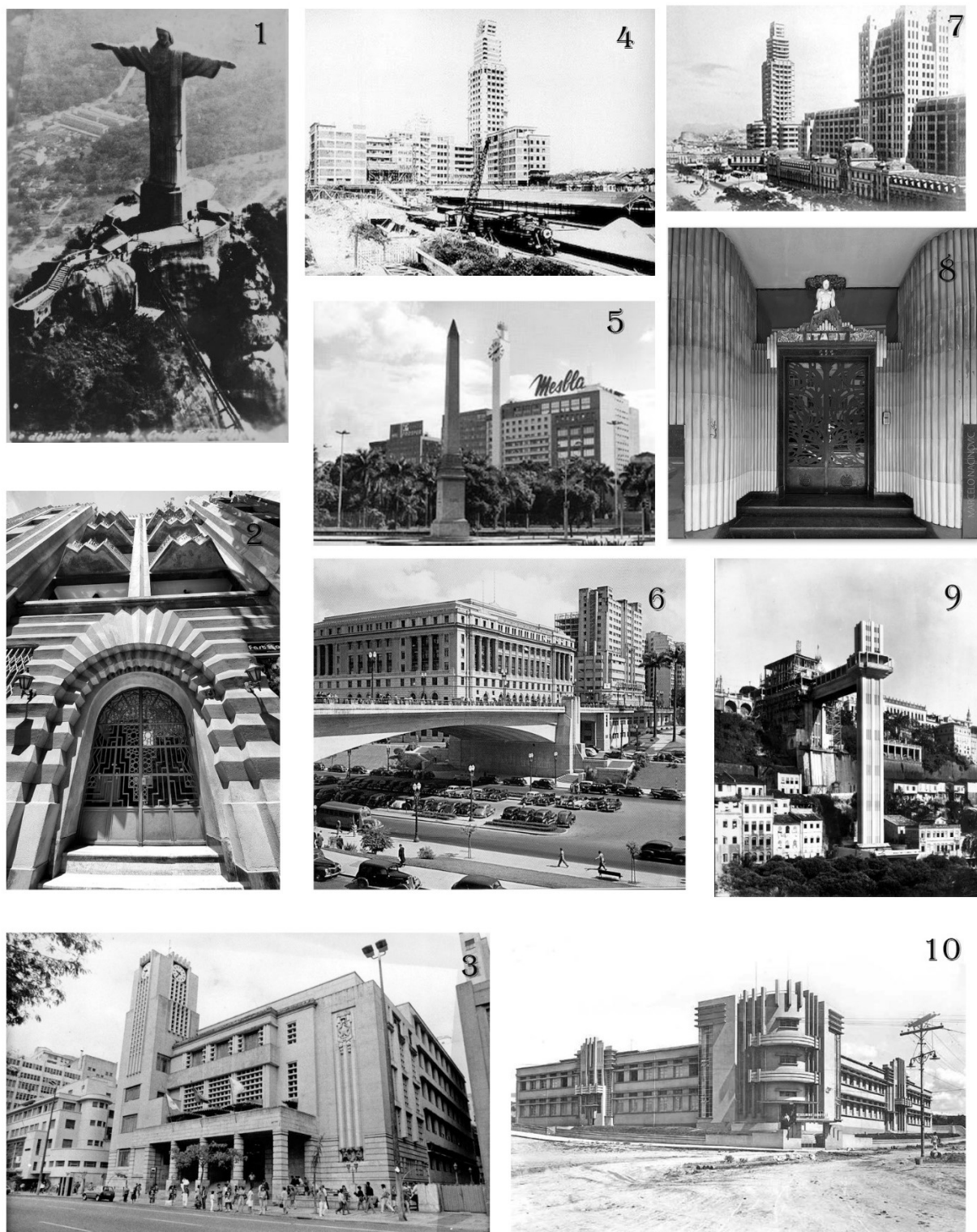


Figura 34: Edifícios *Art Déco* no Brasil, organizado pela autora, 2020.

#### 4.4. ART DÉCO EM GOIÂNIA

Em Goiânia, o *Art Déco* possui características particulares, que a diferencia das demais cidades, pois houve uma simplificação de elementos, mantendo a volumetria. Para muitos



estudiosos, foi devido a questões econômicas, técnicas, falta de recursos e devido aos prazos de execução da obra, pois muitos dos ornamentos utilizados do estilo careciam de tempo para sua execução. Os primeiros edifícios classificados como Art Déco, na década de 1930 e 1940 foram: o Grande Hotel, o Palácio do Governo e a Secretária-Geral.

Para Mello (1996, p.68):

A pouca verba de que o Estado dispunha para as obras e a rapidez com que eram feitas, sem tempo suficiente para um maior amadurecimento e avaliação dos projetos, fizeram com que os primeiros edifícios públicos construídos (a maioria no centro cívico) não pudessem ser considerados como “obras primas”. Não se distinguiram por sua solução volumétrica ou mesmo agenciamento interno dos ambientes, pelo menos se os avaliarmos sob uma visão estética e funcional mais rigorosa.

Para Arrais (2012 *apud* Mello, 1996), as três principais orientações arquitetônicas das primeiras edificações da nova capital eram o Art déco, o Neocolonialismo e as casas tipos. E o estilo Art Déco foi adotado nos prédios públicos, que tem como características a recorrência a elementos regionalistas da cultura local. Como nos vitrais dos edifícios da Praça Central, onde foram desenhadas figuras representando o contexto sociocultural regional.

Devido a flexibilidade estilística do *Art Déco* aqui já discutida, que possibilitava a inserção de elementos regionalistas em sua arquitetura Manso (2004, p.53) destaca que:

Ao propor que cada região se apresente ao mundo – com suas coisas, sua gente, seus bichos e plantas, o art déco busca o melhor de cada um. Ao propor uma moldura única e uniforme para essa apresentação, o art déco promete a cada região o cosmopolitismo, não importa quão distante ela seja dos grandes centros, não importa a quão desconhecida ela tenha sido até então. Pois cada região, por minúscula e desconhecida, torna-se centro do globo, torna-se o exemplo que todas as outras querem seguir.

A busca pelo cosmopolitismo influenciou a construção da nova Capital do Estado. Para Unes (2001) o avanço tecnológico de processos construtivos e de materiais, trouxe a Nova Capital materiais nunca utilizados no Estado, como o tijolo de vidro, novas tonalidades de tintas, metais, entre outros. Com relação aos processos construtivos, tanto os edifícios quanto as novas residências foram construídos com destaques às quatro fachadas, ao invés de apenas uma; os telhados foram escondidos com o uso de platibandas e beirais foram substituídos por varandas diferentemente da arquitetura vernacular ou dos casarões da antiga capital, trazendo uma nova perspectiva para essas construções (figura 35). Esses elementos permitiram cumprir o desejo de modernidade a Nova Capital.



Figura 35: À esquerda – paisagem em Goiânia – estilo neocolonial; à direita, estilo colonial em Vila Boa. Fonte Acervo MIS/GO

O fato é que tanto os projetistas, quanto os trabalhadores tiveram que se adaptar a essas novas referências e às deficiências estruturais de uma nova capital que possuía recursos reduzidos e ainda utilizava tecnologias construtivas tradicionais (figura 36).



Figura 36: Contraste entre o moderno e o tradicional na construção de Goiânia. Acervo MIS/GO.

Dentro desta perspectiva, a construção dos primeiros edifícios classificados em estilo *Art Déco* em Goiânia, ocorreu uma discrepância entre o que foi projetado e o que foi executado. Não podendo afirmar que o próprio Attilio Corrêa Lima, autor dessas obras, tinha a intensão estilística de utilizar o *Art Déco*. Diniz (2007, p.180) afirma:

Podemos supor que o próprio A. Corrêa Lima viu-se obrigado a se adaptar às soluções formais técnicas da nova arquitetura. Não podemos afirmar até que ponto as modificações ou quais delas foram executadas pelo arquiteto ou pelos engenheiros Coimbra Bueno. Mas o que é evidente, por tudo exposto anteriormente no percurso acadêmico e profissional, é que Corrêa Lima não passou pelo *art déco* e mesmo o resultado final do Grande Hotel, não foi possível dada a realidade do local.

Conforme já foi explanado, Corrêa Lima iniciou os projetos, porém em 1934 tanto o Grande Hotel, quanto o Palácio do Governo e a Secretaria Geral foram entregues à firma Coimbra Bueno em estado inicial e que “[...] muito provavelmente coube à equipe de arquitetos da firma, o caráter Déco dessas obras, visto que por ser tratar de estilo eminentemente

decorativo é difícil prever as características de uma obra, tendo-se base apenas seu estágio inicial.” (MANSO, 2004, p. 68)

De acordo com Relatório do Superintendente Geral de Obras ao Diretor Geral da Fazenda, em 1936, sobre o Grande Hotel.

Este edifício vem sendo dotado de todas as acomodações exigíveis para sua função. Temos empregado meticolosos esforços para que seja uma obra que preencha plenamente sua função-conforme o compreendemos - facilitar o ingresso de elementos de fora para o Estado e facilitar com boas instalações a estadia de quantos tenham negócios a tratar com o Governo [...] (MONTEIRO, 1942, p. 463)

O Grande Hotel (figura 37) representou um grande avanço pois utilizou-se de técnicas construtivas inovadoras para o Estado, comparada à taipa e ao adobe. Foram empregados na construção do hotel, estruturas mistas de concreto e alvenaria, a laje em concreto armado, terraços e escadas em concreto, uma variedade de acabamentos vindos de São Paulo e Rio de Janeiro, as instalações também tiveram avanços, tais como a utilização de água, quente e fria e elevadores a eletricidade.



Figura 37: Grande Hotel, década de 1930. Fonte: Acervo MIS/GO.

Assim como o Grande Hotel, o Palácio do Governo (figura 38), não ficou atrás no requisito inovação. O palácio representou um momento de inovação em todos os sentidos, para a história do desenvolvimento da arquitetura em Goiás. A utilização do concreto em sua estrutura, o emprego de grandes espaços envidraçados e a substituição do telhado de algumas áreas por terraços são recursos nunca vistos anteriormente em Goiás, em nenhum outro tipo de edificação, firmando a função da cidade como centro administrativo (COELHO, 2005).



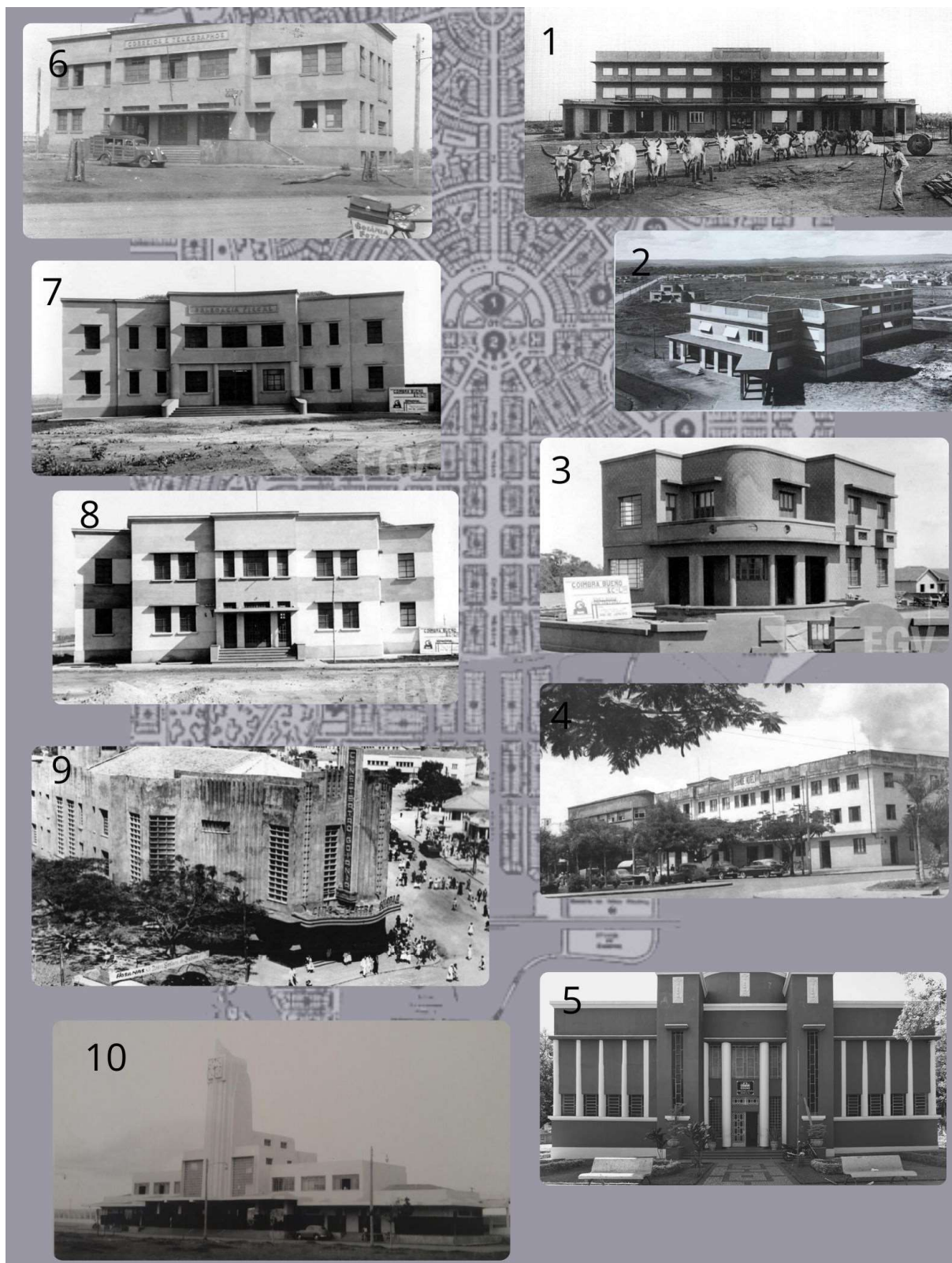
Figura 38: Palácio do Governo, década de 1930. Fonte: Acervo MIS/GO.

O estilo *Art Déco* permitiu um caráter mais luxuoso a esse edifício com os altos e baixos relevos, inseridos na platibanda, os vitrais trabalhados, os pilares de canto arredondado e o revestimento da fachada dava uma conotação especial. Conforme consta no Relatório “[...] salientamos ainda que o revestimento verde da fachada, feito com massa colorida de pó de pedra de duração praticamente eterna e que será pela sua originalidade, um elemento de divulgação do Estado [...]”

Para Manso (2001, p.70):

Esse conjunto de obras, de autoria da equipe de arquitetos da Firma Coimbra Bueno, composto pelos edifícios públicos, situados no Centro Cívico, e pelo Grande Hotel, assumiram, devido a todas condicionantes de projeto e construção, um aspecto muito genuíno, de difícil identificação com outras obras Déco, produzidas em outros lugares. Pode-se dizer que assumiram um ar de goianidade ou, para ser mais precisa, um ar goianiense, atmosfera em plena formação nos anos 30.

Para Coelho (1997) existem dois grupos de edifícios *Art Déco* na capital: o primeiro se destacava pela predominância das linhas retas e sobriedade da decoração, obtida através de volumes compactos, como o Palácio do Governo e mais quatro edifícios de representação Federal, como os Correios e Telégrafos, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério da Fazenda e Ministério do Trabalho. E o segundo identificado pelo seu despojamento e apuramento construtivo como a Estação Ferroviária e o Teatro Goiânia (figura 39).



As condicionantes não eram as mais favoráveis para uma construção desse porte no Centro Oeste, mas nem por isso devemos tirar o mérito de tal obra que dentro do possível foi realizada. Diniz (2007, p. 188) afirma:

Figura 39: Edifícios Art Déco em Goiânia. Fonte: Acervo MIS/GO, organizado pela autora, 2020.



A questão maior deve ser o resgate da história, de como foram construídas as edificações, a cidade, do processo, muito mais do que rotular estilisticamente, se *art déco*, ou modernista ou neocolonial ou eclético. Com certeza o que temos é uma diversidade de expressões arquitetônicas consequências das dificuldades técnicas, financeiras, isolamento físico e interesses políticos.

Verificam-se as relações pretendidas e expressas na arquitetura oficial e erudita para a legitimação do ideário de modernidade. Com isso, além do traçado urbanístico monumental, com foco central na praça central, os edifícios foram ornamentados a fim de adaptar-se às condições locais mas com novas técnicas construtivas.

Aos poucos Goiânia foi se desenvolvendo e o estilo *Art Déco* não ficou restrito somente aos primeiros edifícios públicos construídos na nova capital do estado. Agora ele estava presente nos equipamentos públicos, como nos bancos e luminárias, no guarda corpo do Lago das Rosas com seus motivos geométricos e temas florais, no passeio central da Avenida Goiás com seu grande relógio, bancos e luminárias (figura 40).

Se os edifícios tinham caráter de demonstração de poder do Estado, as principais residências no estilo *Art Déco* eram destinadas às famílias com melhor poder aquisitivo.



Figura 40: Equipamentos e elementos urbanos em Art Déco. Fonte: Acervo MIS/GO, organizado pela autora, 2019.

Destacando a casa do Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira situada na rua 26, esquina com a rua 12, próximo ao Centro Cívico.

Sobre a residência do interventor Pedro Ludovico Teixeira, Mello (1996, p.73):

Pode-se dizer que a residência do interventor tinha ares e dimensões palacianas, se levarmos em consideração o padrão goiano da época, a começar pelo fato de ocupar um lote acima, em termos de dimensões, do padrão que vigorava na cidade. Foi construída na década de 30 e o projeto é de autoria da equipe de arquitetos da firma Coimbra Bueno.

Coelho (2019) afirma:

Nesse período, algumas famílias de poder aquisitivo mais elevado construíram suas residências com características mais elaboradas do art déco quase todas no Setor Central e próximas ao centro de poder da Praça Cívica, mais especificamente nas ruas 16, 25 e na Avenida Tocantins, e duas esparsas, mais precisamente na Avenida Paranaíba e mesmo na Rua 55, no Bairro Popular. Nestas duas últimas edificações, percebe-se um maior destaque aos elementos de composição naquela que se encontra na Rua 55, tendo em vista sua localização em terreno de esquina, com jardim voltado para as duas vias de circulação, o que de certa forma, contribui para maior valorização do edifício (COELHO, 2019, p.107)

A espacialização dessa arquitetura pode ser observada no mapa a seguir (figura 41), concentradas nas proximidades da Praça Cívica. Infelizmente a maioria já foi demolida, restando a residência de Pedro Ludovico, que foi transformada em museu.



Figura 41: Localização de residências em estilo Art Déco em Goiânia. Fonte: elaborado pela autora, 2019.

De acordo com Moura (2011), várias residências produzidas entre 1930 e 1940, possuíam determinadas tendências estéticas, como o neocolonial, o normando, o *bungalow* e o *Art Déco*. Cabe aqui ressaltar que esses estilos arquitetônicos estavam presentes no núcleo pioneiro de Goiânia, e que, dentro da historiografia goiana, são tratados como estilos oficiais que atendiam às aspirações de ascensão social da classe burguesa, e estão assim como o *Art Déco* dentro do perímetro pioneiro (figura 42).

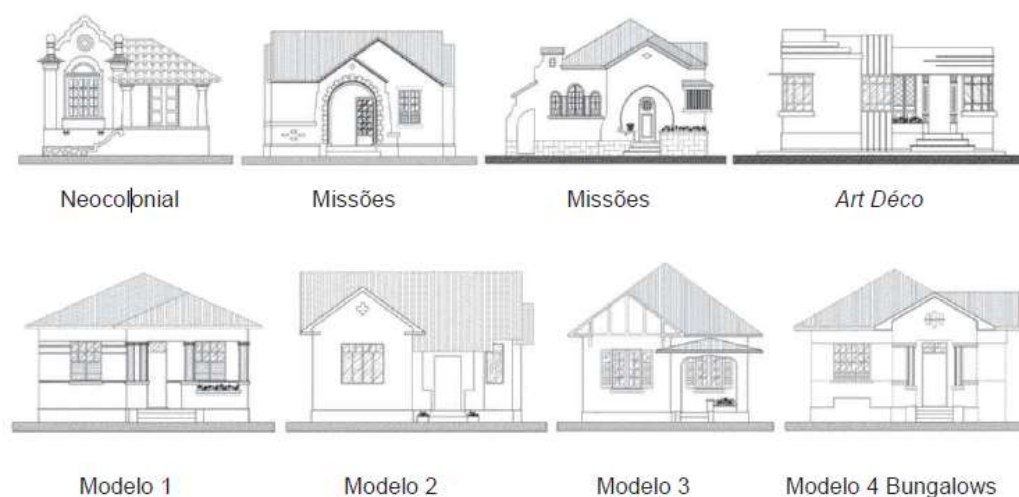


Figura 42: Caracterização estilística das casas pioneiras em Goiânia. Fonte: Moura (2011)

## 4.5. AS “CASAS-TIPO”

De acordo com Moura (2011), até 1940 foi possível identificar quatro tipos de residências produzidas em Goiânia. As casas-tipo especiais, as casas-tipo para Funcionários, as casas-tipo para Operários e Casas particulares.

### 4.5.1. Casas-tipo Especiais

Como já foi dito, com o intuito de viabilizar a transferência dos órgãos administrativos para Goiânia e estando adiantado os serviços de construção das obras dos prédios públicos, o governo deu procedimento à construção das casas para os funcionários e no dia 15 de janeiro de 1935, um novo contrato foi firmado com a firma P. Antunes Riberio e Cia. Com o rompimento do contratado no dia 26 de Abril do mesmo ano, o interventor passou a responsabilidade da construção para a empresa Coimbra Bueno e Pena Chaves & Cia. Segundo Monteiro (1938, p.151):

Á vista deste contrato assumiu a firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda. o encargo das obras, no estado em que se achavam, levando-as a termo. Os primeiros prédios



concluídos foram os dez destinados a funcionários, e o Jardim de Infância. Os dez foram construídos na Rua 20. Foi essa a primeira rua de Goiânia. Nela foram instaladas provisoriamente, o Palácio, a Secretaria Geral, o Escritório Central das Obras, e a diretoria Geral da Fazenda, que por ser muito grande, teve que ocupar 2 casas, sendo uma para a Seção de Terras. Uma das novas casas foi destinada à residência do governador, Dr Pedro Ludovico Teixeira.

Essas primeiras casas-tipo especiais serviram de modelos de habitação. Assim como os edifícios públicos, seriam exemplos de modernidade. Devido à carência de habitação, foi necessário a construção imediata, e a racionalização dos projetos foi a medida encontrada para agilizar o processo de construção (MELLO,1996).

Esta afirmação fica evidenciada no relatório “[...] foram construídas casas de custo variado entre vinte e sessenta contos de réis, todas dotadas dos mais modernos requintes de higiene e de conforto e construídas com o melhor material que se possa exigir para toda limpeza [...]”. (MONTEIRO, 1938, p. 470)

Moura (2015) complementa:

A ideia era que as casas-tipo funcionassem como modelos de uma nova forma de se habitar e construir. As construções da antiga Vila Boa passam a ser rejeitadas. A presença das alcovas (quartos de dormir, sem aberturas capazes de permitir a iluminação e ventilação naturais) e a inexistência de equipamentos sanitários, aliados à ausência de um sistema de coleta de esgoto, reforçavam os argumentos que pretendiam desqualificar tais moradias, consideradas insalubres. O espírito da modernidade primava pela busca de condições sanitárias mais adequadas. As residências construídas nos primeiros anos representariam o desejo de modernização tão presente nos discursos políticos. A ruptura em relação às moradias tradicionais se concretizaria pelas opções estilísticas e também pelos materiais e técnicas construtivas empregadas (MOURA, 2015, p.8)



Figura 43: Casa do Interventor Pedro Ludovico Teixeira na Rua 20, em 1933, com a placa da construtora Coimbra Bueno & Pena Chaves. Fonte: Acervo MIS/GO.

Essas residências seguiam um programa de necessidades versátil para os padrões da época, com relação aos aspectos construtivos. As fundações eram feitas de pedra com argamassa de cimento e areia ou cal e areia; as casas eram sustentadas por alvenaria estrutural;

as paredes tinham 15 cm de espessura, com piso nas salas e quartos eram de tacos de ipê com terrenos murados na frente, bem diferente se comparadas ao padrão colonial de Vila Boa de Goiás (MELLO,1996). Devemos destacar, além dos afastamentos em relação ao limite do terreno, a opção por telha planas e a inserção de novos elementos compositivos, como os alpendres e terraços, davam o ar da modernidade tão desejada (figura 44).

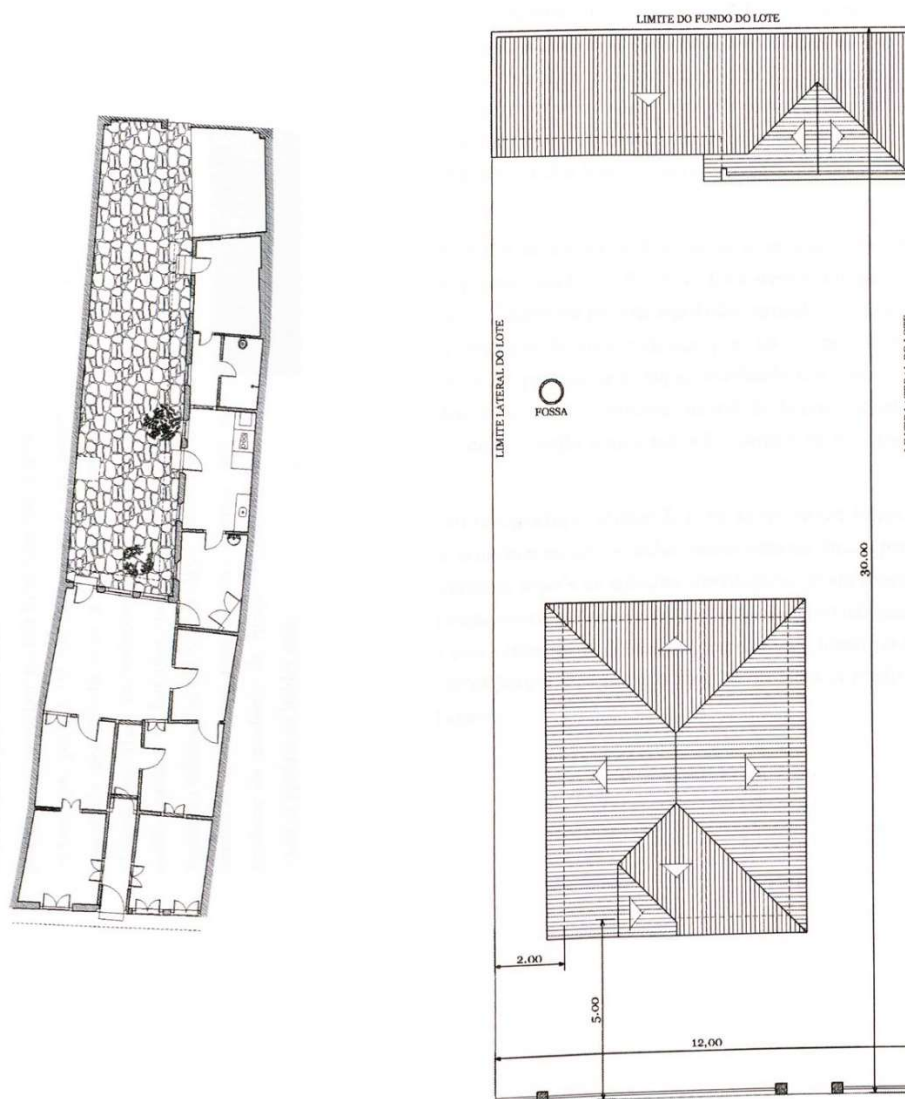


Figura 44: Comparação entre residência colonial e residência implantada em Goiânia. Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Uma moradia típica de Vila Boa de Goiás e um esquema típico de agenciamento sobre as dependências também se diferem, em que os serviços eram realizados em uma edícula no fundo do lote.

Com relação aos afastamentos e as aberturas laterais, Coelho (2019, p. 76) afirma:

[...] visto que até então, nas cidades goianas só se construíam casas utilizando toda a largura do terreno e seguindo o alinhamento da rua. Agora os afastamentos passam a ser obrigatórios, obedecendo as regras e estudos previamente estabelecidos. A outra

novidade seria com relação às aberturas laterais, somente possível em decorrência dos afastamentos, e que permitem a iluminação natural e ventilação em todos os cômodos da residência.

Porém assim como o estilo *Art Déco*, a construção dessas casas encontrava um empecilho com relação à mão de obra. Os materiais industrializados utilizados em sua construção e seu aspecto econômico, por se tratar de uma obra executada pelo governo do estado, casas deveriam ser construídas de forma rápida e econômica, restringindo assim a requinte e o detalhamento, limitando a reprodução de modelos mais elaborados. O aspecto final era modesto, mas conseguia responder às necessidades exigidas pelo o governo (figura 45).



Figura 45: Casa Tipo Especiais na Rua 20. Fonte: Acervo MIS/GO.

#### 4.5.2. Casas-Tipo para Funcionários

As casas tipo destinadas aos funcionários do governo, possuíam um padrão semelhante às casas-tipo especiais, porém em termos estéticos eram mais simplificadas, com fachadas simples, algumas sequer possuíam alpendre; possuíam ambientes bem compactos e construídas em um e dois pavimentos (figura 46).



Figura 46: Casa Tipo para funcionários. Fonte: Acervo MIS/GO.

#### 4.5.3. Casas -tipo para Operários

Para o bairro operário foram construídas casas muito semelhantes às térreas destinadas aos funcionários do governo, mas um pouco mais compactas. Com fachadas singelas sem a presença de nenhum elemento decorativo marcante. As faces da cobertura são paralelas à rua e algumas possuem um frontão para demarcar a entrada, variando entre dois e apenas um quarto (figura 47).



Figura 47: Casa Tipo para operários. Fonte: Acervo MIS/GO.

#### 4.5.4. Casas Particulares

As casas particulares foram residências construídas por pessoas que não pertenciam ao funcionalismo público, mas se mudaram para Goiânia nos primeiros anos da capital. Para Mello (1996):

Insatisfeitos com os protótipos apresentados pela Firma Coimbra Bueno, a classe de maior poder aquisitivo aspirava habitações diferenciadas, mais em acordo com os padrões estéticos em vigor no Rio e em São Paulo. A grande maioria dessas residências eram assombradas. Existem duas justificativas para isso. A primeira diz respeito ao status conferindo aos chamados sobrados. A segunda, refere-se ao tamanho dos lotes dimensionados por Atílio [...] Eram construídas em alvenaria estrutural, nos primeiros pavimentos ficavam a área social e de serviços [...] Nos segundos pavimentos, o programa era, via de regra, invariável: banho, quarto e varanda.

Como já foi explanado, as casas-tipos devido a vários fatores possuíam uma configuração simples que para essa elite não era suficiente. De acordo do Moura (2011):

É compreensível que os moradores com mais recursos financeiros quisessem diferenciar suas casas do universo das casas-tipo que, conforme mostrado, eram extremamente despojadas. Essa tentativa de personalização das moradias, que é um aspecto eminentemente burguês, surge com o ecletismo e, se pensarmos no cenário arquitetônico goiano daquele período, onde as possibilidades decorrentes da inserção de novos padrões e a chegada de profissionais e materiais capazes de proporcionar uma nova feição às moradias ofereciam tal condição [...] (MOURA, 2011, p. 72)

Mesmo sendo simplificada, se compararmos com os modelos cariocas e paulistas, a arquitetura da elite goiana destacava-se do conjunto das edificações goianas da época, seja por

suas dimensões, seja pelos telhados altamente inclinados. A maioria seguia o estilo neocolonial e normando, com as mesmas técnicas construtivas (figura 48).



Figura 48: Exemplar de casa de particulares sem padrão e com referências ecléticas. Fonte: Acervo MIS/GO

Moura (2011) conclui:

A arquitetura modesta, que fato preencheu os terrenos e formou as ruas da nova capital, foi a arquitetura nascida primeiramente pelas mãos dos funcionários da Superintendência Geral das Obras e no momento seguinte, pelos arquitetos e desenhistas que passaram a exercer um interessante trabalho criativo, gerando diversas soluções que embora muito semelhantes no que diz respeito à distribuição espacial, ofereciam um enorme leque de possibilidade [...] (MOURA, 2011, p.73)

Observa-se que as casas tipo buscavam constituir uma paisagem moderna, mediante os modelos a ser implantados pelo governo. No entanto, não era suficientes para as demandas dos funcionários públicos que buscavam personalizar suas casas. Mais tarde, com a consolidação da cidade, as residências voltadas às camadas mais abastadas passaram a ser desenvolvidas por arquitetos e urbanistas.

#### 4.6. KITSCH A REPRESENTAÇÃO POPULAR

Em contraposição dos estudos das produções arquitetônicas oficiais, os arquitetos Dinah Guimaraens e Lauro Cavalcante (1982), trouxeram em seu livro *Arquitetura Kitsch suburbana e rural*”, referências conceituais sobre a arquitetura *Kitsch* que corroboram com a transgressão dos padrões oficiais e serviu de referência para a problematização aqui proposta. Publicado pela primeira vez em 1982, os autores tinham a intenção de vocalizar um tipo de manifestação arquitetônica não oficial onde o arquiteto não é o protagonista, construídas em sua grande maioria nos subúrbios ou fora das áreas reconhecidas e legitimadas nos planos e projetos.

Devemos levar em conta que as manifestações oficiais são padrões inerentes a um sistema institucionalizado, relativos à elite, a classes mais favorecidas e dominantes. Já as manifestações não-oficiais estão relacionadas a classes menos favorecidas e, por vezes, são relegadas em segundo plano ou não reconhecidas como parte do repertório que constitui a paisagem e, em vários casos, pouco estudados ou considerados como patrimônio como os tipos anteriormente apresentados.

O processo de industrialização na metade do século XIX alterou significativamente o panorama estético do ocidente. Impulsionando o campo das produções artísticas, com novas possibilidades formais e técnicas, ampliando o acesso aos bens culturais, antes restritos a aristocracia. E o *Kitsch* surge como novo receptor, oferecendo a classes menos favorecidas o glamour da elite, procurando nos produtos parecidos e acessíveis o mesmo poder do original (TROMBETTA, 2015). Vislumbra-se que essas manifestações reforçam o discurso hegemônico, provocando o desejo de modernidade também nas classes menos favorecidas.

Ao analisarmos o sentido etimológico do termo *Kitsch*, encontramos incertezas. De acordo com Abraham Moles (1971), trata-se de um conceito universal, com um estilo marcado pelo não estilo, a palavra surge na Alemanha por volta de 1860, derivada do *Kitschen*, que quer dizer atravancar, fazer móveis novos com velhos. Outra hipótese seria da derivação da palavra *verkitschen*, que quer dizer trapacear, receptar, vender. Neste sentido existe um forte apelo para a negação do autêntico. Afirmando ainda que o termo surge em decorrência da produção industrial, do desenvolvimento tecnológico, da urbanização e do enfraquecimento das culturas tradicionais, uma vez que estas tendam moldar-se como espelho daquela que se coloca como hegemônica.

Para Eco (2011), o termo está relacionado à definição de mau gosto em arte, como pré-fabricação e imposição de efeito. A cultura alemã foi quem elaborou de forma mais consistente a definição do kitsch, tornando o fenômeno parte integrante de suas tradições, de tal forma que o termo se torna intraduzível. Segundo Guimaraens e Cavalcante (1982):

[...] haveria duas versões distintas para a origem do vocábulo kitsch. [...] ele derivaria de uma corruptela do termo inglês *sketch*, remontando à segunda metade do século XIX, quando turistas americanos, querendo adquirir uma obra de arte por preço irrisório, pediam um esboço (*sketch*) do mesmo. Por extensão todo material que visasse a imitar uma produção original, destinado ao consumo de experiências estéticas facilmente assimiláveis, seria denominação do *Kitsch*. Na segunda acepção do termo, ele adviria do verbo alemão *Kitschen*, significando “tirar a lama da rua” ou reformar móveis para fazê-los parecer antigo. (GUIMARAENS; CAVALCANTE, 1982, p.15)

Como podemos notar, há uma diversidade de hipóteses com relação a origem do termo que foi se consolidando na passagem do século XIX para o XX. Com relação às definições

existentes ao analisar as bibliografias, Antol Rosenfeld e Umberto Eco abordam o *Kitsch* como uma visão redutora pois configuram o problema da definição analisando apenas padrões estéticos. Para Rosenfeld o *kitsch* seria uma “pseudoarte” e Eco enfatiza que o mesmo seria uma “mentira da informação estética”.

Já a visão de Décio Pignatari, o apresenta de uma maneira mais abrangente pois acrescenta aos padrões estéticos o aspecto social. Para o autor *Kitsch* é uma fenômeno prototípico do consumo, constituindo uma redução do repertório estético vigente nas camadas superiores da cultura, tendo como resultado a tradução de código mais amplo para um mais reduzido. Para ele, a visão do *kitsch* como pseudo-arte é uma visão das classes superiores da cultura, pois o termo por si só possui sua própria escala de valores e códigos.

De acordo com Moles (1971) sobre a conceituação do termo:

Este conceito difuso, latente na maioria das expressões da vida cotidiana, esta anti-arte solidária da arte, foi aos poucos, liberando conteúdos semânticos um estilo, uma época do desenvolvimento e, sobretudo, uma atitude. Esta definição que devemos reformar: O *Kitsch* é uma relação do homem com as coisas, muito mais do que uma coisa, um adjetivo muito mais do que um nome, constitui precisamente, um modo estético de relação com o ambiente. [...] O *Kitsch* é essencialmente democrático: é a arte do aceitável, aquilo que não choca nosso espírito por uma transcendência fora da vida cotidiana, nem por um esforço que nos ultrapassa; e sobretudo se devemos superar nossas próprias limitações, por seu intermediário. O *kitsch* está ao alcance do homem, ao passo que a arte está fora de seu alcance, o *kitsch* está ao alcance do homem, ao passo que a arte está fora de seu alcance, o *kitsch* dilui a originalidade em medida suficiente para que seja aceita por todos (MOLES, 1971, p.32).

A avaliação de Guimaraens e Cavalcante (1982) é semelhante a visão de Moles e Pignatari, para os autores:

O kitsch pode ser considerado como um fenômeno universal e atemporal, jamais coincidindo exatamente com um estilo artístico definido, e sim constituindo uma atitude que apareceria intimamente relacionada a certos estilos. O dado Kitsch seria então, resultante de uma situação de aspiração á felicidade, condicionada pela prosperidade de uma classe média em constante ascensão sociocultural (GUIMARAENS E CAVALCANTE, 1982, p.17)

Esses autores compreenderam que o conceito *Kitsch* foi quase sempre analisado como um dado passivo, inerente ao consumo, e para uma melhor compreensão, os autores desmembraram o conceito em passivo e criativo, tornando-o mais adequado ao objeto. O *Kitsch* passivo seria aquele próprio das classes média em ascensão, em que seu relacionamento com o meio ambiente se faz principalmente pela busca de status social, ocorrendo a necessidade de um consumo desenfreado de produtos industrializados, geralmente imitações aos elementos típicos da elite. O *Kitsch* criativo, ao contrário, o produtor/consumidor do *Kitsch* realiza uma intervenção efetiva na concepção dos espaços e objetos que o circundam, transformando dados de uma arquitetura oficial.

Seguindo a linha de raciocínio do *Kitsch* criativo, essa manifestação é essencialmente urbana e está diretamente condicionada à existência de um “homem *Kitsch*”, que tem sua origem no processo de deslocamento da população, em sua grande maioria do meio rural para as grandes cidades que foram surgindo após a revolução industrial. Esse homem *Kitsch* possui a intenção de elaborar um espaço que transmita sua visão de mundo, um lugar ao qual ele encontre representação, ou que tenha pelo menos sua marca, é uma arquitetura transgressora no sentido de que esses indivíduos assumem para si padrões que teoricamente não são seus e os modifica, indo além dos princípios da arquitetura oficial.

Para Trombetta (2015):

Somos habitantes-construtores, personalizamos nossos espaços de acordo com nossas histórias, nossas nostalgias, nossas memórias, nossos desejos e sonhos. Os cenários que edificamos tem funções participativas e não exclusivamente contemplativas. Por intermédio deles suprimos as necessidades de bem-estar, buscamos algo além da simples moradia, do simples abrigo ou receptáculo de equipamentos. O que o habitante-construtor faz ao personalizar seu espaço íntimo é projetar sua visão de mundo. (TROMBETTA, 2015, p.448)

O *Kitsch* pode ser compreendido como um efeito colateral do projeto moderno, nas artes e na arquitetura de modo especial contra os princípios da arquitetura funcionalista e que assume, muitas vezes, hegemonia ou referência para a produção da modernidade.

O movimento funcionalista surgiu em 1850 com das contribuições do arquiteto americano Louis Sullivan com sua célebre frase: “a forma segue a sua função”, afirmando que a função de um edifício deveria determinar sua forma. Para o arquiteto Le Corbusier, um dos mentores desse movimento, a arquitetura deveria se alinhar às mudanças ocorridas ao longo da Revolução Industrial e, para acompanhar, o homem moderno a casa deve ser um instrumento de morar, onde qualquer tipo de enfeite ou outro tipo de objeto seria desnecessário, corrompendo com sua funcionalidade, e, ao mesmo tempo, afastando a arquitetura de qualquer sentimentalismo. (TROMBETTA, 2015)

Segundo Guimaraens e Cavalcante (1982, p. 29) sobre a manifestação *Kitsch* e o funcionalismo: “[...] o *Kitsch* apresentaria seus conceitos básicos exatamente opostos ao funcionalismo. Nele, a função nunca é fator determinante, mas sim pretexto e fator acessório.” Trombetta (2015, p. 447) complementa: “[...] o *kitsch* poderia ser considerado como o contraponto, como o outro lado da estética funcionalista.”

Rebatendo essas questões à construção de Goiânia, observa-se que a manifestação arquitetônica das casas dos sujeitos subalternizados se alinha ao *kitsch* como um modo de representação social. Segundo Brites (1991) retrata o aspecto transgressor dessa camada que



busca espaço mediante aos comportamentos e padrões referenciados a partir de um homem ideal. Essa autora aponta o importante papel da casa na manifestação Kitsch ao argumentar:

Assim a casa é o lugar perfeito para a manifestação do comportamento Kitsch, já que esta contém em si fatores importantes para que ele sobreviva, como a apropriação do espaço de vida pelo indivíduo e a personalização do mesmo. Esses dois fatores estão ligados entre si, pois é através da impregnação de marcas pessoais que se dá a apropriação de um determinado espaço, a personalização de um espaço determina também um domínio e posse sobre o mesmo (BRITES,1991, p.21).

Nesse mesmo sentido, Trombetta (2015, p. 448) reafirma:

A casa é o lugar perfeito para que o aspecto transgressor do kitsch se manifeste. É ela que reúne os aspectos mais fundamentais para que o indivíduo, como garantia de sobrevivência emocional, realize a personificação do espaço. Impregnando-o com marcas pessoais de memórias afetivas, de objetos “auratizados” por lembranças e por que não, sentimentalismo, o morador pode finalmente, tomar posse do seu lugar e de si mesmo (TROMBETTA, 2015, p.448)

Brites conclui (1991):

Em realidade, a intenção de individualização do morador tem um resultado inverso a sua vontade. Se aceitarmos que a casa é um objeto e, mais, um objeto de consumo, a ação do morador para personalizá-la, ao invés de se afirmar como uma atitude individual, transforma-se em uma ação comum, integrando o indivíduo a um comportamento coletivo. A procura de individualização ou integração ao coletivo evidentemente não é kitsch em si, mas transforma-se em tal, pela aceitação passiva da inversão do processo, que corresponde ao desejo inicial. Se a interferência na casa é um ato individual, este em realidade integra o indivíduo ao grupo, uma vez que todo tem o mesmo tipo de ação, como mesmo interesse e buscam inspiração nos mesmos modelos, embora os resultados formais não sejam exatamente iguais, resultam em cópias de modelos padronizados. Assim podemos compreender porque os grupos populares, de origem rural, que buscam se inserir à sociedade urbana, torna-se sensíveis ao charme Kitsch (BRITES, 1991, 23)

Para melhor compreensão das questões mencionadas, são apresentadas considerações sobre a manifestação kitsch na capital do estado de Goiás, na região do setor Campinas, Vila Nova e no Setor Central, mais precisamente no antigo bairro operário (figura 49).

Para as reflexões apresentada foram consideradas as pesquisas de Guimaraens e

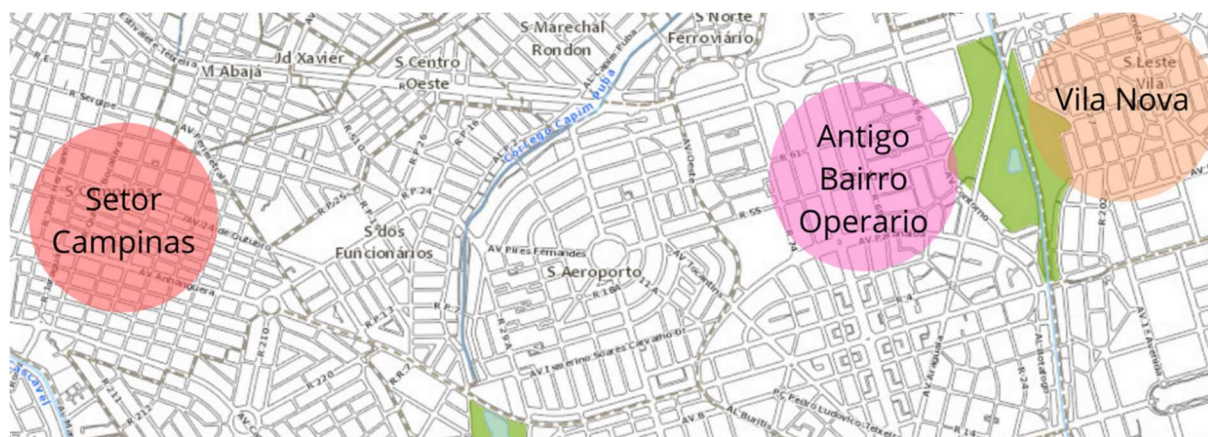


Figura 49: Localização da Arquitetura *kitsch* em Goiânia décadas de 1930-50. Fonte: Base de dados da Prefeitura. Org. pela autora, 2020.

Cavalcante(1982), à medida que foram identificados e selecionados elementos capazes de

expressar essa manifestação como um dos tipos presentes na paisagem cultural da cidade, complementando as pesquisas realizadas por Moura (2007; 2015) e Borges (2016), uma vez que são apresentadas as casas das classes mais abastadas. Considera-se que trata-se de um kitsch que extraiu da arquitetura moderna brasileira vários elementos construtivos-espaciais, adaptando-os ao seu repertório como meio de representação social.

Um exemplo marcante dessa apropriação é o edifício Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas, tombado pelo IPHAN em 2003. O edifício foi uma cadeia elementos da arquitetura tradicional, conforme registros fotográficos de 1935 (figura 50). No entanto, em função da construção de Goiânia, em 1940 foi reformado, quando foram acrescentados elementos decorativos, visando torná-lo um representante das mudanças daquela época (figura 51). Tornou-se um dos exemplares *Art Déco* da cidade, legitimando a relação entre a arquitetura oficial e a história de uma paisagem construída a partir do ideário moderno.



Figura 50: Praça Joaquim Lúcio. Coreto e ao fundo sede do Fórum e Prefeitura Municipal de Campinas com predomínio de arquitetura colonial. Fonte: Acervo MIS/GO



Figura 51: Antiga Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas após a reforma em 1940. Fonte: Acervo MIS/GO.

Outro exemplo dessa apropriação e a busca por modernização na cidade de Campinas ocorreu com o edifício do colégio Santa Clara (figuras 52 e 53). Em 1928 detinha de elementos característicos da arquitetura colonial, muito semelhante às manifestações de Vila Boa e, posteriormente, foi reformado já em 1930 com o acréscimo.



Figura 52: Colégio Santa Clara em 1928 – arquitetura colonial. Fonte: Acervo MIS/GO.



Figura 53: Colégio Santa Clara em 1930 – acréscimos e reforma prevalecendo elementos *Art Déco*. Fonte: Acervo MIS/GO.

De acordo com Coelho (2019), a apropriação estilística de Campinas simbolizava um anseio por parte de sua população em se identificar com o núcleo central da nova capital.

Em razão de ser o bairro mais antigo e de ocupação mais intensa da nova Capital, principalmente por já existir muito antes da implantação de Goiânia, Campinas se destaca dos demais setores. Isto se deve não só ao fato de ali ter instalado a maior parte dos novos moradores atraídos pelas possibilidades oferecidas pela Capital, mas principalmente, pela maneira como sua população original se apropriou da modernidade características dos edifícios implantados na nova cidade, buscando certa forma, uma identificação imediata com o núcleo central. Tanto as novas construções quanto as reformas realizadas em antigos edifícios residências e comerciais passam a apresentar tais características (COELHO, 2019, p.128)

Esses exemplos apontam a busca por ascensão social e desejo da população campineira em participar do processo de modernização que se assistiu a partir da implantação de Goiânia em suas imediações, reforçando o discurso mudancista e o apagamento das relações coloniais presentes em Campinas.

Do mesmo modo, pode-se observar esse movimento de imitação ou apropriação dos elementos eruditos na produção de casas populares, localizadas nos bairros operários além das diferenças estilísticas entre as casas tipos já mencionados em pesquisas de Mello (1996), Moura (2011) e Borges (2016). As autoras dedicaram-se a caracterizar aquelas residências definidas pelo Estado mais do que as variantes que surgiram a partir desses modelos.

No bairro operário, em 1936, foram construídas as casas-tipo para operários pela firma Coimbra Bueno. Essas detinham de diferenças com aquelas construídas na Rua 20, onde a elite residiu. De acordo com Mello (1996, p.113):

[...] é difícil enquadrar essas residências e as outras “casas-tipo” que se espalharam pela cidade como pertencente a algum movimento da arquitetura. Talvez o excesso de preocupação com a praticidade e agilidade de construção tenha banido esse tipo de especulação por parte dos projetistas. Com o modernismo ainda incipiente no Brasil, não havia uma tendência arquitetônica que, de imediato, se ajustasse às necessidades práticas inerentes às construções.

A partir dos argumentos de Mello (1996), pode-se dizer que a construção de Goiânia se apoiou no ideário moderno e sua materialização ocorreu a partir do multiculturalismo ou da

hibridação cultural, uma vez que saberes e técnicas locais foram mescladas aos novos materiais e técnicas, conformando uma produção ambígua. Contribui para isso a vinda de migrantes que também passaram a ensinar a modernidade ao construir suas residências definitivas. A localização e o perfil socioeconômico da maioria desses moradores possibilitam caracterizar a manifestação Kitsch em Goiânia (figura 54).

Os exemplares apresentados demonstram a miscelânea entre elementos tradicionais, principalmente quanto às técnicas construtivas e o telhado em duas águas e elementos modernos ou modernizantes nas fachadas principais, como frisos, platibandas e apliques que permitissem associar à casa ao desejo de modernidade presente na construção da nova capital. Refere-se a um modo de apropriação da arquitetura erudita em um ambiente que se constituiu concomitante com a própria arquitetura moderna no Brasil.

O setor Vila Nova é outro exemplo dessa apropriação, como já foi dito, sua criação ocorreu fora dos domínios do projeto inicial, por uma população de baixa renda. Constituiu-se pelos operários necessários ao plano, mas ignorados como parte da sociedade a compô-lo, fazendo do bairro uma das primeiras áreas de ocupação popular. Porém sua população da mesma forma que ocorreu no setor Campinas, se apropriou do estilo das casas do centro e das referências *casas tipo* que foram encomendadas pelo Governo pelos profissionais de renome. Como exemplo, temos essa casa localizada no bairro com características muito semelhante às casas-tipo, devido a sua composição volumétrica e ambiguidade estilística (figura 55).





Figura 54: Casas construídas pelos operários nos bairros operários com semelhanças às casas-tipo propostas pelo Estado. Fonte: acervo da autora, 2019.



Figura 55: Casa operária no Setor Leste Vilanova. Fonte: Acervo da autora, 2019

A produção da arquitetura *kitsch* revela a propagação do desejo de modernidade presente na história de Goiânia, revelando uma paisagem bem mais complexa do que aquela

descrita nos relatos oficiais. Isso porque é perceptível o discurso hegemônico presente na produção residencial das diversas classes sociais. No tocante aos sujeitos subalternizados, é preciso observar os seus modos de apropriação dos elementos da arquitetura erudita e como ampliaram o repertório estilístico ao inserir elementos considerados vulgares ou extravagantes, como, por exemplo, adereços na fachada – como a cerâmica vermelha ou os mosaicos com cacos de cerâmica nos alpendres e jardins. Apesar de haver uma tentativa de padronização e imposição de um modo de vida alijado ao iluminismo, essa camada silenciada expressa suas relações, mesmo que conflituosas, com o desejo de modernidade que imperou na construção da cidade. Mas ao contrário daquelas casas reconhecidas e localizadas na cidade ideal não saíram do papel ou de conceitos previamente definidos, isto é, não se tratam de modelos predefinidos, mas a expressão de um processo histórico que indica uma paisagem multifacetada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação representou uma grande desafio. Inicialmente havia a intenção de analisar as primeiras residências da nova Capital de Goiás. A partir disso, optou-se em selecionar o perímetro inicial da cidade e reforçar sua historiografia oficial. Porém, os estudos tomaram uma outra proporção, à medida que se passou a revisitar conceitos e autores dos estudos culturais. Essa revisão bibliográfica permitiu a ampliação dos horizontes e lançar um outro olhar da história de Goiânia.

As definições de cidade nova e sua caracterização generativa corroboraram com esta nova perspectiva, pois além dos genes característicos de cidade nova e fincada no sertão, a história de Goiânia indicava investigações transversais a história oficial. Compreender suas mutações ao longo do tempo permitiria observar a dinâmica de ocupação do território e analisar sujeitos pouco vocalizados nos documentos oficiais.

A revisão bibliográfica e a pesquisa documental de fontes primárias também foram recursos de pesquisa que delinearão às discussões e resultados apresentados. Pode-se confrontar esses documentos aos discursos oficiais de construção da cidade, visando verificar também na historiografia oficial as intenções e relações de poder transcritas na transferência da capital e rebatidas em seu projeto urbanístico. Isso porque constatou-se, principalmente por rico acervo iconográfico o registro de diferentes manifestações culturais (a coexistência entre o antigo e o novo), os sujeitos silenciados que, atraídos pelo desejo de modernidade, fixaram próximos ao perímetro projetado e buscaram meios de se inserir nessa dinâmica de modernização. A revisão da pesquisa documental também possibilitou atestar os apagamentos da história, mediante a versão oficial que se legitima por meio do dossiê de tombamento dos edifícios oficiais e traçado do Centro Pioneiro da cidade. Com isso pode-se vislumbrar diversas práticas sociais e observar a ocupação, transformação e sedimentação multicultural que é uma característica do desejo de modernidade presente no interior do país.

Para além dos heróis e personagens desbravadores, representados pelos idealizadores da capital, havia a classe trabalhadora, os migrantes e tantos outros personagens que absorveram o desejo de modernidade para a efetiva ocupação da nova capital. Com isso, a investigação transpôs a historiografia oficial em prol de identificar outros protagonistas nas décadas iniciais da cidade, que contribuíram para as feições assumidas já nos anos 1940-50.

Inicialmente, constataram os conceitos empregados nos discursos “oficiais” aqueles que encabeçaram o projeto de modernidade. A figura central deste enredo é Pedro Ludovico Teixeira, reafirmando os “pais” de uma cidade nova. Para tanto, traçou-se a promessa de um

tempo novo e prosperidade, superando o atraso colonial à medida que uma nova capital fosse capaz de assumir o papel administrativo. Goiás, enfim, entraria no caminho do progresso e desenvolvimento industrial.

Tanto Atílio Corrêa Lima, quanto Armando de Godoy possuíam influências do ideário moderno e representavam personagens chaves para a transformação pretendida por Pedro Ludovico Teixeira. Com isso, assumiram o papel de projetistas ou consultores para que o desejo de modernidade pudesse ser efetivado por meio de um projeto urbanístico aos moldes dos ares europeus, preferencialmente franceses, como fora as principais transformações no Rio de Janeiro e, posteriormente, as propostas para novas cidades em todo país. Nesse sentido, o academicismo francês regulamentou grande parte das paisagens urbanas no início do século no Brasil.

Esses projetistas, engajados em realizar suas ideias, mesmo com todas as dificuldades, buscaram trazer para o sertão o que havia de mais moderno em termos de urbanismo no mundo. Do mesmo modo, assumiu-se o Art Déco como expressão desta modernidade pretendida, sendo considerado o estilo oficial e que de certa forma a firma Coimbra Bueno conseguiu executar, visto a facilidade de incorporação de seus adereços mais racionais e menos rebuscados.

Ainda que não tenha sido objeto de discussão vale ressaltar o discurso oficial acerca desses elementos, tendo em vista o Dossiê de Tombamento do Acervo Art Déco de Goiânia em 2003. Mesmo que haja uma série de autores que relatam outras expressões arquitetônicas, principalmente pela arquitetura civil residencial, optou-se pela legitimação daquele estilo que foi a expressão mais genuína de uma modernidade pretendida como reafirmação do êxito em “plantar” cidades novas como parte de um discurso de identidade nacional. Nesse sentido, ainda que o Art Déco goianiense detenha de expressões típicas e específicas, no referido documento são ressaltadas suas características formais aproximando-os do estilo original.

Pesquisas mais recentes têm ampliado e permitido inventariar outras expressões e tipologias arquitetônicas, enaltecendo a arquitetura residencial. No entanto, limitam-se ao perímetro de tombamento ou as áreas de influência deste, sem contudo, apontar a *outra cidade* que por vezes foi substituída por vilas mais e mais distantes da área urbana. Com isso observa que as práticas sociais não oficiais, em grande parte, estão sujeitas ao apagamento por parte dos discursos hegemônicos. Em específico que atendessem aos pressupostos higienistas e racionalista das práticas urbano-arquitetônicas da primeira metade do século passado.

Nesse sentido, a cidade idealizada e propagada como expressão de modernidade não abarcou todas as práticas e representações sociais que envolveram sua constituição. Uma *outra cidade* ergueu-se em paralelo em áreas fora do plano, surtindo o que se pode chamar de efeito



colateral, dada a necessidade destes personagens para a própria construção da cidade ideal. Formou-se a cidade marginal, dos invasores e “subalternos”. Goiânia, desde sua gênese, carrega na constituição de seu território expressões de segregação socioespacial, principalmente nas áreas localizadas a norte e a leste do plano original, em sua maioria terras do Estado.

Na década de 1930, os primeiros migrantes fixaram residência às margens do Córrego Botafogo, renunciando ocupações a leste do plano original que foram incorporadas na Planta Geral de Urbanização de 1947, sob coordenação da firma dos irmãos Coimbra e Bueno. Analisando os mapas de ocupação do território entre 1932 e 1947, é possível verificar os interesses político-institucionais articulados aos econômicos-fundiários, uma vez havia o controle do Estado sobre o parcelamento e a ocupação da cidade, em sua zona urbana. Fora deste perímetro, grande parte dos trabalhadores da construção civil se fixaram formando vilas, revelando o problema habitacional que é própria das cidades modernas.

À medida que as terras a Leste do plano original foram parceladas, esses migrantes buscaram outras áreas para fixarem suas residências, ocupando áreas mais a sul também às margens do Córrego Botafogo, na região da Fazenda Macambira, atual Setor Pedro Ludovico. Para alguns autores, foi uma remoção com forte atuação do estado, preservando aquelas áreas com maior valor fundiário e colocadas como reserva de mercado.

De um lado foram construídas as residências modelos e implantados os bairros projetados circunscritos ao limite da cidade ideal para a elite, branca, rica e detentora do poder visando legitimar o desejo e a função para a qual a cidade fora pensada. Do mesmo modo, ao centro do plano urbanístico, previu-se o centro administrativo como apoteose e afirmação do desejo de modernidade do poder político. Um Centro Cívico que excluiu outros personagens protagonistas: migrantes carpinteiros, pedreiros, domésticas e lavadeiras, que ergueram suas casas de forma improvisada, em sua maioria às margens do Córrego Botafogo. Esses, por sua vez, ainda que excluídos do urbanismo moderno, encontram caminhos para legitimar suas representações sociais.

Observa-se, em grande parte que compreender o desejo de modernidade calcado na construção de Goiânia, é também identificar e caracterizar os sujeitos não vocalizados e, em sua maioria, pertencentes a uma classe social mais oprimida e dependente das políticas públicas de habitação. O direito à cidade torna-se imperativo e objeto de reflexão sobre a construção da nova capital, reforçando a ideia da cidade como palco de conflitos e lutas sociais.

Desse modo, os estudos culturais permitem observar o caráter multicultural do espaço urbano e suas múltiplas territorialidades que atravessam o discurso oficial. Não obstante, o crescimento de Goiânia enseja o aprofundamento nestas questões para além do reconhecimento

e tombamento da arquitetura oficial, visto as múltiplas representações e práticas sociais solidificadas na sua gênese, pois ao delimitar o acesso à terra a um grupo específico, há uma *outra cidade* a ser analisada e compreendida como parte da própria formação da identidade híbrida de um espaço que nasceu imbuído de modernidades.

Na análise desta *outra cidade*, localizada mais a norte e com em maior número de remanescentes na Vila Nova, pode-se perceber a manifestação de uma arquitetura *kitsch*, entendida como uma das facetas da modernidade empreendida em Goiânia por migrantes e trabalhadores da construção civil. Carregam consigo o multiculturalismo, uma vez que saberes tradicionais e novos materiais e técnicas corroboram para a formação de uma linguagem específica – uma prática social do processo de modernização retratado ou pelos planos de melhorias nos grandes centros urbanos ou naqueles locais que se “plantaram cidades novas”.

Os exemplares identificados podem ser incorporados às discussões acerca do patrimônio cultural edificado da cidade não só ampliando a área dos estudos mais recentes do IPHAN/GO, mas também por oferecer uma expressão própria de um período histórico, sendo indicado a catalogação, inventariação e caracterização destes exemplares, notadamente por representarem tipologias distintas daquelas reconhecidas na literatura deste órgão de preservação do patrimônio histórico e artístico.

Tecendo o discurso de autores analisados, percebe-se que o momento histórico atual reavalia velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, surgindo novos conceitos que abalam as referências oficiais e a própria narrativa hegemônica, cabendo ao historiador ter a percepção para compreender tal mudança. E, com isso, revisitar as fontes documentais, os discursos de outrora tendo em vista verificar as intenções e contingências históricas dos “grandes feitos”, em sua maioria, por homens brancos e detentores de poder.

Em específico o estudo sobre Goiânia permitiu observar que a cidade e suas histórias possuem uma carga simbólica que vai além de sua expressão material e de um projeto arquitetônico; a segregação socioespacial é uma característica das cidades onde o espaço urbano é um agente de separação e exploração, notadamente pelo valor fundiário que adquire à medida que é ocupado. Além de ser um forte indicador de como os grupos sociais se inter-relacionam.

A pesquisa não pretende esgotar o assunto, mas coteja uma reflexão acerca desta arquitetura pouco estudada e caracterizada se comparada aos estilos já identificados em pesquisas recentes, demonstrando as diversas modernidades que conformam o DNA de Goiânia, como cidade nova.

## 6. REFERÊNCIAS

- ACKEL, L. G. M. **Atílio Corrêa Lima**: Uma trajetória para a modernidade. Tese(doutorado), São Paulo, 2007.
- ALVARES, Geraldo Teixeira. **A luta na epopeia de Goiânia**. Rio de Janeiro: Of. Gráfica do Jornal do Brasil, 1942
- ARAÚJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série perfis parlamentares; n. 72)
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é solido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das Letras. 1982
- BERNADES, Genilda Darc. **O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia**: O mundo do trabalho e extratrabalho. Revista UFG. Junho. 2009
- CÂMARA, Jaime. **Os tempos da mudança**. Goiânia: Ed. O Popular, 1973.
- CAMPOS, F. I. **Mudança da capital**: uma estratégia de poder. **Cadernos do INDUR**, Goiânia, n. 2, p. 29-39, nov. 1980.
- \_\_\_\_\_. **Saúde Pública**: a medicina e a política. Goiânia, 1996. Mimeografado.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/ Edusp, 2000.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG; Ed. UCG, 2015.
- \_\_\_\_\_. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.
- CHARTIER, R., 1990. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel.
- COSTA, F. V. **Um ornitorrinco no cerrado**: Bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana em Goiânia. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2016.
- DAHER, T. **Goiânia, uma utopia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Women's History in Transition: The European Case**, Feminist Studies, 1975.
- DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935)**: ideal estético e realidade política. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GIDDENS, Anthony, **As Consequências da Modernidade**. São Paulo, UNESP, 1991.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / Universidade Federal de Goiás, 2003.

- GUIMARAENS, Dinah. **Arquitetura Kitsch**: suburbana e rural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Anuário de dados dos censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LE GOFF, Jacques, **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. **Introdução a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. SALGUEIRO, Heliana A. (org). São Paulo: EDUSP, 2001.
- LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil - 1895 - 1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, FUPAM, 1999.
- LUCAS, Edinardo Rodrigues. *Cidade na cidade: habitação social e produção do espaço urbano em Goiânia*. UFG (Mestrado em Projeto e Cidade). Universidade Federal de Goiás, 2016.
- MABILLOT, R. B. (et. al.). **Parcelamento do solo urbano no Aglomerado Urbano de Goiânia**. Cadernos do Indur: Goiânia, n. 4, 1984.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana**, moderna e contemporânea - um certo olhar. Goiânia: Edição do autor, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A urbs e seus problemas**: uma lição de Urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília. Brasília 2018.
- MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 20 Jan. 2020.
- MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.
- MARX, Murillo. **Cidades no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MENDES, Juliana Fernandes. **Uma cidade para o capital: especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964)**. 2013. (Mestrado em História em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.
- MOLES, Abraham. **O Kitsch**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MORAES, Sérgio de. **O Empreendedor Imobiliário e o Estado**: O Processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985). 1991. (Dissertação de Mestrado Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 1991.
- MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- MOURA, Ana Amélia de Paula. **Arquitetura residencial em Goiânia (1935-1940)** A modernidade revelada. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2011.

MOYSES, Aristides. **Goiânia: Metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

OLIVEIRA, Maria das Mercedes Brandão de. O padrão territorial de Goiânia: um olhar sobre o processo de formação de sua estrutura urbana. **Arquitextos**, 065. 07 ano 06, out. 2005. Disponível em: [www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.065/419](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.065/419)>, Acesso em 24 mar. de 2018.

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo; FROTA, Jose Artur D' Al. **Arquitetura Moderna na paisagem cultural de Goiânia Identidade e Preservação**. Belo Horizonte, 2014.

PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1976.

PERREIRA, Mariana Viana. **História de bairro: Vila Operária**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1998. Monografia submetida à Universidade Católica de Goiás.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

REIS FILHO, Nestor G. Sobre a história urbanização – história urbana. In: **Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano IX, n. 34, NERU, São Paulo, 1991.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 7a edição, 1995.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

ROHDE, Geraldo Márcio. **Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul**. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1986.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2a. edição, 1999.

TREVISAN, R. **Cidades novas**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

TEXEIRA, Pedro Ludovico. **Como e por que construir Goiânia**. Brasília. 1966

TROMBETTA, Gerson Luís. **Entre a lágrima e a transgressão: ambiguidade do Kitsch no projeto moderno da arte e da arquitetura**. História, debates e tendências v.15, n.2.2015.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.